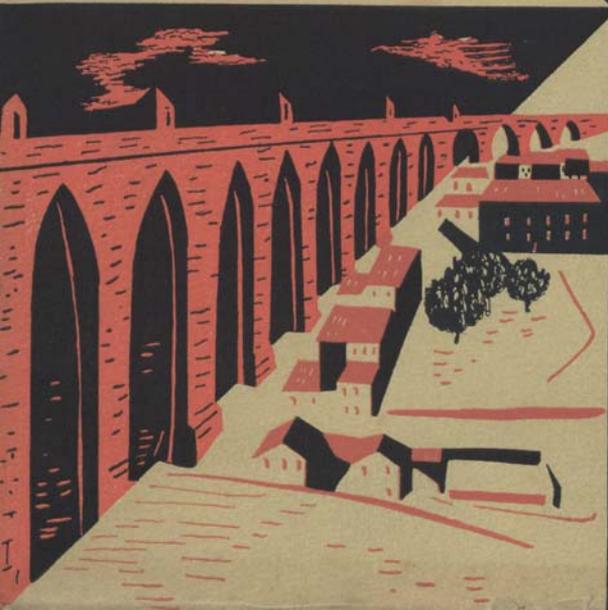
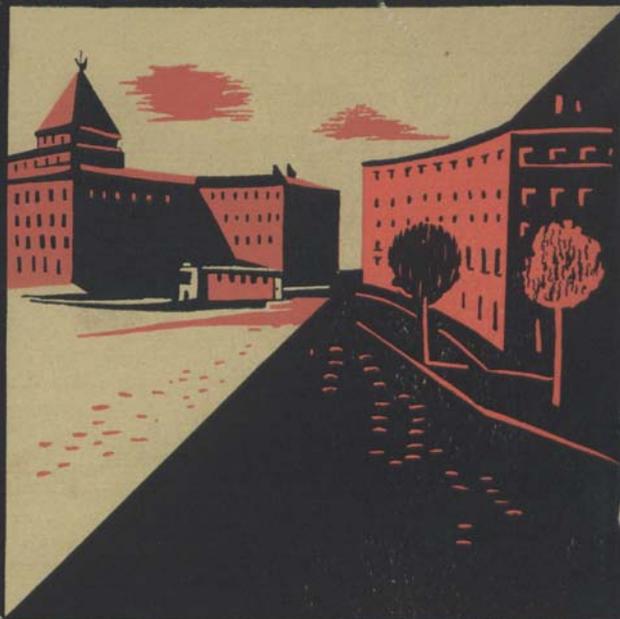


# REVISTA MUNICIPAL

*Publicação Cultural da*

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



## REVISTA MUNICIPAL

Publicação cultural da C. M. L.

### Condições de assinatura

Um número trimestral .....	10\$00
Um volume semestral (dois números)	17\$50
Assinatura anual (quatro números)	32\$50

\*

### Depositário geral:

Grupo «Amigos de Lisboa»,  
Rua Garrett, 62, 2.º — Tel. 2 5711.

### Correspondência:

Secção de Propaganda e Turismo da  
C. M. L.

Rua da Boa Vista, n.º 3.  
—Tel. 3 2174.

---



D I R E C Ç Ã O  
DR. JAIME LOPES DIAS

•  
ASSISTENTE GRÁFICO  
MARQUES DA COSTA

•  
FOTOGRAFIAS DE  
MÁRIO NOVAIS

•  
DESENHOS DE  
A. CORREIA, ARTUR  
JORGE, MACHADO DA LUZ  
E BERNARDO MARQUES

•  
CAPA DE MANUEL LAPA

# SUMARIO

Para as minhas memórias de Lisboa — por Rodrigo de Melo.

As grandes obras citadinas—Campo Grande—por Luís Quadros.

A Tomada de Lisboa aos Mouros — por Rocha Martins.

A terceira freguesia católica de Lisboa e a sua sede — por D. Maria Brak Lamy Barjona de Freites.

Lisboa ao amanhecer — por Cardoso Marthe.

Uma Escola de Guias — por Augusto Pinto.

Notes sobre hospitais militares de Lisboa — por Manuel Glão.

Antologia de Lisboa — por Gustavo Barroso, Olavo d'Eça Leal e Raymond Warnier.

Cancioneiro de Lisboa — por Guerra Junqueiro e A. Manuel Ribeiro.

Legislação e Jurisprudência.

Bibliografia.

N.º 36

1.º TRIMESTRE DE 1943



## PARA AS MINHAS MEMÓRIAS DE LISBOA

**E**ste é um subjectivo auscultar de rapazinho que foi nascido na aldeia e a Capital capciosamente vai envelhecendo desde os 12 anos — desde que ele A buscou, por mão paterna ajudado a descer do comboio e levado às aulas do *Camões* todos os dias primeiros de seu estágio comprometido e melancolicamente canhestro, tal afilhadito bisonho a férias no palacete esquisito de Madrinha, que fosse grande dama e desembaraçada. A rua do estranho e estranhador caloirato lisboeta ficava para os amenos e *conformados* sítios da Escola Politécnica. *Conformados* — parecerá aqui termo misterioso; mas quem se encontra a escrever a prosa é, a uma distância de duas dúzias de anos, o mesmo que era rapazinho e morava em «S. Marçal» e ia às aulas do Liceu de Camões — e, logo na entrada do texto avisou lealmente: «*este é um subjectivo auscultar*»... Tal *conformismo* de bairro e vizinhos perante o rodar da vida no dia-a-dia, entrou, como das primeiras impressões, nos primeiros «*chegar-à-janela*» do menino que respirava a vida mais liberta e rebelde quando chegava às janelas do desmantelado e querido casarão natal da Beira — donde a Mãe só viria mais tarde e se lhe afogava, com Ela, em saudade, como nos nevoeiros dum outro mundo, ligável à estação do Rossio pelas manobras dum Caronte que fosse maquinista de comboio... No assomar ao parapeito, aqui, logo os olhos esbarravam em paredes ou interiores de casas fronteiras e comprometedoramente chegadas, embora a rua não se contasse nas mais estreitas da Capital. Mas era que o pequeno liceal apenas sabia com nitidez o percurso, de ida e vinda, *casa* — «*Camões*», tudo sem estranguladas vielas ou congostas: subida até à Politécnica — o Papá, por sinal, ainda dizia *Colégio dos Nobres*...; volta para S. Mamede, entre a Igreja e uma venda de vinhos — o

Menino, por sinal, punha em paralelo os dois santos do calcurriar quotidiano, ambos próximos no rol dos patronímicos: Mamede, Marçal...; Rua Rodrigo da Fonseca — Pai e Filho, por sinal, sublinharam que este se chamava também Rodrigo, como aquele da rua, que, além de Fonseca, fora Magalhães de baptismo e, caricaturava com intimidade erudita o Papá, fora, de alcunha, «Raposa»; tornejear para «Alexandre Herculano», se iam no *eléctrico*, ou para a Rua Braamcamp, se o vagar e o bom tempo o dispensavam; Rotunda — ainda sem Marquês de Pombal, vulto da intuitiva execração do pequeno, sòmente por desfavor das ilustrações, por Pedro Guedes, de umas *Narrativas Históricas*, cujas orações gramaticais com brilho *dividia* na cadeira de Português da 2.<sup>a</sup> classe — 3.<sup>a</sup> turma; Avenida Duque de Loulé, onde nunca faltava a marginália de ter lá morado a Prima Irene, — sendo até engraçada, à sua noção infantil de coincidências, a de verificar que a anotação paterna era igual, quando, no *eléctrico*, grimpavam a avenida-Fontes até ao Matadouro: a Prima igualmente residira no prédio fotogénico onde ainda não era o Hotel-Aviz. O nome, vizinho, de Tomás Ribeiro, também o encantava por sempre presente ao seu viver, desde Parada de Gonta onde haviam nascido os dois, ao arruamento lisboeta colidindo, proselitismo político com o Fontana do jardim por onde, finalmente, chegava ao Liceu.

O pai beijava-o, a um dos portões; e abalava — «Até logo! Hoje é às três e quarenta, não é? Cá estarei. Espera por mim. Come o lanche!» — enquanto os meninos «alfacinhas», e destes precisamente os mais pobres, os mais mal vestidos, eram pelo Menino silenciosamente invejados, porque se desembaraçavam sós, sem precisão de pai que os levasse e trouxesse; e também porque não usavam merenda, obrigados a comê-la sem ensanchas de batota inventada pelo fastio, — o invencível fastio que o derrotava sempre! — uma vez que o atento Papá comprara com boa gorgeta a fiscalização do contínuo, senhor Oliveira.

... Mas, além de «*conformados*», distingi adjectivamente de *amenos* aqueles sítios à ilharga da Politécnica e da *Patriarcal Queimada* — rótulo conservado como o de *Colégio dos Nobres* na toponímia tradicionalmente instrutiva e gozosa dos passeios de domingo... com toda a franqueza prenunciadores da canção deliciosa de Trenet: «*Les enfants s'ennuient le dimanche*»...

E *amenos* continuo a senti-los, tanto que já de outra vez, mas ainda há pouco, fixei esta impressão de Diário: Este aroma de certos recantos de Lisboa, em certas horas de verão! É melancia fresquinha ou verniz de móvel novo? Tais sítios de Lisboa são sempre ruasinhas de nomes bonitos: «do Jasmim», «do Monte Olivete»... Era a «da Procissão»... Há sempre nelas, simultâneos do cheiro milagroso, a frescura de umas sombras, o derregar, pujante de cor, duma porta verde ou dum muro rosa, e um pregão de amoras-da-horta ou medronhos. Tudo é doce, humilde e feliz — mórmente quando um acordeão e um saxofone de cegos cantam resigitações e desventuras...

Claramente: isto aprendi-o, melhor, aprendi-o no coração, bastante mais tarde, quando a Capital deixou de simbolizar-se-me palacete esquisito de grande e desembaraçada Senhora. Mas, em todo o caso, bastante mais cedo do que a data do meu calendário de boémia, incipiente e portanto brava, em que «*eu fui telefonar àquela leitaria*»... Hesito em contar... Mesmo porque sou hoje um indivíduo sereno, casado, pai. Mas nas minhas memórias de Lisboa não bolem revivescências; traço-as com a algeidez em que poderia traçá-las se fossem as do meu vizinho descalço da Rua de S. Marçal, que a avó passava o dia a chamar: — «Carlitos!» — para o filho dela e pai dele, que era polícia, desancar com o cinturão, até ao acudir, sempre *pontualmente tardio*, do vassoureiro e da hortaliçeira de ao-pé-da-porta. É que o pequenito descalço, o Carlitos, tinha madrastra, como ilustração viva mas meio-morta e arroxeadada de nódoas, aos tenebrosos contos e rimances das velhas paradenses.

6

Portanto, conto sem rebuço e com toda a verdade.

Não é descrição rabelaisiana de façanha em adegas dos subúrbios ou clube-de-noite, porque sempre essas façanhas me tiveram por comparsa de somenos. Nem — o que se tornaria pior! — episódio descabeladamente escuro, testador de rugas sem esperar pelos meus trinta anos, mais por ampliado à lente dos meus nervos inventivos de então, do que por merecedor de consumir-me assim, no seu acontecer autêntico. Não rebento uma gargalhada brutal nem arranho um ralo de angústia, dos muitos que poderia. E, contudo, parece-me que, na glosa seguinte a uma interrogação, parva de aparência, dou algo de mais raro do que naco de prosa, guizalhante ou corrosiva: dou um Segredo — a explicar uma Melancolia que, durante longo tempo, me ficou...

Eis a pergunta parvinha: — Porque havia eu de ter ido telefonar àquela leitaria? Porque havia de lá estar, a uma mesinha, aquela pequena de vestidinho preto e lancheira ao lado, que fizera serão no «atelier» e esperava que a família (em casa de quem estava depois que o pai a puzera na rua — por causa *d'aquilo* com o Américo...) chegasse do cinema, para entrar?!

E porque havia ela de aceitar o cálice de «madeira» que o Antunes, com quem eu estudara todo o dia, lhe oferecera, descarado e fácil?!

Eu dissera duas ou três larachas comuns acerca de o meu companheiro ir casar daí a dias — casou mesmo! — e ela riu, picante e agradada...

O «madeira» fez das suas (o jantar de nós dois, rapazes, havia, por si, sido bem regadinho); o meu colega, discreto e noivo, despediu-se para ir namorar; e eu fiquei a começar quase o mesmo — calculava que era só isto: um namorico sem sequência — com a Gracinda. Contou-me esta a traição e fuga dum Américo...

Dá a bocado, beijava-a num banco da «Alegria» (ai! As alegorias das tabuletas camarárias!...) — abafava-se na leitaria! — e ela lembrou-me um destino pouco platónico que eu só para mais tarde vislumbrava...

Tinha dinheiro, eu, então.

Amargo e céptico, pensei que ela o pressentira — e, por isto, não houve em mim demasias de orgulho nem de cinismo...

.....

Afinal, ela nunca me pediu nem aceitou nada. Dava apetite são aos almoços a dois — e eu achava-a deliciosa porque ia comigo a bailinhos ostentando ao redor do pescoço fino e branco um colar parecido com marfim velho e era feito (juro-o pela minha saúde!) de «estrelinhas» — massa para a sopa — enfiadas pacientemente numa linha!...

Com ele foi encontrar-me, por sinal, a uma festa de velha assembleia recreativa que, para tudo se envolver de fora-do-mundo, nem posso localizar — talvez no Intendente — onde a Auzenza de Oliveira cantou. (Disto, lembro-me. E também de quanto escandalizámos o porteiro...!)

.....

Fui para férias. Nunca lhe escrevi. Quando regresssei, procurei-a obsecadamente. Mas não a encontrei mais...

Gracinda — que era o nome da costureirinha — fez-se imarcessível essência do perfume complexo que para mim ia tendo a palavra LISBOA.

.....

Nesse perfume, entra, como compete, o Passado. O Passado — que já o era, até quando meu Pai nasceu (em 1872) e de que a vocação saudosista, comigo nascida, me dá dor de ausência, porque, nas almas pisadas como a minha, não precisamos de haver fruído, para padermos sensações de carência, de fadista saudade, também tão *alfacinha!*

Da nossa Lisboa, tudo ou quase tudo se sabe, tudo ou quase tudo se louva e canta. Trabalhos de olisipógrafos, encómios de viajantes estrangeiros, crónicas jornalísticas transidas de deslumbramento, mesmo verrinas de foliculários e libelistas, até fadinhos simplórios de passadismo, — esgadamham miudezas floridas como miosótis, alardeiam graças, sublinham características saborosas de seus habitantes (ou insinuam, em parca justiça, valer mais a terra do que as pessoas) e trinam saudades da feira de Agosto, do coreto da Avenida e das fações vinícolas-marialvas, quando não do *café-de-lepés* e dos coelhos guizados pela «Maria Botas»... Podem desconhecer que «*Alcântara*», em árabe, significa «a Ponte»; e não viver a par das pesquisas eruditas para localizar exactamente o viaduto dador de nome ao sítio onde os portugueses do Prior do Crato gastaram força e alma. Embora! Alcântara, com os seus oficinais e operárias, bóia ternamente nos estribilhos e no carinho *alfacinha*, marchando a par com o milagre da Mouraria-Cristã, quotidianamente repicado no sino da Senhora da Saúde, santificadora das guitarras e das noites de fel-e-vinagre...

Podem os amourosos cidadãos nunca se terem visto espiritualizados pela azulada palidês do luar de Alfama; não se capacitarem de haver paralelo entre os sonhos que constróem impenitentemente — e os prédios frágeis, de empenas, onde as *sardinheiras* pagãs e os nichos votivos clamam Beleza e rezam Tradição. Sonhos e casinhas sumidas serão frágeis no aspecto e na matéria (despresada pelos Sonhos); assim os dissemos. Sim; mas perduram, eternizam-se... E ainda bem! Ainda bem, por igual motivo, que as veredas sentimentais se mantêm ingenuamente torcidas como as congostas de Alfama, levando, ainda semelhantes a elas, a uma igreja como a do Menino de Deus ou de Santo Estêvão — donas do mesmo perfume alfacinha de alfazema e mangerico.

Tudo ou quase tudo se sabe, de Lisboa! Tudo ou quase tudo—mesmo o que se desconhece— é louvado e cantado! Ruínas do Carmo e areais de Belém... Miradoiros e vielas... A rua-da-Saudade e a avenida-da-Índia... O Tejo — e São Vicente... Os Jerónimos, a Sé, o Castelo... A Madragoa salgada — e o doce Largo da Rosa... A rua-da-Amendoeira, gomo de Primavera sob o graniso do Fado; e o jardim das Amoreiras, à sombra quieta dos arcos.

Só ninguém falou ainda em «ecos de Lisboa». — É verdade!... Citam-se, de quintas, matas e fragedos — saloios ou provincianos — sítios que nos devolvem a voz, num arremedo, e, por esse facto, se visitam e nomeiam. A Natureza troça-nos os guinchos esbarrando nos penedos e cabeços; o Homem vai guinchar e folga em ouvir-se zombado...

Ecos de Lisboa...

Eis uma expressão apenas concebida para encimar a coluna noticiosa ou literateira dum periódico do Porto, de Coimbra, de Évora ou de Braga. A seguir, espera ler-se *o que vai pelos tribunais* ou *quem faleceu*... a não ser que o periodista, em veia, decida tosar a Canção do Sul mais as vendedoras de hortaliça. Nenhuma destas é a nossa acepção. Queremos, melhor, afirmar que, na Capital, virando cada esquina, mirando cada prédio, passeando sem programa as vias do roteiro — vibram repostas e se corporizam fantasmas, perante quem lançar perguntas (mesmo mudas) à Lembrança, à Recordação. Estes são os *ecos* da Cidade... e não apenas físicos, como os seus pares dos fragedos serranos e das herdades campónias.

As descrições de Júlio de Castilho, as anedotas do infeliz Júlio César Machado, as chalaças de Gervásio Lobato, os «*trenos*» do «Eurico», as recitações da «Lua de Londres», os valentaços do *Café Marrare* (Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, José Vaz de Carvalho, o Lima-da-Cardiga, Luís Forjaz, famoso toureiro, Celestino Cláudio, oficial de marinha, e muitas dezenas mais) —  
8 podem ressucitar, com o actor João Anastácio Rosa, o pintor Anunciação, e Saint-Léon, rabe-

quista e coreógrafo distinto, compositor e director do corpo de baile de S. Carlos, a quem o governo de Rodrigo da Fonseca Magalhães agraciou com a ordem de Cristo, para fumegante escândalo da pleiade, ainda depreciadora de dansarinos, como sob Diogo Inácio de Pina Manique. O próprio desportismo profissionalizado, de hoje, arrasta memórias de homens rijos em músculos, mestres do nacionalíssimo «jogo-do-pau», reunindo-se no «Toscano», ao canto da travessa de Estêvão Galhardo — e todos sócios famosos do *Real Ginásio*: José Maria da Silveira, o *saloio*; Tomás Jorge; José Maria Cristiano e Manuel Machado.

A chamada ocorre, num tropel de equipagens, a mocidade doirada, pródiga e nobremente louca: o conde de Carvalhal, o marquês de Nisa, D. António e D. João de Meneses, o visconde de Almeida, Paiva Araújo, D. António da Cunha Sotto-Maior, o visconde de Asseca... e o mago deslumbrador de Lisboa, conde de Farrobo, cujas grandes caçadas lendárias, o crítico de arte Zacarias de Aça descreve da maneira seguinte: «Latidos de cem podengos atrovavam as charnecas e as encostas e, no centro duma linha de mais de sessenta atiradores e batedores em que brilhavam as nossas melhores espingardas e os amadores da colónia estrangeira, — o conde com o seu barrete de peles, botas altas, elegante, em tudo apurado e bizarro como um *grand-seigneur*, tendo ao lado o seu fiel Domingos Monteiro Torres, grande atirador também, assinalava a sua destreza e o alcance da sua *Purdey* com os magníficos tiros *dobrados*, em que era eminente. À noite, no grande pátio da quinta, a *curée aux flambeaux*. Depois ouvia-se uma trompa, uma *fanfarra* de caça. Era ainda o fidalgo fazendo as honras da casa aos seus amigos e convidados, a avisá-los da ceia esplêndida que ia servir-se».

Ecos de Lisboa!

...Os que quem souber escutar sente num qualquer rumo: sentado no Teatro Lírico, onde ribombaram as lutas célebres, entre o *partido* da Alboni e o da Castelani, da Lisereux e da Fleury, da Stoltz e da Novello, passando em Campo de Ourique — onde, na rua da Piedade, lá em baixo, ao fundo, em frente do antigo quartel de Infantaria 16... já não existe há muito a casa do singelo e trabalhador Pinheiro Chagas; em S. Francisco de Paula onde, por 1861, residiu o visconde de Castilho; na Ajuda, onde tinha modesta residência Alexandre Herculano — e D. Pedro V o visitava, assim como honrava por sua presença as lições de Rebelo da Silva no Curso Superior de Letras.

Ecos de Lisboa!

No Chiado, a *tísica-artista* do pintor Francisco Metrass, morto aos trinta e seis anos, como Rafael, Byron e Mozart... Subindo a rampa do Corpo Santo para o Ferregial, a resfolegar por causa da bronquite e a declamar, entre frouxos asmáticos, frases do mais expressivo calão, — vem Pedro Augusto da Silva, mestre de cacete e de tiro ao alvo. A ronda heterogênea deambula: é Garrett, o pintor Sequeira, Bulhão Pato, Montufar Barreiros...

Mais do que as fachadas a desoras ou a inauguração chôcha de novos «dancings», — são estes os eternos ecos duma Lisboa eterna, que os noticiaristas coevos ignoram fingindo que não, e nem sempre têm méritos ou sensibilidade para auscultar.

Esta ciência da Saudade de quanto não vivi, colho-a sobretudo em vindimas sentimentais, serôdias, do São Martinho *alfacinha*, quando o sol é apenas uma nostalgia do verão, perdida e deslocada no inverno.

Com o seu brilhar um pouco dolente, ardem remiscências da época em que o Calendário ainda o tinha como rei absoluto, ainda não o forçara a abdicar pelo *ultimatum* fatal da mudança de estações. Tristemente se despede este sol latino, «o claro sol, amigo dos heróis» — segundo o verso épico, luminoso e bravo, de Antero. Tristemente se despede o Soberano! E nunca, em Portugal, se despede *de todo*... Vem, mesmo na inverneira, um dia por outro, às furtadelas, às ocultas, lá do exílio do outro hemisfério, matar saudades e penetrar-nos bem. Quando surge,

fugaz, encontra-se desenquadrado do seu séquito de alegrias: as praias estão desertas; os fatos de banho aposentaram-se; os homens enconcham-se em sobretudos e impermeáveis; as mulheres parecem, em toda a parte, mulheres esquimós — resguardadas por peles de bichos... Nas ruas de Lisboa, as *esplanadas* morreram e, com elas, o lampear, talvez um pouco píffio mas garrido, das lonas listradas, das mesas e cadeiras berrantes de cor, dos próprios refrescos ricos de tintagem. Fumegam os carritos das castanhas assadas: desapareceu o pregão «*melancia, à faca!*», suco e sangrento, com inocentes sugestões remotas de rufianagem (por causa da faca...), mas com muitíssimo mais próximas lembranças das romarias, onde a melancia é essencial e decorativa, tanto como o vinho, os foguetes, os *registos e bentinhos*, as opas e véstias das Irmandades, o mangerico, ou a charanga no coreto, enramado de palmas e desafinado de notas estridentes...

A Romaria! Nem esta sugestão, que, em verdade, não é sua, própria, falta à poesia heterógenea de Lisboa — que vê no rio os Círios para a Atalaia e, a dois passos, escuta risos e orações na Senhora da Rocha de Camaxide, a que se apensa o «*Mensageiro de Fez*», de Tomás Ribeiro, — que também lá morou e deixaria aos descendentes fé na Santinha e pergaminhos de mordomia. Só o Senhor da Serra, Outro Vizinho tão festejado, deixou de cultuar-se!...

Eça de Queirós que, com toda a enciclopédia das suas atitudes literárias, — capazes de darem argumentos de filiação aos gostos mais dispares dos entusiastas do «*politique d'abord*» que o queiram nacionalista, anarquista, sindicalista, fascista «*avant la lettre*», etc., e até talento infalível — ora acertava, ora errava, como não podia evitar-se em tamanha versatilidade elegante, errou, tremendamente errou e foi ainda menos escrupulosa sonda do que de costume (em tudo quanto não se ficasse depreciativa caricatura ou égloga tardia de arrependido mesentérico) ao querer diminuir Lisboa nesta infeliz observação de *Uma Campanha Alegre*: «*Que quer Vossa Magestade? — Lisboa faz o que pode: quem tem um temperamento saloio não pode tirar dele requintes de artista. Lisboa é uma cidade saloia: é uma cidade de fora de portas: é uma cidade de aldeia. A sua imaginação, violentada para conceber uma festa, não pode produzir mais que o arraial. Foguetes e filarmónicas — eis o que ela sabe dar de mais delicado aos heróis que ama*».

...Como tantos, aqui está um trecho do cardume daqueles que não nos deixam, a mim e aos meus correligionários em Camilo e Fialho, entrar, nem só para apreciar os estuques novos, no conventinho mundanal do Romancista-Cônsul... E nos não pode deixar de divertir quando supra-aludidos entusiastas, atribuintes de todas as virtudes, lhe dão, nas todas, a de mestre da construção estilística... «*Aos heróis que ama*»... Ah! Camilo! Que riso de caveira, o teul!...—Mas adiante. Saberá Eça (ora! Ele queria lá *saber!* O que era preciso, era *troçar!*) o que constituiu, por exemplo, a entrada nesta Cidade do Rei D. Afonso VI e da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, pelas Portas de Santa Catarina? Teria lido ele a ofegantíssima descrição da Procissão do Triunfo de Santa Maria Madalena de Pazzi, inclusa nas festas da Canonização da venerada florentina, e estremecedora do pasmo lisboeta, pouco mais de três anos depois?! Conheceria ele... Para quê, porém?! Imaginando que tudo sabia, pode fantasiar-se possível o ele contestar que, nessas como em todas as animações lisboetas, o saibo de cavalhadas e arraiais lá se provava, como até nos folgares de D. Pedro I. Mas o que nós replicaríamos ao engelhar da pele pelo vidro do óculo era: — «*Ainda bem!*» — ou — «*Graças a Deus!*» — As próprias crónicas do cortejo nupcial do pobre *Vitorioso* o dão como terminando «*com as costumadas danças, vindas de todo o reino*».

Ora, a maneira justa de aludir a isto não é, em nada, a da colaboração de Eça para *As Farças*: é antes a dos estribilhos de Norberto de Araújo para as marchas bairristas!... Era a de algumas páginas, cheirosas de rosmarinho quaresmal e doces como amêndoas de Páscoa,

de Júlio de Castilho. É a dos seus continuadores, fiéis tanto à lição do Mestre como à da Lisboa Antiga: Gustavo de Matos Sequeira, Luís Pastor de Macêdo, Eng.º Vieira da Silva, Sampayo Ribeiro, etc. — *Amigos de Lisboa*, para além e para cima da designação associativa.

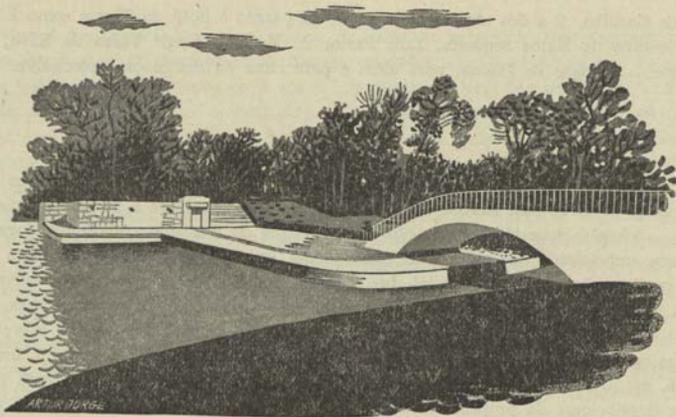
Erro também frequente nos míopes repetidores de lições mal entendidas acerca de Lisboa é a indiferença da Urbe pela Árvore e pela Flor. As cidades — mesmo à de Lisboa, que é a mais rebelde... — chegam sugestões, no pregão dos morangos ou das amoras-da-horta, jogado no ar! Na clausura empoleirada das nespereiras em caixotes, aperreadas e inconformes como os pés de chinasas tradicionais; no entulhar total das sacadas humildes pelos vasos (com craveiros, malvarrosas, trevos, espargos, tomateiros até, especados em canas...) os officinais e as costureiras *alfacinhas* sacrificam respiradoiros a perfumes e paletas de campos longínquos. Miniaturizam as tonalidades opulentas que decoram o solo de livres paragens onde o arco-íris poisou, nos amarelos dos tojais, no róseo dos pessegueiros aprilinos, nos castanheiros doirados de morte próxima...

Na terminologia da própria moda — e nada mais oposto do que esta ao viço ressumante dos pastios e pomares —, as cores designam-se: cor de malva, cor de cereja, cor de musgo, cor de borra de vinho, de flor de pessegueiro, ou de rosa, ou de alfazema...

Em tudo e por toda a parte, germinam e cirandam evocações de paisagem. E quando mais acendrado existia o hábito de ir para as «hortas» suburbanas, ao domingo, motivos recém-ditadamente latentes os pândegos albergavam, além de beberem vinho e comerem peixe frito com salada: era o fazerem-no sob o docel duma parreira ou sentindo correr perto a recitada redondilha de um regato.

Imposições da saúde perdida afastam-me de Lisboa, pouco depois de entregues estas páginas para a Revista do seu Município. Deixo-a toda enfeitada para a Corte de Amor do Oitavo Centenário: Menina Encantada de conto de fadas que ela é! O mais que poderei, talvez, é escutar o prémio de consolação, à minha real saudade de *alfacinha* adoptivo, das ondas radiofónicas que me levem ao exílio serrano as vozes e as músicas do Grande Preto! Todos os sedimentos afectivos dos meus vinte e quatro anos de intimidade, primeiro atordoada, depois seduzida, com a Capital, me farão companhia neste involuntário retorno à Província donde em menino parti e de que guardei sempre o cheiro a resina, a milharais regados, a mosto e a burel, a relvas de lameiros e a flores de acácia-mimosas, a azeitonas varejadas e a penedos vestidos de musgo, a pão de milho saído do forno e a gamelas vindimeiras cheias de cachos, — para tonificar, se não o corpo, que se me estiolou, a alma, arrecadante de todas as compreensões, nos trânsitos do Chiado, de Alfama, de Alcântara, do Bairro Alto... Nos passos de marcha que andei, sonâmbulo e silencioso, entoando para mim, as colinas de Lisboa fatigaram-me como carícias exigentes de mulher muito amada, muito amante, muito mais forte...

A Menina Lisboa cumpre galhardamente os seus oito séculos. O seu humílimo hóspede despede-se, receando o agoiro de proferir — «*Adeus!*» — mas não muito certo de arribar aos trinta e sete anos... — Oxalá o pessimismo se reduza à megalomania de parecer-se com os retro-referidos Mozart, Byron, Rafael e ...Francisco Metrass!... E, todavia, gargalhando, entre lágrimas, do dispaupério de aquela diferença de idades, — como ele A amou!



## AS GRANDES OBRAS CIDADINAS

# CAMPO GRANDE

O antigo Campo de Alvalade, o Grande. — Quando a Rainha Santa Isabel fez celebrar pazes entre seu esposo e seu filho... — Alvalade, campo de manobras militares antes de «Alcácer-Quibir». — D. Maria I, benemérita do Campo Grande. — Nos tempos, aqueles, em que um pouco dava dinheiro. — Um palácio, D. José e uma certa Madre Paula... — Antigamente já havia hospitais «fora de portas...» — Uma feira que era uma das maiores do país. — As corridas de cavalos ingleses e as apostas de muita valia.

Situado a norte da cidade, porém, integrado na sua massa urbana, o parque conhecido pelo nome de Campo Grande — oficialmente Campo «28 de Maio» — estende-se ao longo de uma antiga pradaria arrabaldina que, em recuada época, o favor de uma rainha da dinastia de Bragança mudou em aprazível bosque, cujas sombras, no período estival, começaram a atrair os lisboetas amantes de merendas campestres...

Porém, não se pense que a história do Campo Grande, como logradouro público, tem o seu início no reinado de D. Maria I, nos fins do século XVIII, sendo ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que foi quem mandou arborizar o local, porquanto, já muitíssimo antes — **12** e como se prova por carta régia de 22 de Junho de 1520, dirigida à Câmara Municipal de Lisboa

— se há por bem que a mesma entidade não aforasse a André da Silveira mais que três a quatro braças de terreno «do Campo de Alvalade, o grande, pr que queremos que ho dito campo fique e este fformoso e despejado e nam ocupado, nem delle tomando cousa que o faça fycar deneficado».

Tendo primitivamente a denominação de Campo de Alvalade, palavra esta derivada do substantivo árabe *albalade*, que significa lugar habitado e murado, foi naquele plaino grandioso, então possivelmente por completo livre de quaisquer casas, que em Agosto de 1578, as aguerridas hostes e a arrojada cavalaria de El-Rei D. Sebastião se treinaram diariamente, em ululantes correrias bélicas e impressionantes cargas, antes de tomarem lugar nas naus a caminho do Norte de África para avassalarem o Islão...

Anteriormente, porém, já aquela campina, verdejante na maior parte do ano, fora teatro — diz-se — de um acto histórico de transcendente importância. Referimo-nos à comovente atitude da Rainha Isabel, a Rainha Santa Isabel, fazendo celebrar, em pleno Campo de Alvalade, pazes entre seu esposo, D. Dinis, e seu filho D. Afonso, em 1323.

Está, pois, o Campo Grande intimamente ligado à História de Portugal por dois episódios que vieram a reflectir-se profundamente no destino da Nacionalidade.

Considerado logradouro público, como se disse, no princípio do século XVI, a vida do Campo Grande, na sua qualidade de parque de recreio, começa, segundo cremos, verdadeiramente, após a sua arborização.

Então, casas e casais foram erguidos no perímetro daquele bosque grandioso, de dois quilómetros de comprimento por 140 metros de largura. Tempos depois, as necessidades sociais e espirituais dos seus habitantes levaram-nos à criação de uma freguesia que passou a chamar-se dos Santos Reis, ficando, deste modo, o Campo Grande independente da freguesia do Lumiar, do concelho os Olivais, à qual, apesar disso, continuava na obrigação de dar o *dizimo* de todos os seus frutos em troca da cedência de padres para as funções religiosas, sempre que deles houvesse necessidade. (Escusado será dizer que este costume, por vários motivos, se extinguiu há muito).

Constituída a freguesia dos Santos Reis, imediatamente se formou a respectiva irmandade que, desejando ter missa, mas carecendo de recursos financeiros para tal, se lembrou de mandar pôr, num poço que já ao tempo existia no Campo Grande, uma armação de ferro com roldana e uma pia de pedra. Isto, pelo simples motivo, de que entre a Póvoa de Santo Adrião e Lisboa não havia, em toda a lonjura do trajecto, sítio algum onde o gado pudesse beber. Junto do poço, collocaram os irmãos um homem, cuja missão era a de conservar a pia sempre cheia de água e de pedir esmola aos viajantes... E estas esmolos, que chegaram a render por ano 208\$000 réis, permitiam à irmandade o luxo de dois capelães, e, ao homenzinho, uma vida digna e naturalmente desafogada: ele auferia de ordenado cinquenta por cento, como hoje se diz, da totalidade das «receitas»... Porém, com o andar do tempo, as esmolos diminuíram — e o «rendimento do poço» acabou por não permitir pagar, sequer, a um só capelão. E foi então quando, irmãos e devotos, tiveram que puxar os cordões à bolsa, contribuindo com donativos, a fim de não se quedarem sem padre.

Mais tarde, já no século passado, construiu-se um chafariz, no lado oriental, «sendo os sobejos concedidos ao desembargador Alexandre José Ferreira Castellinho» em 28 de Outubro de 1813, ao qual se passou «título de posse» em 20 de Maio de 1814. Por este motivo, segundo cremos, e porque nele se deram alguns desastres, como o daquele homem que em Novembro de 1844 ali ia morrendo afogado, dado que o bocal do poço era muito baixo e largo e nele azevavam descançar os caminhantes, foi o mesmo atulhado pela Companhia de Obras Públicas que logo abriu outro, de iguais dimensões, do lado das casas de então, trabalho este que só ficou concluído em 1846. Porém, no intuito de evitar desastres, a Câmara Municipal desse tempo imediatamente lhe mandou collocar um tampo com o respectivo alçapão...

Muito perto de Lisboa, com uma situação climática de aconselhar aos doentes do peito, não é de admirar que para as suas casas e quintas fossem «a ares» muitos deles e que algumas ordens religiosas, como, por exemplo, a dos Franciscanos, que já possuíam ali um convento e a dos frades de São Caetano, mandassem edificar no Campo Grande hospitais para os seus enfermos.

Sem construções dignas de nota pela sua arquitectura ou obras de arte, apresenta, contudo, o Campo Grande, um curioso exemplar de palácio de meados do século XVIII, mandado edificar, num estilo nobre e bem ornamentado, pelo rei D. José e ao qual se liga uma romântica história de amor de que foram protagonistas aquele monarca e uma fidalga leviana recolhida no então vizinho Convento de Odivelas.

E juntando à sua missão recreativa uma função económico-social, serviu também o antigo Campo de Alvalade, o Grande, de cenário durante muitíssimo tempo a uma das mais concorridas feiras anuais de todo o país. Nesta feira, que tinha o seu início no segundo domingo de Outubro, se apresentavam os melhores exemplares de gado cavalari de toda a Estremadura e Ribatejo, assim como outras espécies de animais de estábulo e ganadaria, e ainda toda a sorte de produtos manufacturados e agrícolas. Esta feira, que todos os anos constituía um acontecimento, com foros de sensacional, para o lisboeta sempre ávido de boas distrações e folguedos, entrou depois a decair de ano para ano devido à criação de mercados nas principais terras do país e, naturalmente, à grande facilidade de comunicações provocada pela inauguração de caminhos de ferro os quais passaram a permitir modalidades mais rápidas de comércio interno. Contudo, o mercado de gado, nos primeiros domingos de cada mês, contemporâneos da célebre feira arrabaldina, subsistem ainda, se bem que de uma forma bastante degenerada.

E se dissermos, que já no primeiro quartel do século XIX, o Campo Grande servia à mara-vilha para o divertimento predilecto dos ingleses — as corridas de cavalos — com veloses corseis e levíssimos *jockeys* importados da Grã-Bretanha, o que sempre atraía àquela planície, nos domingos estivais, imensa multidão de espectadores ou, talvez melhor, de jogadores, uma vez que as apostas atingiam sempre consideráveis quantias, deixamos feita, a traços largos, a história do que foi o célebre Campo de Alvalade até ao limiar deste século turbulento em que vivemos.

O Campo Grande no tempo dos chapéus «de coco». —  
A fuga da gente «elegante». — A agitação política e o  
Campo Grande. — Quando havia em Lisboa risonhos  
«cafés» de «camareras» e trens de praça no Rossio. —  
Um macaco embalsamado que não metia susto a ninguém.  
— O Campo Grande, passeio predilecto de costureiras e  
«magalas». — Votado a um completo abandono... — Pro-  
curando remediar o mal, com remédios de pouco efeito.  
— O ciclone de 1941 destruiu grande parte do que restava.  
As grandiosas obras em curso no Campo «28 de Maio».

1900: o mundo vivia os últimos suspiros do Romantismo. O chamado estilo «floral», também chamado de «modernista», imperava por toda a parte. Era a época, um tanto ou quanto caricata, das «cintura de vespa», do «can-can», dos «monóculos», dos chapéus «de coco», dos «Damasos Salcede» e dos «Conselheiros Acácios»... Uma época que se nos afigura de transição, de

fuga a um espartilhamento romântico provocado pelas duas grandiosas forças que se chamam Progresso e Socialismo. Marchando o mundo, em passo acelerado, para um modo de vida mais igualitário, de classes sociais menos definidas, não é de admirar, portanto, que a Sociedade lisboeta pelas gazetas alcinhada de «elegante», começasse a desprezar o Campo Grande, com horror de se saber confundida com a gente burguesa e plebeia da qual não a separavam já nem os trajos nem a cultura... Apesar disso, o Campo Grande ia desempenhando na vida da Capital um papel de certo relêvo. Faltando-lhe, é certo aquela frequência de «gente-bem» que o trocou por outros locais também aprazíveis, como as praias da Costa do Sol, e que, agora, só uma vez por outra o procurava para os seus passeios a cavalo, o alvaladino parque entrou a decair gradualmente numa vida agónica só alegrada, aos domingos, por uns quantos ciclistas, por umas partidas de *ténis*, por uns patinadores de ocasião e pelas águas mansas da sua pequena lagoa na qual se podia remar.

Sofrendo, como tudo e todos, as consequências da agitação política nacional, que levou a mudança do regime, grande número dos seus frequentadores tradicionais, gente burguesa e pacata, sempre receosa de intempestivas alterações da ordem pública, deixou de visitá-lo aos domingos e, deste modo, mais se acentuou a decadência do velho Campo Grande. Outra classe de gente o procurava — mas, a altas horas da noite. Aqueles rapazes boémios e aquelas raparigas de todas as grandes cidades, e entre as quais muitas espanholas, criadas dos «café» de então, dos «café» de *camareras*, que, amontoando-se em velhas «vitórias», tiradas por escanzelados cavalecoques iam, a horas mortas, de passeio até lá para comerem, nos tascos e anacrónicos restaurantes da periferia do bosque, as tradicionais postas de peixe espada frito com salada de alface bem regadas a vinho de Bucelas ou do Cartaxo.

E a decadência do Campo Grande de ano para ano se acentuava mais. Falho de divertimentos, restando-lhe como derradeira atracção um pequeno casinhotto — o «Chalet das Canas» — onde um macaco embalsamado, que uma mola fazia saltar, já não metia susto a niguém por conhecido de toda a gente; tendo como únicos motivos de distração os barquitos da lagoa e umas quantas bicicletas de aluguer, o parque deixou, por completo, de merecer o interesse do lisboeta. Quase deserto aos domingos, aquele formoso logradouro público, que fora um luxo da cidade, agora inteiramente abandonado, com os caminhos pedregosos e enlameados, com os canteiros dos seus jardins em desprezo, com inúmeras falhas no arvoredo, sòmente lhe restava o bem-querer dos enamorados e dos «magalas» e «sopeiras» que, nos dias festivos, o alegravam com os seus risos e com a franquesa dos seus ditos serranos.

Mais tarde, procurou-se remediar o mal, plantando arvores novas e arbustos nos locais onde outras haviam morrido. Porém, tudo ia sendo feito de improvisado, sem um plano prévio de arborização, com o único propósito de preencher falhas. Deste modo, a pouco e pouco, certas zonas transformaram-se em verdadeiros matagais onde as plantas se afogavam umas às outras, impedindo-se mutuamente de atingir um desenvolvimento normal e harmonioso. Diz um técnico nestes assuntos, o sr. architecto Keil do Amaral, que o traçado dos canteiros e arruamentos, realizado segundo um padrão impróprio para as condições específicas do terreno, foi também um dos factores que provocaram a falta de interesse do público pelo Campo Grande, pois que a excessiva percentagem de caminhos, a maior parte dos quais cruzando transversalmente o parque, o «esburacou» tornando impossível uma certa intimidade, um certo isolamento do movimento exterior de veículos, dia a dia mais intenso.

E, como se tudo isto fosse pouco, o formidável ciclone de Fevereiro de 1941 causou, no Campo Grande, enorme prejuízo, derrubando algumas das mais belas arvores, deixando o pobre Campo mutilado e absurdo, incapaz de responder àqueles requisitos mínimos que um parque de qualquer cidade tem de possuir.

Quando a Câmara Municipal de Lisboa decidiu meter ombros à tarefa de «refazer» o Campo Grande, todos os factores atrás citados foram estudados e tomados na devida consideração e, com eles, vários outros que o desenvolvimento e a expansão da Capital trouxeram a primeiro plano. Assim, pensou-se que convinha:

a) — Fazer reviver aqueles centros de interesse que tinham, de certo modo, constituído os fulcros de atracção do parque.

b) — Reagrupar o arvoredo, de modo a permitir-lhe melhores condições de vida e de desenvolvimento, e, bem assim, maior encanto paisagístico.

c) — Estudar e executar um novo traçado de arruamentos e canteiros, dando aos visitantes mais largas perspectivas dentro do parque e, simultaneamente, maior isolamento em relação ao movimento exterior.

Iniciados os trabalhos, e para se conseguir o primeiro destes propósitos, tomaram-se as seguintes disposições: Aumentar para o dobro a superfície da antiga lagoa, o que já se fez, destruindo-se a primitiva ilhota, onde havia um botequim, a qual veio dar lugar a uma outra, num dos topos do lago, com dimensões muito maiores que a anterior. Essa ilhota, a que uma ponte dará acesso, será valorizada por duas figuras decorativas do escultor Rocha Correia. A um dos lados da mesma, onde, com a benemérita finalidade de salvar uma bela árvore, se criou um plano mais elevado, far-se-á uma «esplanada» servida por um pequeno «bar». Do lado norte dessa «esplanada» erguer-se-á uma outra figura decorativa, cuja silhueta, certamente bela, se reflectirá nas águas límpidas da lagoa onde deslizarão coloridos barcos novos. Estátua que será esculpida por Canto da Maya.

E no intuito de se criar mais um motivo de atracção — que valerá também como um factor de comodidade para os visitantes — está-se construindo, na margem norte do lago, um vasto pavilhão onde o público poderá tomar refeições e bebidas, ao mesmo tempo que, pelas grandes janelas envidraçadas, contemplará os remadores ou, do lado oposto, as graciosas atitudes dos afeiçoados da patinagem rolando, ao som de música, sobre uma pista apropriada.

Não foram esquecidos também os simpáticos jogadores de *ténis*. E para eles se construirão, do lado norte do lago, dois «courts» especialmente pavimentados para servirem a jogadores pouco experientes, não necessitando os campos excessivos cuidados de manutenção. E como «Portugal é dos portugueses», e dos portugueses são os tradicionais jogos da «patela», da «bola», do «chinquillo» e da «daranjinha»: para os seus ainda numerosos praticantes se construirão dois terreiros que a sombra do arvoredo protegerá nas tardes de canícula atrás.

E tendo-se em conta que a aprendizagem de ciclismo sempre levou ao Campo Grande muitos jovens desejosos de serem «ases do pedal», e em vista de que esta aprendizagem se fazia ultimamente, ali, em precárias condições de segurança, construiram-se, para o efeito, duas compridas pistas alcatroadas, oficialmente vedadas a qualquer espécie de trânsito. Do mesmo modo, não foram esquecidas as crianças, e, assim, uma grande zona do parque foi cercada por uma sebe de verdura onde haverá toda a espécie de jogos «infantis», baloiços, uma pista de patinagem, etc., que serão certamente uma alegria para a risonha gente de palmo e meio.

A acrescentar ainda a estes motivos de interesse e atracção, porém visando propósitos culturais de educação popular, será instalada, num local de grande socêgo e isolamento, junto a um pequeno lago que já existia na zona sul do Campo Grande, e que foi ampliado, uma biblioteca constituída por volumes criteriosamente seleccionados.

Antes, porém, e para se conseguir o segundo dos propósitos atrás apontados — o reagrupamento do arvoredo — começou por se fazer um levantamento e uma classificação de todas as árvores existentes, com as respectivas posições, as espécies, o desenvolvimento atingido, as possibilidades de transplantação, etc..



O lago, depois de ampliado, visto de norte para sul



A ponte de acesso ao embarcadouro e a um futuro botequim

Faltam ainda, nesta fotografia, as esculturas de Canto da Maya e Rocha Correia, que já estão a ser montadas no local



Um troço do jardim, depois de ser arranjado



O novo restaurante, no topo norte do lago.

E foi assim que, tendo por base de orientação esse estudo, se mudaram algumas árvores, quer para desafogar outras, quer para se constituírem novos grupos, e se completou o conjunto florestal com centenas de árvores novas. E interessante é afirmar que raríssimos foram os casos de insucesso nas transplantações. Quanto às árvores que se derrubaram, salvo duas ou três excepções, foram aquelas que estavam mortas ou incuravelmente doentes. Com este trabalho de reagrupamento, valorizaram-se espécies de certo valor e beleza que, anteriormente, estavam escondidas dos olhos do público, ou abafadas por outras de maior porte e menor formosura. Assim, após este fatigante trabalho, já concluído, o conjunto do parque ganhou indiscutivelmente maior categoria e, por consequência, um maior encanto paisagístico.

Escusado seria dizer que — e para se atingir o terceiro dos propósitos assinalados — se começou por cuidar dos grandes arruamentos exteriores. Do lado norte, construíram-se duas novas artérias — uma para automóveis e outra para «eléctricos», carroças e caminhões — tendo-se feito desaparecer por completo as anteriormente existentes. Deste modo, conseguiu-se ganhar para o parque alguns hectares de terreno, antes abandonado, justamente na zona do lago grande, onde esse terreno veio permitir a construção dos «courts» de ténis e de outros campos de jogos, a que já se fez referência, além de um maior espaço para arborizar. Em todo o perímetro do Campo Grande também se alargou a rua já existente, que foi totalmente reconstruída ou reparada, ficando ladeada por passeios devidamente pavimentados.

No interior refez-se por completo o traçado dos arruamentos e canteiros, substituindo-se a profusão de pequenas ruas transversais e de canteiros triangulares e redondos, por caminhos correndo ao longo do parque, cortados apenas de espaço a espaço, limitando sempre grandes placas ajardinadas. Nessas placas, dispuseram-se as árvores e os arbustos, de molde a proporcionarem largas perspectivas no sentido do comprimento do Campo, adensando-se, ao mesmo tempo, a vegetação, de ambos os lados, criando-se por esse facto, uma maior noção de grandeza aliada a uma sensação de tranquilidade que a reduzidíssima largura do parque e o tráfego cada vez mais intenso de veículos de toda a espécie, pelas ruas laterais, tornavam impossíveis.

E tendo-se comprovado, desde há muito, que os grandes tapetes relvados provocam um efeito repousante sobre o organismo, além da beleza que proporcionam, criaram-se no Campo Grande, zonas relvadas sempre que foi possível garantir-lhes a insolação e o desafogo requeridos. Alternaram-se, estas placas, com grandes macissos de plantas de floração abundante e, tanto quanto possível, distribuída pelas quatro estações do ano.

Além disto, todo o parque foi dotado com larga profusão de bancos, cestos para papéis e bebedouros, tendo-se construído ainda, para o pessoal jardineiro, um edifício próprio, provido de refeitório, instalações sanitárias, etc..

E contando-se, por último, que o renascimento do Campo Grande provocaria um largo movimento de renovação das construções existentes em toda a sua periferia, estudou-se a maneira de orientar esse movimento, fixando cercas a adoptar, demarcando a divisão dos terrenos livres, apontando os diversos arranjos de pormenor, etc., de molde a valorizar a moldura de tão notável quadro urbano.

Por tudo o que fica dito se verifica que a cidade de Lisboa contará dentro de semanas — uma vez que os trabalhos de reforma do velho Campo de Alvalade, o Grande, estão na sua última fase — com mais um bellissimo parque de que se poderão orgulhar os habitantes da Capital do Império. Espera, contudo, a Câmara Municipal de Lisboa que os habitantes do Campo Grande colaborem nesta obra de certo modo grandiosa, pois nela se dispenderão alguns milhares de contos, visto que, embora toda a cidade venha com ela a beneficiar, eles serão, como é lógico, os mais directamente favorecidos.

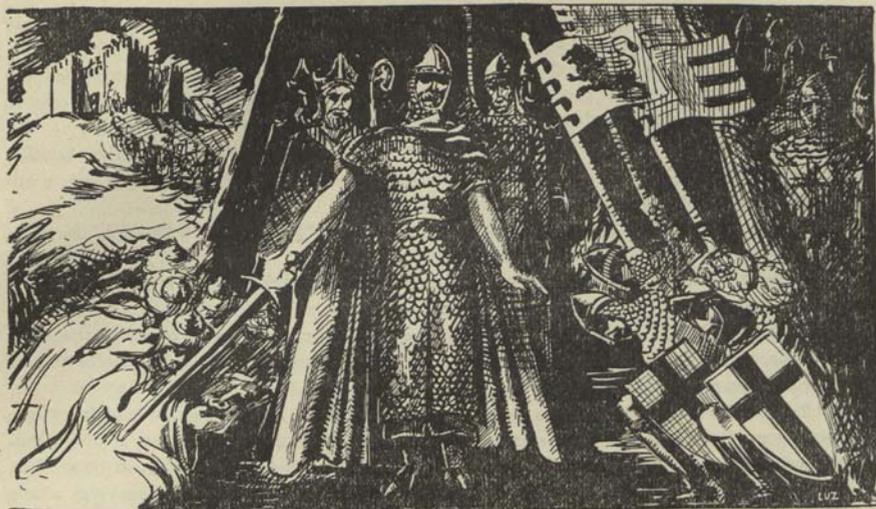
E o novo bairro de casas de renda económica, a sul da Avenida de Alferes Malheiro, obra de um alcance social incalculável, poderá dispor, logo de entrada, de um parque *já feito* o que, sem dúvida alguma, virá trazer ao rejuvenescido Campo Grande um acréscimo de movimento e de animação.

E é assim que a *pradaria* dos tempos da Rainha Santa Isabel e do aguerrido Rei Sebastião; o *bosque* do tempo de D. Maria I e do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de Estado; o *parque* da época queiroziana dos «Dâmasos Salcede» e dos «Conselheiros Acácios»; o «*passeio*» quase deserto dos nossos dias — o CAMPO GRANDE — se está integralmente modificando para nos proporcionar belas tardes de sol primaveril, ou de frescura estival, mas sempre de tranquilidade, de quietação... de sossego, em certos dias tão desejadas, pelos dinâmicos habitantes de uma cidade trabalhadora e cosmopolita como é presentemente esta NOSSA LISBOA.

Luis de Quadros.



N. R. — Por determinação da Ex.<sup>ma</sup> Presidência da Câmara de acordo com a Comissão de Toponímia da cidade, de 16 de Julho do ano corrente, que restabeleceu muitas das tradicionais designações de praças e ruas lisboetas — e alterou as de outras — o Campo Grande deixou oficialmente o seu sobrenome de *Campo «28 de Maio»*, e a Avenida de Alferes Malheiro passou a chamar-se «do Brasil». Porém, tanto uma como outra designação passarão a crismar novos arruamentos em estudo dignos daquela data histórica e do valoroso militar.



# A TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

COMO D. AFONSO HENRIQUES  
PRETENDEU GANHAR A VITÓRIA MORAL

LISSIBONA mourisca bem merecia os penosos trabalhos da conquista.

Cidade onde se comerciava e se desvairava era um empório. Ali vinham descarregar os barcos dos distantes portos carregando o vinho, o sal, os produtos dos pomares e almuinhas de além muralhas.

No âmbito citadino tumultuava a maruja e os negociantes; gentio que vinha gastar em prazeres parte do lucro da veniaga. Como em todas as urbes abertas ao tráfico, onde corre o dinheiro, o luxo desenvolvia-se e os forasteiros deviam encontrar todas as satisfações para os vícios.

Moralmente, Lisboa estaria pervertida e falha na sua alma. Embora bem defendida pela «Kassba» — a alcáçova, o castelo, ruía no carácter. Quando as terríveis devastações íntimas atingem um homem ou um povo a condenação pune e vence.

D. Afonso Henriques devia saber, pelos seus agentes secretos, talvez disfarçados em mercantes daquele tráfico, como se ia perdendo o decoro na tão apetecida cidade. Ao mesmo tempo conheceria algumas das disposições militares do empório que lhe pareceriam de difícil tomada. 19

A mourama temia o grande batalhador que andara por suas terras devastando e aprendendo os costumes das gentes de armas, sua tática e estratégia.

As dissensões entre o chefe de guerra infiel Ibn Kasi e os seus antigos senhores, Seddray e Omar, levava aquele ousado guerreiro a pedir o socorro de D. Afonso Henriques. Foi com as suas hostes pelejar; e de tal maneira se batera que acrescentara suas vantagens e fama.

Crisrnado pelos aliados, tornou-se o Ibn Errick, que passara à categoria de terrível capitão.

De muito lhe serviria aquele período de batalhas nas terras do Garb. Aprendera com o inimigo as suas próprias manhas.

O seu pensamento levá-lo-ia para longe, para a Olissibona, tão forte e tão rica, chave de poder máximo para derrotar maiores possessões inimigas.

Primeiro devia conquistar Santarém, o baluarte bem defendido que era o entrave à passagem para o burgo, tão bem guardado, quão opulento.

Por traças e ardis, e logo por braveza sem par, o rei português e seus cavaleiros tomaram a esplêndida cidade e os seus habitantes, escapos à chacina, fugiram em grandes bandos para o reduto que julgavam inexpugnável.

Olissibona, a Lisboa infiel, com seus arruamentos estreitos, ia pejar-se de refugiados que chegavam gemendo e chorando, com os restos de seus bens salvos do saque. Velhos e novos, mulheres e crianças, alvoraçadas, caminhando a custo no exôdo terrível, atravancaram o burgo. Era preciso alimentar mais aqueles milhares de bocas esfaimadas e sequiosas, amparar suas almas vencidas.

Descera um estandarte vermelho onde os crescentes se recortavam e subira nas torres do castelo de Santarém a signa branca com sua cruz azul do rei cristão. À sombra do estandarte triunfante, D. Afonso Henrique ajoelhará.

Deus lhe daria azo e fortuna para conquistar a cidade de que tanto se falava, cuja fama entontecia como uma fábula de maravilha. Mais do que nunca, sentia a esperança de tomar aquele castelo formidável que defendia as riquezas de Olissibona.

Ao ter notícia da arribada dos cruzados ao Porto e após sua convocação através das palavras ardentes e promissoras de Pedro, o prelado portuense, com eles tratara nas cercanias do burgo em pacto que não podia ser quebrado.

Ele pesava muito bem as dificuldades da empreza mas igualmente se louvava no pejamento da urbe onde mal caberiam os fugitivos de Santarém, difícil de alimentar pelo aumento do número de habitantes. Contaria também com o desespero dos homens de guerra sitiados e que se bateriam até às maiores temeridades.

D. Afonso Henriques, entre os prelados do Porto e de Braga, foi ao encontro dos cruzados.

Era em 29 de Julho, dia de S. Pedro, e essa coincidência, por ventura, daria maior ânimo aos religiosos espíritos daqueles cavaleiros prontos a vingar nos infiéis as suas divergências de fé e, ao mesmo tempo, saquear suas cidades.

Discutiu-se o penhor da aliança como negócio sem igual.

Parece que os cruzados flamengos, do comando do conde Cristiano de Gistell, se dispunham a ficar às ordens do rei.

Não seriam do mesmo aviso os normandos chefiados pelos irmãos Wilhelm e Radulph, e os ingleses, de Glanville, alguns dos quais já tinham tomado parte na tentativa da tomada de Lisboa, seis anos antes.

Falavam os flamengos, alemães, ingleses, normandos, como em pugna com o monarca, até que foram cedendo nas condições do auxílio de forma a não serem mais prejudiciais do que úteis no assalto e possível vitória.

Queriam saquear o burgo e, depois de haverem carregado suas riquezas, entregá-lo-iam ao soberano português. Tudo lhes pertenceria, desde as presas aos cativos; aos cruzados que quizessem ficar no reino distribuir-se-iam propriedades, concedendo-se-lhes todos os privilégios que usufruíam nos seus países.

Trocaram-se refens, os penhores do cumprimento daquele pacto, que, uma vez jurado, era para se cumprir até final.

Propor-se-ia a rendição aos mouros e se não aceitassem não haveria mais piedade para com eles. As máximas violências seriam justificadas se não se sujeitassem às imposições sem combate.

Os prelados do Porto e de Braga, com alguns capitães, eram os parlamentários. O orador foi o Primaz.

Do alto das altas e fortes muralhas os citados à resposta pelos aráutos, nobremente se recusaram à cobardia. Compareceram, com o caid e os adafs, o bispo mozarabe e outras autoridades.

Cheios de dignidade invocaram o direito que lhes assistia; não se sujeitariam aos intempestivos assaltantes sem experimentarem a sorte das armas. Diziam que, eles, outras vezes, tinham sido vencidos nas suas tentativas. E rematavam «Fazei o que puderdes; nós faremos o que for da divina vontade».

Pedro, bispo do Porto, gritou-lhes «Dizei que as nossas tentativas contra Lisboa tem falhado veremos se falha esta. Afastando-nos dos nossos muros não vos saúdo: não me saudareis também».

A cidade foi investida em combates cruentos mas os mouros defendiam-se muito bem contra os experimentados, valorosos e cupidos guerreiros que traziam em seus navios os mais aperfeiçoados engenhos de guerra. Bateram-se os homens vestidos de ferro dos Condes de Archelles, Glanville, Wilhelm, Radulph, Areschot, Gistell e os portugueses em bravura igual.

O rei teria meditado muito na parte do pacto que se baseava no saque e na violência.

Para que lhe servissem os muros derrocados, as casas destruídas, as ruas estreitas empapadas de sangue, as queixas aiadas por todo um povo submetido após as violências, o desespero e a cólera dos cativos?!

Materialmente, receberia o burgo em ruínas como se um terremoto o tivesse sacudido. Moralmente, não deixaria de ouvir os clamores dos torturados.

Debalde esperava que os sitiados pedissem tréguas. A fome dizimava-os; as epidemias não tardariam e entre farsas de gente farta a esfaimados; ardis de guerra e arrancos valorosos foi decorrendo o assédio. Por fim os chefes mouros dispuseram-se a solicitar o armistício.

As propostas foram recebidas por Herveu de Glanville e Fernando o Cativo por parte de D. Afonso Henriques. Suspender-se-iam os combates para se prepararem as bases da capitulação.

Nem todos os cruzados se submetiam àqueles ditames. Queriam apoderar-se, o mais breve possível, da Olissibona, prehe de riquezas. Receavam que D. Afonso Henriques não cumprisse o estabelecido.

Acordavam uns que a cidade fosse entregue ao monarca o qual daria aos cruzados todos os valores encontrados, a prata, o ouro, as outras preciosidades. Desta forma entrar-se-ia em ordem no burgo e os aliados ficariam do mesmo modo pagos.

Irromperam como loucos contra Glanville que aceitara a modalidade no pacto e dificilmente se aquietaram os campos dos estrangeiros.

Por sua vez, os mouros, declaravam que cederiam tudo ao rei português para se salvarem da brutalidade dos cruzados. Tinham muito receio das violências das gentes estranhas que não os poupariam durante o saque. Imolar-se-iam as mulheres; eles não podiam conceder semelhantes condições sem que o seu Deus os condenasse através das suas descendências.

De novo propuzeram a entrega de Olissibona ao rei. Assentar-se-ia que o «caid» e seu genro, ficariam senhores dos bens que lhes pertenciam.

Não houve maneira de conter os ânimos furiosos dos que desejavam pagar-se por suas mãos e D. Afonso Henriques, cujas forças eram menores que as dos cruzados, dilacerava-se em amarguras. Queriam que lhe garantissem a ordem e ouviu a promessa de Gistell e de Areschot relativa àquele seu pedido. Não ambicionava uma cidade em ruínas e ensanguentada, já não pela guerra mas pelos horrores da vitória.

Dizia preferir retirar-se com os seus soldados perdendo o domínio de Lisboa do que a desonra obtida por aquelas violências selváticas.

Ficou naturalmente a aguardar novas deliberações, sempre com o intuito de ganhar uma cidade e não uma ruína.

Juraram lealdade ao que se estabelecesse e só assim D. Afonso Henriques se aquietou e fez fé no pacto.

Garantiram que entrariam primeiro trezentos dos cruzados dos partidos: dos alemães e flamengos e os dos anglo-normandos.

Desde que lhes abrissem as portas do castelo ficariam para receber o dinheiro, jóias, ouro, prata, os preciosos haveres dos habitantes sob a jura de que se despojavam totalmente.

Far-se-iam buscas e, ganha a certeza de que não se escondera cousa alguma, imediatamente os mouros poderiam sair em paz.

Para o rei português a vitória teria o sabor da posse de uma cidade despojada de valores materiais mas inteiramente conservada, sem que o sangue e a violência a calçassem e vestissem de supérfluos tormentos.

Assentara-se na posse por meios que não tornariam D. Afonso Henriques senhor de ruínas.

Os mouros dispuzeram-se a recebe-los na «Kassba», o castelo. Formara-se a procissão atrás da cruz alçada pelo arcebispo de Braga, entre os outros antistes. O rei e os chefes de guerra seguiam o emblema religioso e encaminharam-se para a alcáçova, sobre cuja mais alta torre devia ser plantada a cruz que marcava a derrota da mourama, e talvez também o pavilhão real.

Tudo parecia decorrer como se deliberara mas os cruzados impacientes, entraram na baixa da cidade e começaram a devastação, o saque, as delapidações, os horrores que jamais pouparam, naquelas épocas, e noutras mais próximas, as cidades vencidas.

Orava-se na alcáçova: o inferno explodia no burgo.

Perdera-se a acção moral que D. Afonso Henriques quizera impor, muito para não herdar a devastação e bastante também para não reinar sobre vassallos que jamais esqueceriam as selvagerias.

O rei quizeria erguer a ordem como um pendão e vencer sem ódio mas os seus aliados destruíram, na sede de riquezas, o que ele alçara com uma grande ambição junto à signa branca e azul como o céu da cidade rendida.

Rocha Martins.





O Infante D. Henrique preparando a armada de Tnger

Um pouco ampliada de *In Memórias para a História de Portugal*,  
por José Soares da Silva (1)

## A TERCEIRA FREGUESIA CATÓLICA DE LISBOA E A SUA SEDE

### O INÍCIO DA FREGUESIA

Lisboa rendera-se.

Assegurado o poder temporal, outro cuidado se erguia: a vida espiritual da cidade.

Duas freguesias cristãs proporcionavam já os benefícios do culto: a Sé, a primeira; Nossa Senhora dos Mártires, a segunda, esta ali, no campo regado pelo sangue heróico e generoso dos que tombaram na conquista de Lisboa. Mas o alcance dessas duas paróquias era escasso. Tinha de se considerar a extensão do termo da cidade: nova fundação religiosa se impunha.

Foi então que, no alto das penhas abruptas, dominando o mar, abriu braços piedosos, no conforto da fé, a terceira paróquial de Lisboa. Servia-lhe de sede pitoresca ermida elevando-se no

---

(1) José Soares da Silva, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, poeta e prosador fecundo, pertencia aos cinquenta primeiros académicos da Academia Real da História e foi por eles eleito para escrever a obra: *Memórias para a História de Portugal, que comprehende o governo del Rei D. João o I. do ano de 1383 até o ano de 1483*, na qual gastou oito anos. Foi publicada em 1730 a 1734 em quatro volumes, 4.º grande, por Jozé da Sylva, Impressor da Academia. A notar o curioso anacronismo da indumentária, na gravura.

cimo de rochas escarpadas e altaneiras que se aprumavam cortadas a pique sobre o Tejo: era Ribamar, o alto do ponto onde hoje floresce o Dafundo. A igreja ficava sob a invocação de Santa Catarina, Virgem-mártir — Santa Catarina de Ribamar.

É possível que fosse pela influência dos cruzados que auxiliaram D. Afonso Henriques que tivesse sido escolhida a doutora da Alexandria para patrocinar a paróquia criada tanto no início da conquista:

## O CULTO A S.<sup>TA</sup> CATARINA

Quando as primeiras cruzadas regressaram da expedição contra o oriente muçulmano, trouxeram para a Europa algumas relíquias da doutora da Alexandria. E como tinham a alma banhada na luz suavíssima que se desprendia da recordação de Catarina, nos lugares do seu martírio, onde parecia que esse nome andava beijado pelo perfume das rosas do céu que a envolveram no instante solene em que se imolava a Deus, tocados pelo exemplo da Virgem-mártir, vieram propagar nas regiões ocidentais a fama das suas virtudes, do seu nome santo e repetir o eco da voz sobrenatural que se ouvira no instante do seu passamento, prometendo-lhe que todos quantos a Ela recorressem, com fé, seriam livres das penas espirituais e corporais.

E assim, desde a época das cruzadas, o culto a S.<sup>ta</sup> Catarina difundiu-se por forma notável.

Possivelmente a devoção dos cruzados pela santa alexandrina, actuou no ânimo do fundador da monarquia que, sob a invocação colocava a terceira freguesia católica que instituiu na cidade recentemente conquistada. E daí se veio propagando séculos fora, pois foi dos santos de maior devoção em Portugal e acentuadamente na família real portuguesa, muito em especial até aos fins do século XVI.

Santa Catarina era o fulcro luminoso irradiando protecção celeste aos navegantes: do cimo das penedias abençoava os que partiam e, aos que do mar alto demandavam a barra, era farol bendito, guia que os vinha trazer a porto seguro.

Desde então, durante séculos, alvejava, à entrada de Lisboa, a capelinha de Santa Catarina, poisando no alto, pomba gloriosa que no amor das suas asas envolvia a cidade, protegendo-lhe a entrada, iluminando as almas, elevando os corações.

Balisa santificada, para ela ia o olhar dos que se aventuravam no caminho das águas; para ela o primeiro sorriso ao avistar Lisboa.

Da capital foi-se propagando pelo país fora a devoção dos mareantes a S.<sup>ta</sup> Catarina, que tomaram «por defensora e advogada», Fr. Francisco Brandão o diz, erigindo-lhe muitas ermidas nos portos de mar. No período das descobertas multiplicaram-se essas capelas à beira-mar, procurando a semelhança de situação com a de Lisboa: o local escolhido era, sempre que possível, em sítios elevados, onde ficavam como devoção da alma e guia da navegação.

As ligações entre S.<sup>ta</sup> Catarina e as gentes do mar foram fixadas em um lindo quadro português, quinhentista, da capela de S.<sup>ta</sup> Luzia, em Guimarães, cujo conhecimento devo a Luís Reis Santos, investigador distinto, activo e inteligente.

Considerei este quadro de grande importância, podendo classificar-se, não apenas uma representação mística, mas histórica. Procurei portanto juntar mais alguns elementos, vindo a saber que o quadro fora retirado da capela de S.<sup>ta</sup> Luzia, à Rua Francisco Agra, pelo mau estado de conservação em que se encontrava, tendo recolhido ao Museu Alberto Sampaio <sup>(1)</sup>.



**SANTA CATARINA**

Quadro pelo pintor quinhentista António Vaz  
Pintura sobre madeira de castanho  
Museu Alberto Sampaio — Guimarães

Foto da col. de Luís Reis Santos

Gentilmente me esclareceu Alfredo da Silva Guimarães, ilustre Director do *Museu Alberto Sampaio*, que o quadro era «da autoria do pintor vimaranense António Vaz, e deve ter sido pintado em 1550-1570».

O quadro foi restaurado em 1948 por Fernando Mardel.  
Analisemos o seu conjunto:

A Doutora da Alexandria, de pé, corpo de perfil, rosto a três quartos, quase de frente, apoia delicadamente a mão direita sobre a cruz da espada — a espada que a degolon. A mão esquerda fecha-se na frente do livro, cingindo-o ao corpo. Roçagante túnica vermelha, manto amarelo; coroa ostentosa; cabelos desfeitos em ondas, pelas costas. Aos pés o atributo máximo — a roda de navalhas — que o pintor dispôs com mais propriedade e significação do que na generalidade se lhe dá: à direita um fragmento da roda de navalhas, à esquerda outro segmento, em colocação inversa. E assim vê-se o despedaçado da roda de navalhas, como no momento cruciante do martírio.

Chegamos ao ponto mais importante da interpretação do quadro: o fundo de marinha.

Vários pintores de S.<sup>ta</sup> Catarina, escolhem para fundo «o rio que, segundo a tradição sacra estava ou corria na base do Monte Sinai». Mas o que é muito curioso é que, dos quadros que conheço, só no *Desposório Místico de S.<sup>ta</sup> Catarina*, por Bernardino Luini, se vê o maciço da montanha sagrada com o rio serpeando-lhe no sopé. Queria o pintor português dar-nos a panorâmica do Tejo visto do alto de Ribamar? A aproximação é perturbante: uma e outra margem; embarcações fundeadas; ao longe, o alto mar.

Estejamos ou não em presença das margens do nosso Tejo, seja ou não referência a S.<sup>ta</sup> Catarina como padroeira da terceira freguesia católica de Lisboa, em qualquer caso o quadro tem indubitável referência às ligações entre S.<sup>ta</sup> Catarina e a navegação: especialmente no cinco-centos a união entre Lisboa e a opulenta Índia esteve sob o patrocínio de S.<sup>ta</sup> Catarina — saindo o Tejo, as caravelas, fazendo-se ao largo, levavam, como derradeira visão de Lisboa, o poético sacelo de Ribamar; chegando a Goa eram acolhidas pela bênção de S.<sup>ta</sup> Catarina, orago da catedral, padroeira da capital do nosso império, gloriosamente conquistada no dia de S.<sup>ta</sup> Catarina.

Portugal continental ligava a sua metropole do ocidente — Lisboa, à metropole oriental, Goa — Goa, a doirada — na protecção da Virgem Doutora S.<sup>ta</sup> Catarina do Monte Sinai.

Não admira pois que o artista coevo fixasse no seu belo quadro a visão do mar.

## A MUDANÇA DA FREGUESIA

Era vasta a área da terceira freguesia católica de Lisboa: toda a margem do Tejo até Ribamar; Alvalade (Campo Grande), Lumiar, estendendo-se até Benfica e abrangendo os locais intermédios.

Com tão grande extensão, alguns anos volvidos a sede paroquial era excessivamente exígua para os fiéis. Tornou-se necessária a ampliação ou transferência, sendo então mudada para a bela igreja de S. Romão, em Carnaxide, mais espaçosa e central.

Mas a devoção pela igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar persistia, tanto que, na mudança da matriz, ficava a obrigação de, todos os anos, no dia 8 de Maio — Invenção da Santa Cruz — irem os paroquianos em procissão à sua primitiva matriz.

Nesse luminoso mês de Maio, quando o céu é mais azul, quando mimosa chuva de flores perfuma todas as anfractuosidades do terreno, quando a vegetação se oferece luxuriante e a terra se desentranha em promessas, nesse mês escolhido desde a mais remota antiguidade para as festas

populares, a consagração das flores e as solenidades religiosas, nesse dulcíssimo mês que agora votamos a MARIA, eram celebradas as «*Ladainhas de Maio*». Então, quando o sacerdote, acompanhado pelos fiéis, seguia, em poética romagem, entoando cânticos, pelos campos fora, lançando à terra a bênção do Senhor, que a fecundaria multiplicando o grão, enriquecendo os frutos, desenvolvendo as plantas; quando a natureza em festa recebia num frémito de amor a bênção do céu, era sempre à pequena igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina que se dirigia a procissão que partia de Camaxide.

Reduzida à categoria de ermida, S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar ficou anexa a Santa Cruz do Castelo, por estar no distrito pertencente à Colegiada. Ao Prior de S.<sup>ta</sup> Cruz competia então, por direito, apresentar o prior de Camaxide.

### A CONSTRUÇÃO DA IGREJA PERANTE A CRÔNICA E A HISTÓRIA

Problema ainda por resolver é saber em que data foi construída a sede da terceira freguesia católica de Lisboa.

Parece indubitável que o fundador da Monarquia não mandava edificar paroquial em sítio assim isolado, inóspito e arredado do centro da freguesia: certamente aproveitou qualquer edificação existente.

Assim, a matriz de Ribamar seria uma construção árabe, anterior a 1147, ou:

Costumavam os romanos erigir templos edificadas no cimo de rochedos alterosos, junto ao mar, consagrando-os aos seus deuses marítimos. Esses edifícios serviam também de orientação aos navegadores, especialmente quando demandavam os portos.

Dada a situação e antiguidade da ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina, não é inverosímil a ideia de que tivesse sido, primitivamente, um desses templos.

Isto quanto à minha dedução.

Diversas, confusas e erróneas são as informações das crônicas. Tanto assim que Sousa Viterbo, no seu «Dic. dos Arquitectos», referindo-se à capela de S.<sup>ta</sup> Catarina, e Júlio de Castilho na «Lisboa Antiga», prudentemente guardam silêncio a esse respeito.

No *Espelho de Penitentes*, Frei António da Piedade, cronista da ordem a que S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar veio a pertencer, refere que na parede da capela-mór se achava uma lápide com a inscrição: «*Aquí jaz o muito honrado e discreto religioso Frei Alvaro de Rebelo capelão do muito virtuoso digno de grande memoria El-Rei D. Afonso V, filho de D. Henrique Esteves Rebelo cavaleiro-mor que foi da cidade de Lamego e porque foi desta igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina, a qual ele em sua vida por serviço de Deus deu e dotou à Ordem de S. Jerónimo*».

Por esta inscrição, infere Frei António da Piedade que Frei Alvaro era o possessor da ermida, visto a doação que fez, esclarecendo no entanto: «*mas não consta do título porque a adquiriu*».

Frei Francisco Brandão, na *Monarquia Lusitana*, informa que se deve a fundação da ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar ao padre Frei Alvaro de Valença, que a edificou e nela viveu «*convocando com os seus exemplos o povo da cidade a frequentá-la*».

Alvaro Rebelo e Alvaro Valença seriam uma só pessoa? A época é a mesma, o nome próprio também. Alvaro Rebelo é o nome secular, visto ser filho de D. Henrique Esteves Rebelo — o documento lapidar não dá lugar a dúvidas.

Seria o capelão de D. Afonso V natural de Valença e trocaria pela naturalidade o nome patronímico?

Não creio, pois, a ser assim, Frei António da Piedade não deixaria de se referir ao facto ou, pelo menos, ao nome. Julgo que este *Valença* é erro, confusão ocasionada pela acção importante que Frei Miguel de Valença, confessor da Rainha D. Catarina, exerceu em 1557 na edificação da igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina, extra-muros de Lisboa.

Nos reservados da Biblioteca Nacional, encontra-se, na miscelânea 8.528, o número 6: folha manuscrita, parágrafos numerados; bocado truncado pois começa no número 11, antecedendo-o uma frase incompleta — . . . .do Cardeal Luis de Sousa Arcebispo de Lisboa da grande casa de Arronches por serem os Senhores desta casa padroeiros do mesmo convento.

Transcreve-se nesta folha, pouco mais ou menos o que diz Brandão acerca da ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina mas aqui a baralhada é tal que se pode considerar uma armadilha a historiadores incáutos. Diz constar «*de bons documentos*» que pelos anos de 1450 Frei Miguel de Valença fundou a ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina, reinando D. Afonso III!

Frei Miguel de Valença, que promovia a construção da igreja em 1557, já fundara a ermida em 1450!! D. Afonso III, reinando ainda em 1450!

E diz-se que isto consta de «bons documentos»!

Ao fim, o autor desta obra-prima do dislate, insiste que o Padre Frei Álvaro da Ordem de S. Jerónimo, teve a superintendência da obra em Lisboa assim como Frei Miguel fora o erector da ermida antiga, em Ribamar!

Torna-se necessário, por utilidade pública, juntar a este manuscrito uma nota elucidativa dos erros que aí se encontram.

Frei Francisco Brandão esclarece que Fr. Álvaro deu a ermida de Santa Catarina de Ribamar e reguengos que o Rei lhe tinha dado junto a ela, ao cardeal D. Jorge da Costa, ao tempo Arcebispo de Lisboa.

Mercê dessa dádiva, ou por devoção já anterior, o célebre e opulento cardeal fez figurar no seu brasão a roda de navalhas, atributo da Santa Doutora.

Muito dedicado aos padres de S.<sup>to</sup> Elói, o Cardeal Alpedrinha fez-lhes, em 1474, anexação da ermida para a capela da sua discípula, a Infanta D. Catarina, sepultada no seu convento.

A grande concorrência à igrejainha, impedia aos padres o recolhimento que professavam, pelo que, quatro anos depois, a restituíam ao Arcebispo, segundo as escrituras que Brandão diz ter visto no cartório.

Enquanto os cronistas divagam, um importante facto histórico assinala a ermida em data anterior à lápide funerária do capelão de D. Afonso V:

Quando a nossa armada se aprestou a seguir para Tanger, no dia 17 de Agosto de 1484 houve missa na Sé, à qual assistiram o Rei, Infantes e a nobreza que fazia parte da expedição. Finda a missa, dirigiram-se processionalmente para bordo; depois a frota desceu o rio indo aguardar o momento da partida. E no dia 22 de Agosto, D. Duarte, Rei de Portugal, e os inclitos Infantes, seus irmãos, iam a Ribamar ouvir, na capelinha de S.<sup>ta</sup> Catarina, a missa após a qual fariam as despedidas.

Era Portugal que se prostrava aos pés da Santa do Sinaí, era a Ela — amparo, guia e fé da família real portuguesa — a última súplica dos excelsos príncipes, antes de partirem a traçar com a espada uma página que esperavam gloriosa e foi o caminho da dor!

A derradeira prece que em santuário da Pátria a alma eleita do desventurado D. Fernando ergueu a Deus, foi no âmbito recolhido de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar — D. Fernando não voltaria mais!



O Infante D. Fernando no cativoiro

Reprodução ampliada de *Memórias para a História de Portugal*,  
por José Soares da Silva

## UMA ANTIQUÍSSIMA IRMANDADE

O tempo corria.

A devoção a Santa Catarina não afouçava, antes, dia a dia se tornava mais fervorosa.

A matriz de Ribamar, então já capela, afluía grande número de fíéis de todas as classes e condições. Entre esses devotos destacava, figura de primacial grandeza, o Sereníssimo Infante D. Pedro, primo e cunhado do Rei D. Afonso V.

O excelso príncipe, poeta, escritor, tinha particular veneração por Santa Catarina, protectora das letras. Seguiu a tradição de seus maiores, os Reis de Portugal e os nobres de Aragão, pátria de sua mãe.

Numeroso grupo, simpatisante com as idéias e gostos do jóvem Príncipe, acompanhava-o na crença: gente da côrte, fidalgos, literatos e também o povo. Neste, possivelmente estariam os livreiros, dado o interesse de D. Pedro pelos livros, que reunia amorosamente na sua biblioteca, uma das mais notáveis, nesse tempo, e porque a tradição — documento vivo — conservou que, anteriormente a 1400, já os livreiros faziam festas em S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar.

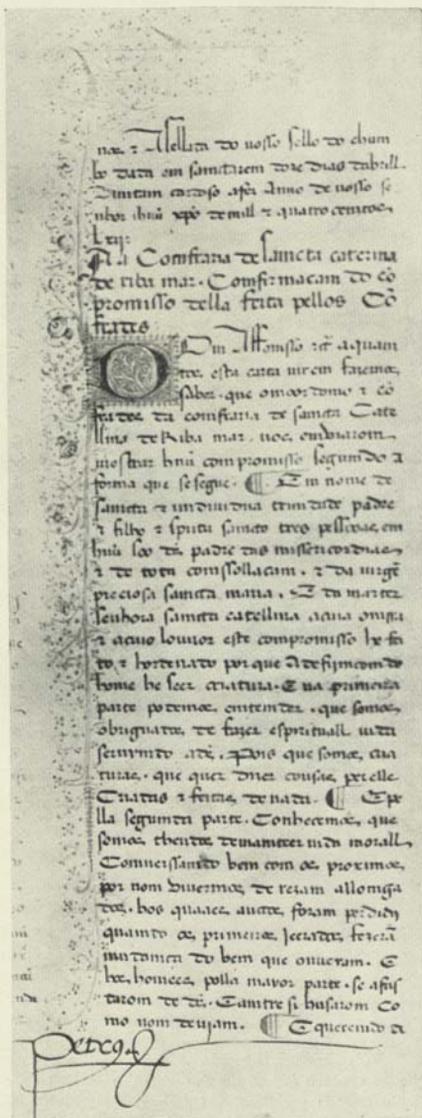
28 Foi um grupo desses devotos que se reuniu em confraria e fundou na ermida que fora a terceira freguesia de Lisboa, uma capela com os respectivos encargos e missa semanal.



Início da confirmação do Compromisso da Confraria de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar, reproduzido na «Leitura Nova» (1)

Liv. 8 de Estremadura, fl. 63 v.

(1) Tendo D. Manuel reconhecido a necessidade de tornar mais acessível a compreensão de documentos das chancelarias, ordenou fossem copiados de forma bem legível. Essas cópias, cuidadíssimas, a duas colunas e com iluminuras preciosas, constituem uma coleção de sessenta volumes — *Livros de Leitura Nova* — com as características luxuosas da época e os atributos do estilo manuelino. É um verdadeiro monumento nacional, histórico, literário, jurídico e artístico, de valor incalculável.



Não se conhece a data rigorosa em que teria começado a funcionar: quando em 1460 o Compromisso foi presente à Real confirmação, esclarecia — «*alguns seus devotos ordenaram, poucos anos ha, uma confraria...*». A frase *poucos anos ha* indica mais de dois anos mas não iria além de cinco.

Tem esse Compromisso a data de 28 de Julho de 1460; assim poderá fixar-se o início da confraria em 1456-1457.

O seu primeiro Mordomo foi o Infante D. Pedro, depois Rei de Aragão; o primeiro mordomo, de nomeação régia, foi Álvaro Gonçalves, da casa de Nuno Vasques de Castel-Branco, já então falecido. No grupo inicial encontrava-se o cronista Gomes Eanes de Azurara.

Foi essa confraria que veio a ser a poderosa e nobre *Real Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina do Monte Sinai da Corporação dos Livreiros*, irmandade ainda existente mas de vida periclitante, acerca da qual temos um estudo circunstanciado, em via de conclusão.

## O CONVENTO DE S.<sup>ta</sup> CATARINA DE RIBAMAR

Quando em 1540 faleceu o irmão do Rei D. João III, o Infante D. Duarte, Duque de Guimarães, a sua viúva, a Infanta D. Isabel, filha do Duque de Bragança, renunciou às jóias com que brilhara na corte «servindo de lisonja à sua formosura», e resolveu aplicá-las a melhorar a ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina e o ornato dos seus altares.

Piedosamente desejava a excelsa Senhora mandar construir um convento para os arrábidos a fim de participar das orações dos frades mais pobres e penitentes que, por então, havia no reino.

Procurava sítio conveniente quando veio em seu auxílio o Infante D. Luís. O encantador príncipe, «*delícia de Portugal*», era grande amigo dos arrábidos. Os formosos braços da *Pelicana* não lhe entravavam a fé nem a particular devoção por S.<sup>ta</sup> Catarina, que dos seus antepassados lhe vinha. Poeta distintíssimo, o seu requintado lirismo não deixaria de se impressionar pela situação melancólica e romântica de S.<sup>ta</sup> Catarina, de Ribamar.

Já ao tempo existiam aí frades. Sabe-se de positivo que, nos meados de quatrocentos, já lá estavam mas não consegui até hoje encontrar documento comprovativo da data em que para aí tivessem ido.

O Infante D. Luís sugeriu à cunhada mandar construir em S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar o convento que projectava, encarregando-se ele de remover todas as dificuldades. Procurou e obteve as licenças necessárias: do Rei, seu irmão, e do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, filho do primeiro Conde de Penela. Em 1551 fez-se a escritura renunciando os beneficiados de Santa Cruz do Castelo a todos os direitos sobre a ermida, para que se fundasse aí o convento. D. Luís ficava a dar-lhes dois mil maravedis por ano.

Pequeno, celas exíguas, dormitório acanhado, um escasso tabuleiro de terra para horta e claustro, tal era o novo cenóbio. A ermida de S.<sup>ta</sup> Catarina ficava sendo a igreja do convento.

Terreno incerto. Um monte, ao lado, ia-se desfazendo.

Não tinham passado dez anos sobre a edificação começou o convento a arruinar-se: um dia, estando os frades no coro, à hora de *Prima*, desmoronou-se metade do dormitório. Assustados, os religiosos quiseram abandonar o edifício mas a fundadora pediu que lhe não desamparassem o seu convento que o ia reedificar. Os frades fizeram-lhe a vontade e a Infanta apressou-se a mandar fazer obras.

Por morte de D. Isabel, em 1568, ficou padroeiro do convento Fernão da Silva, comendador de Alpalhão, capitão e alcaide-mor de S. Vicente de Belém, grande protector dos arrábidos, sendo notáveis os benefícios que já fizera aos frades de S. José de Ribamar. Assim, o Provincial, Frei Damião da Torre, ouvidos os seus Definidores, deu-lhe, como reconhecimento e distinção, a patente de Padroeiro de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar.

A Fernão da Silva succedeu Manuel da Silva, que para nada se importou com o padroado e nem sequer atendia as reclamações dos pobres frades.

O convento desmantelava-se: em 1618 estava em ruínas pelo que os frades tiveram de o abandonar, indo acolher-se a Santa Catarina, a nova.

Em 1694 ou 1696 — há divergência nas datas — foi reedificado pelo 2.<sup>o</sup> Conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa, que af fez jazigo para si e seus descendentes — Marqueses de Arronches, Duques de Lafões. Foi a última jazida do Infante D. Miguel, bastardo legitimado de D. Pedro II. Este infante fora casado com a opulenta e nobre herdeira da casa dos Arronches, 1.<sup>a</sup> Duquesa de Lafões.

D. Diogo de Sousa, encantado pela beleza do local, comprou mais umas terras vizinhas do convento e af edificou um prédio de recreio, mesmo rente ao corpo da igreja.

Por morte de D. Diogo de Sousa em 1640 segundo uns, 1647 segundo outros as obras pararam. Procuraram os superiores angariar esmolas, para que prosseguissem, tendo sido Sebastião Perestrelo de Vasconcelos um dos mais generosos benfeitores deixando mesmo, em testamento, valioso legado para esse fim.

Quando o cardeal D. Luís de Sousa, filho do segundo conde de Miranda, verificou a necessidade que havia de fazer reparações na igreja, tomou-as a seu cargo «sem reparar no gasto porque o regulava pelo gosto com que o mandava fazer». Sobre os alicerces da casa de recreio, de seu pai, ergueu um palácio sumptuoso. Não podia ampliar o corpo da igreja, cingida como estava entre o convento e o palácio mas fez mais espaço o cruzeiro. A igreja passou a ter dois coros, um sobre o alpendre da porta principal e outro por detrás da capela-mor, que ficou com dois altares colaterais.

Na igreja estadeava-se o gosto ostentoso de D. Luís de Sousa: quatro altares com os frontais de pedra embutida e retábulos de talha dourada, como o altar-mor; o tecto da igreja e do cruzeiro inteiramente pintado, historiando a vida de Santa Catarina.

Como a igreja aparecia diferente da singela ermida onde o Infante Santo erguera a sua prece ao despedir-se da Pátria, antes da partida para a trágica jornada de Tanger — o cativo, o mártir, a morte!

Quando em 27 de Dezembro de 1640, o Conde de Miranda, D. Diogo, faleceu, em Madrid foi depositado no convento de S.<sup>to</sup> Ildelfonso, vindo depois para a casa que reconstruira — S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar — onde se conservou até 24 de Maio de 1691, data em que seu filho segundo, o illustre Arcebispo de Lisboa, D. Luís de Sousa, o fez trasladar para a capela de S. Miguel, na Batalha.

## SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Tem havido bastantes confusões entre os conventos de S.<sup>ta</sup> Catarina e de S. José de Ribamar.

Apenas a duzentos e cinquenta metros de distância um do outro, pertenciam ambos aos arrábidos.

S. José foi o 4.<sup>o</sup> convento da Ordem.

30 Em 1559, D. Francisco de Gusmão, mordomo-mór da Infanta D. Maria, fundou, com sua esposa D. Joana de Blasvelt, aia da Infanta, o mosteiro de S. José de Ribamar, pouco maior do

que o de S.<sup>ta</sup> Catarina. Porque a construção foi má, porque o terreno era falso ou pelos dois motivos, em 1595 já era necessário reconstruí-lo, o que várias vezes se repetiu.

Este convento gozou de grande favor dos nossos reis e principal nobresa.

O cardeal D. Henrique até mesmo mandou fazer, junto à igreja, uma casa com três divisões, onde ia passar alguns dias, convivendo com os arrábidos.

Na igreja do convento foram sepultados D. Francisco de Gusmão e sua mulher D. Joana de Blasvelt, fundadores. Além destes, muitos fidalgos notáveis aí ficaram enterrados.

Mas nada houve de comum entre este convento e o de S.<sup>ta</sup> Catarina, ao qual servia de igreja a antiga paroquial, a terceira de Lisboa.

### S.<sup>ta</sup> CATARINA, A NOVA E A SEPULTURA DE LOURENÇO DE ANVERS

Estava em ruínas o convento de S.<sup>ta</sup> Catarina.

O padroeiro do Mosteiro não tratava de o reedificar pelo que António Faleiro de Abreu resolveu fundar um convento para recolher os frades. Foi escolhido para esse fim o sítio *Cano do Mouro*, numas terras de Leonel de Moura, muito perto da construção primitiva.

Faleiro de Abreu não viu o seu intento realizado porque morreu quando a obra estava em projecto, mas à sua custa foi efectivada porquanto instituiu sua herdeira a Misericórdia de Lisboa, para efectuar os trabalhos.

Era urgente o albergue para os pobres frades: fez-se primeiro uma ermida e um hospício provisório, de adobes, para onde os arrábidos de S.<sup>ta</sup> Catarina se mudaram em 1618, levando com eles a imagem da padroeira e as alfaías do culto.

E como a edificação era apenas a continuidade da anterior, os frades deram-lhe a designação de *Santa Catarina, a Nova*, para a diferenciar da primitiva.

Embora os livreiros tivessem desde 1557 a sede da sua irmandade junto às portas de Lisboa, não se lhes apagava aquela entranhada devoção pelas austeras paragens onde desde tempos tão remotos tinham começado a venerar a sua padroeira. Assim, vemos o conhecido livreiro-impressor Lourenço de Anvers, que assinalou o seu nome especialmente na *Gazeta de Lisboa*, interessar-se com devoção pela obra da igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina, a Nova, e contribuir fartamente para o seu ornato. Tomou a seu cargo um dos altares colaterais, fazendo-o todo à sua custa e consagrando-o ao santo do seu nome — São Lourenço.

A sua generosidade teve o devido apreço: ao pé desse altar foi-lhe concedida a sepultura, facto interessante e mal conhecido que mesmo um dos seus mais completos biógrafos parece ignorar, visto que o não cita.

Quando em 1696 o conde de Miranda concluiu a reedificação do velho convento de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar, os frades regressaram ao seu antigo cenóbio e o convento de Faleiro de Abreu tomou a designação de *Boa-Viagem*.

Houve grande devoção com a padroeira; afluíam esmolas avultadas e muitas jóias; Fernando VII de Espanha ofereceu-lhe um paramento completo, para missa de três padres, de riqueza extraordinária — lhama de prata, bordada a alto relevo de ouro e recamada de pedras preciosas. Não existia em Portugal nenhum outro que se lhe comparasse em opulência.

Riquezas, jóias, paramento sumptuoso, tudo desapareceu em 1834...

O convento foi vendido, vendido também S. José de Ribamar; expulsos os austeros e míseros frades de S.<sup>ta</sup> Catarina; o pobre abrigo dos tristes velhos, caído em ruínas logo após a sua saída; um monte de escombros a antiquíssima capela, sede primitiva da terceira freguesia católica de Lisboa...

Hoje, apenas a longínqua recordação que se esvai nas brumas do passado.

### Maria Brak Lamy Barjona de Freitas.

Do Instituto de Coimbra  
Do Instituto Português de Etnografia,  
História e Arqueologia



M. LARA '46



Lisbõa  
1650

EXTRA-TEXTO DO LIVRO S. JOÃO DE BRITO  
(Desenho de Manuel Lapa)



# LISBOA

## AO AMANHECER

Entrei tarde. Subi. Debrucei-me à varanda  
do meu terceiro andar, que dá p'rá Outra Banda,

p'ra ver — tão raro vejo! — a lúcida aguarela  
do romper da manhã nesta Lisboa, a Bela,

onde a alvorada é uma sedutora Antínea,  
que sai das mãos de Deus fresca, pura, sanguínea,

e entra em nós e domina, inteira, o nosso ser  
despertando a vontade e o gosto de viver.

Mal assomei, um bando alegre de pardais  
chilreia-me o bom dia à beira duns beirais.

Estendo para o largo o olhar, de monte a monte,  
a penetrar ao longe a bruma do horizonte.

Despede-se o luar. A brisa, leve e fina,  
do Tejo encrespa agora a face cristalina

e as bandeiras acorda imóveis, ensonadas,  
dos navios no rio e, em terra, das fachadas.

Das fábricas do sul, no Barreiro e Seixal,  
vê-se o fumo subir, caprichoso, irreal.

Aos guinchos pelo ar, sem rumo, aladas frotas,  
madruga muito cedo a chusma das gaivotas.

Fica o olhar da gente a segui-las, e a vê-las  
ora aflorando o rio, ora entre as frouxas velas,

à procura do almoço — os peixes da água fria —  
e bebendo a alvorada, e o Sol, e a maresia.

Tingem-se de oiro e rosa as casas da cidade  
e as falésias de Almada. As águas cor de jade,

o silvo dum paquete, a floresta dos mastros  
ao sol, que vem render os seus colegas astros,

o cheiro acre do mar, os pregões das varinas,  
lá em baixo, nos cais; o grito dos ardinhas:

— Olh'o «Séc'lo»! O «Notiças»! «Diario da Manhã»!  
(e o pai no hospital e sem emprego a irmã),

a gente de ganhar, de míseros salários,  
que no Aterro assalta os «carros de operários»:

— Alcântara! Belém! Rocha! Braço-de-Prata!  
— Adeus, ó Chico!—Eh, «pá»! «Atão» tu «vás» à pata?

O grasnar dos «táxis», que, aos bairros mais distantes,  
vão à pressa levar estroinas elegantes;

um galo, num quintal, saudando o novo dia;  
outro que lhe responde ao longe, e desafia

outros mais; e, ajoujada ao peso das verduras,  
a carroça que passa a ranger nas juntas;

esta mulher que esp'rou toda a noite, e imagina  
ver o «sen», cambaleando, lá em baixo, à esquina;

alguma criadita, ainda despenteada,  
que à varanda assomou e vem, estremunhada,

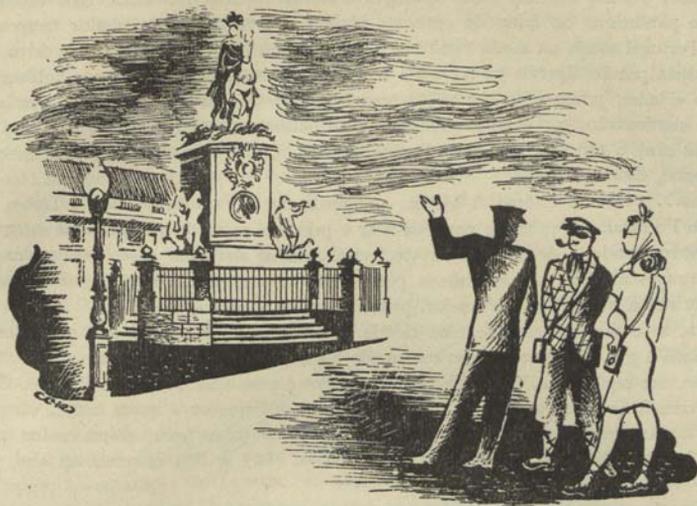
a espreitar a rua; aqui pertinho, um sino  
convocando os fiéis ao officio matutino —

— tudo isto, desigual — céu, nuvens, mar e rio,  
árvores e pardais, gentes e casario —

afinal tudo tão de acordo, tão harmónico,  
como as notas de cor dum poema sinfónico,

— que luminosa tela a pintar, ó pintores!  
e que estranho coral aí está, compositores!

Aprilinas manhãs, que vivem só um instante  
e morrem na ilusão de um poeta que as cante!



# UMA ESCOLA DE GUIAS

PROBLEMA TURÍSTICO DE URGÊNCIA,  
MUITO FÁCIL DE RESOLVER

**A** Câmara Municipal de Lisboa, ou o Secretariado Nacional de Turismo, ou as duas entidades, em conjugação de esforços, devem criar e manter na Capital, quanto antes, uma Escola de Guias.

Se tal fizerem, muito beneficiados com essa medida serão, quer os prestígios do Turismo Português, que bem precisam; quer a própria Cidade, que tudo merece, e quer, ainda, os futuros escolares dessa escola quando, diplomados e utilizados posteriormente, virem os seus estudos e os seus serviços devidamente recompensados.

Não somos dos que antevimos, em mais pacíficos e próximos anos (se, tais anos, ao Mundo vierem) enormes peregrinações turísticas, buscando Lisboa e nela se demorando, ou através dela, se infiltrando em províncias, na ânsia de percorrer e de conhecer bem todo o Portugal monumental e pitoresco. O Portugal monumental e pitoresco, não pode, só porque sim ou porque é assim, aparecer, de repente, coalhado de visitantes estrangeiros, quando outros elementos menos históricos, folclóricos e panorâmicos, mas muito mais aliciantes e fixantes, nele não existam, .35

para chamar e fazer demorar esses estrangeiros dentro de suas fronteiras. Não vamos, por cegueira de patriotismo ou feito de optimismo, pôr-nos a acreditar ou a admitir tempos visinhos, em que Portugal esteja na moda turística. E em que não haja uma só cama de ferro, vaga, na mais modesta pensão algarvia ou recôndita hospedaria transmontana. E em que volvam de rumo, buscando cidades, praias e termas portuguesas, aquelas caravanas de viajantes que ainda continuam e continuarão, por hábitos velhos e muitos outros motivos (inúteis de trazer ao caso, tão conhecidos são) a procurar e preferir Parises, Vichys, Costas-de-Azul e de Prata, Suíças e quejandos locais, litorais e países.

Mas... vamos a Lisboa! A Lisboa, principalmente e exclusivamente. A Lisboa que, por capital de Portugal, seu primeiro porto de Mar e primeiro porto do Ar, porta de saída do Velho para o Novo Mundo, e de entrada em vice-versa, tem de continuar a ser cidade alcançada por muitos, atravessada por outros, visitada por tantos. Lisboa, portanto, que mais ou menos terá sempre turistas a percorrê-la e a desejar, pouco ou muito, conhecê-la.

Ora, se o conhecimento de uma cidade, o estabelecem, às vezes, seus visitantes, por ela deambulando à toa e isoladamente ou recorrendo a companhias ou informes de ocasião, travam-no e fazem-no, em regra geral, por mais regrados trilhos e com o auxílio de condutores. Condutores que são, com frequência, pessoas de suas relações nessas terras ou a quem, nelas, vêm dirigidos, ou então — caso mais vulgar e muito corrente — as que (*chauffeurs*, corretores ou pessoal da porta de hotéis, intérpretes profissionais ou ocasionais, etc.) se lhes oferecem ou eles, para isso, buscam.

Certo é, no entanto, que por aqueles ou por estes meios, nunca (e sempre, com isso, uma cidade perde) tal conhecimento é perfeito. E é mesmo em conhecimento, geralmente, feito mais ao sabor dos passos costumados duma ciceronagem corriqueira e das baixas ou bizarras predilecções do piloto, do que das curiosidades particulares ou preferências especiais do viajero.

Saber mostrar, saber dar a conhecer uma cidade a estranhos — e, até a naturais — é ciência de poucos. É ciência, fundamentalmente, dos que sobre ela se informaram e se inclinam, por prazer ou por dever, a tal cometimento. É ciência, afinal, de bons guias — sejam eles, por gentileza ou por amizade, guias acidentais e gratuitos, ou sejam encartados, e como tais procurados e, muito justificadamente, pagos.

Ora, é de reconhecer — segundo pensamos — que Lisboa carece desses bons guias e que de eles, ainda mais carecem, muitos dos seus viajantes.

Mas, porque não se inventam bons guias, nem se improvisam, nem tão pouco são de preparar (como certos guardas-livros e certas modistas de chapéus) por correspondência, urge para que existam — e dessa qualidade — criar e manter a tal Escola de que ao princípio falámos. E colocá-la na dependência de entidade ou entidades, que em assuntos de turismo, local ou nacional, superintendam. Por tudo, e até, para que, formados esses guias, essas entidades chancelem seus diplomas, e depois os recomendem e os defendam.

Não vá supor-se (e aliás, quem sobre o assunto pense dois minutos, logo o reconhecerá) que a instituição de uma escola dessa natureza possa trazer à Câmara, ou ao Secretariado do Turismo — ou aos dois conjuntamente, como já notámos — dificuldades ou despesas incomportáveis com seus já muitos encargos e muitos apertos de orçamentos.

Para ela, no fundo, bastariam uma ou duas salas, sob telhas de qualquer dos seus edifícios (Palácio Foz ou das Galveias, ou qualquer outro) e escasso número de mestres a remunerar. Porque, se lhe for estabelecido o programa que essa Escola exige, e terá de comportar, bem se verá que não vai exceder o curso dos seus escolares mais do que duas ou três cadeiras — estudos olissipográficos, perfeitos conhecimentos da cidade e seus arrabaldes, noções especiais de turismo, etc. — visto o ingresso à escola ter de ser de gentes, já educadas, com certa instrução e com

certa preparação geral e cultura. E não de «quidam» que ali vá aprender as regras do «bê-á-bá» ou apurar-se na conjugação de verbos franceses e ingleses. Não. A frequência duma dessas Escolas, deve ser, de antemão, seleccionada e aberta, principalmente, a estudantes ou pessoas de certos princípios; a gentes de apresentação correcta; a indivíduos na posse, já plena de uma, duas ou mais línguas, e tendo conhecimentos gerais, e mesmo especiais, que lhes permitam acompanhar, sem desdouro, e conversar com facilidade, e ser condutores ou condutoras ideais de qualquer estrangeiro ou estrangeira, de visita a Lisboa e seus termos. É que nessa Escola, tudo o que se terá de aprender, será, necessariamente, complementar e específico. Além disso, ninguém com seu curso e carta buscará — como é de supor — um ganha-pão ou uma profissão exclusiva e bem remunerada. Apenas, condigna paga de préstimos — comprovados e reconhecidos como bons — sempre que forem utilizados. Mas, sempre e também, paga útil e... muito agradável de ver na coluna de ganhos de qualquer orçamento!

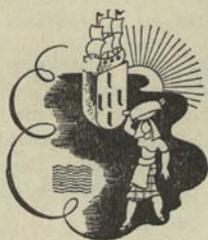
Por outro lado, no plano desses cursos não vão figurar, decerto, aulas com carteiras e contínuos, e lições com pautas e chamadas, e notas com valores de 0 a 18. Tudo se limitará a um ciclo de conferências ou de prelecções, feitas por mestres, como por exemplo, um Matos Sequeira, ou um Norberto de Aratijo, ou qualquer outro dessa igualha (o Grupo dos Amigos de Lisboa é alfobre, para óptimo recrutamento do corpo docente) que se dilatará por uma série de visitas bem orientadas e bem conduzidas, e ainda, e por fim, se completará com as provas precisas para a obtenção do respectivo diploma. E nada mais. (Ou antes, só e mais: um registo dos guias diplomados, depois, na repartição de Turismo, da Câmara ou do S. N. I., onde agências, hotéis ou o simples visitante, directamente, requeiram a pessoa ou as pessoas convenientes.

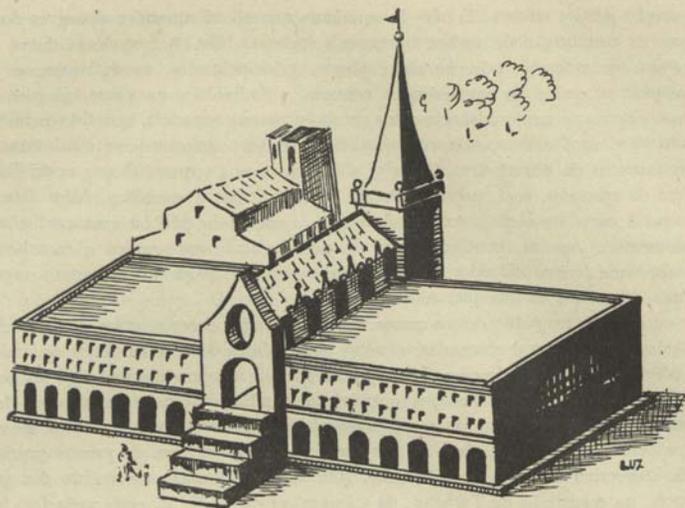
Enfim, o caso é que uma Escola de Guias de Lisboa, em Lisboa, está a ser tão necessária por faz ou por nefas, como pão para a boca.

Resta saber, apenas, quem se dispõe a fundá-la.

Porque de quem se dispõe a frequentá-la, sabemos nós de muita gente.

Augusto Pinto.





## NOTAS SOBRE OS HOSPITAIS MILITARES DE LISBOA

A hospitalização militar em Lisboa só tardiamente se avolumou, ao contrário do que seria de esperar da sua categoria de capital do país, da sua maior população e da sua guarnição militar.

As nossas campanhas foram fronteiriças; a maioria das *levas* faziam-se nas províncias e eram encaminhadas para os locais onde havia maior necessidade de efectivos, as *levas* levantadas em Lisboa e no seu termo tinham o mesmo destino; o Hospital Real de Todos os Santos recebia os doentes militares, com prejuízo da população civil, da disciplina militar e mesmo da Real Fazenda confundida com a fazenda pública.

A Guerra da Restauração muito longa e contra um inimigo que nos era superior em recursos de toda a espécie, obrigou-nos a criar uma organização militar que não tínhamos, abalada por vezes por uma política pouco metódica, provocada por irrequietos senhores, cujas vaidades e ambições se não subordinavam ao bem comum.

38 Desta guerra datam os nossos historiadores militares o início, entre nós, de uma regulada organização militar; como era natural o mesmo aconteceu com o serviço de saúde das tropas.

A organização deste serviço nasceu, e assim se manteve por muitos anos, sem ter quem a representasse junto do comando superior, assim o Conselho de Guerra ao nomear médicos e cirurgiões para as tropas consultava técnicos que tinha como competentes, mas estranhos ao meio militar.

Isto acontecia sobretudo com a nomeação dos físicos-móres e dos cirurgiões-móres que orgânicamente, diríamos na linguagem de hoje, deviam existir em cada exército, mas que na realidade quase só encontramos no da Província do Alentejo, o de maior efectivo.

Dispostas as tropas nas fronteiras impunha-se desde logo tratar dos doentes e de alguns feridos dos primeiros recontros, predecessores da primeira batalha: a de Montijo em 1644.

Como era no Alentejo que operava o grosso das nossas forças, ali se instalaram os primeiros hospitais, aparecendo os das outras províncias conforme as necessidades militares.

Desde 1642 os responsáveis pelas tropas e pela administração, insistiam mostrando a necessidade de criar um hospital militar em Lisboa. Era-lhe contrário o despacho régio mantendo a situação antiga; os doentes continuavam a ir para o hospital civil, onde uns morriam e de onde outros desertavam.

Em 1652 foi nomeado um barbeiro-cirurgião para prestar serviço no Castelo de S. Jorge, mas só em 1662 ou 1663 ali começou a funcionar um hospital regularmente organizado.

Foi o primeiro hospital militar de Lisboa o Hospital Real Militar do Castelo de S. Jorge.

O terremoto de 1755, mais ainda o incêndio, arruinou a instalação e o hospital foi mudado para o Convento de S. João de Deus, às Janelas Verdes, hoje quartel de um batalhão da Guarda Nacional Republicana.

Datavam da Guerra da Restauração íntimas relações entre os hospitais militares e a Ordem de S. João de Deus. D. João IV deu-lhe a sua administração juntamente com o serviço de enfermagem. Mais tarde foi-lhe tirada a administração, mas esta ligação, com aspectos variáveis, manteve-se até ao princípio do século XIX.

O Hospital Real Militar da Corte no Convento de S. João de Deus dependia da Junta dos Três Estados, sendo um dos seus membros, como delegado da Junta, Inspector do hospital. Também dependeu do Vedor Geral das tropas da Corte, durante o período pombalino, aparecendo por vezes intervenções do Governador das Armas.

Em 1802 foi o hospital militar da Corte transferido para o Convento do Beato António. Este hospital tinha sido instalado para receber os doentes das tropas concentradas no Campo do Quadro, sendo utilizado durante a campanha de 1801.

Não sei com segurança o motivo desta resolução, creio não terá deixado de influir a ideia de terminar com a interferência dos religiosos nos hospitais militares; isto fez-se de modo bem claro, ao pôr em execução o seu Regulamento de 1805.

Mesmo os documentos oficiais estabelecem uma certa confusão ao referirem-se ao novo hospital; a proximidade dos locais faz com que umas vezes lhe chamem hospital do Beato, outras vezes do Grilo e ainda de Xabregas.

Como nos Conventos do Grilo e Xabregas funcionaram também hospitais militares, compreende-se como é por vezes difícil saber com segurança de que hospital se trata.

Quando estudar em especial o hospital do Beato António, espero poder mostrar com segurança ter sido este o sucessor do hospital de S. João de Deus.

É preciso chegarmos às invasões francesas para vermos em Lisboa um grande centro de hospitalização militar.

Pondo de parte o período em que o exército se manteve nas Linhas de Torres, as operações militares realizavam-se nas fronteiras da Beira ou do Alentejo; só durante a 3.<sup>a</sup> invasão a batalha do Bussaco e os combates contra a retaguarda de Massena, retirando para a fronteira, foram recontros no interior do país.

Parecia, ao contrário do que sucedeu, não deveriam acumular-se em Lisboa doentes e feridos. Sucedeu assim por ter sido a nossa capital a base sanitária por excelência, recebendo condutas dos hospitais próximos e também dos distantes.

Quando o *exército* de Junot entrou em Lisboa, mais precisava de hospitais que de quartéis; começaram os internamentos no hospital de S. José, mas isso não satisfazia as necessidades e a população civil ficava sem recursos.

Criou-se um hospital novo no Convento da Graça e espalharam-se os doentes franceses pelos do Beato António, Convento da Estrelinha que servira durante algum tempo para recolher inválidos e pelo de Santa Clara ou da Marinha, com poucos doentes dado o minguido efectivo na armada.

Posta alguma ordem no tumulto de invasores exigentes e esfomeados, reuniram-se os doentes portugueses na Graça, ficando só franceses nos outros três hospitais.

Manteve-se até ao embarque de Junot e das suas tropas esta situação, tendo porém os franceses aumentado a sua hospitalização instalando um hospital no Convento de S. Bento para os feridos da Roliça e do Vimeiro.

A segunda regência começou activamente a reorganizar o exército, aniquilado por Junot, com o envio de duas divisões para França e os largos licenciamentos e reformas concedidas aos militares que não foram obrigados a expatriar-se.

Algumas unidades reconstituíram-se em Lisboa, outras nas províncias, em harmonia com os antigos aquartelamentos e áreas de recrutamento.

Na região de Tomar começou a organizar-se o *Exército Auxiliar à Espanha*, de que mais tarde e para outro destino Beresford tomou o comando; uma parte formou a coluna com que seguiu para Coimbra e depois para Trás-os-Montes, em ligação com a que sob o comando de Wellington, foi atacar o Porto.

Em 1809 já as necessidades de hospitalização aumentaram, abrindo-se um novo hospital no Convento de S. Francisco em Xabregas.

Chega o ano de 1810, o exército anglo-luso entra nas Linhas de Torres e o número de hospitais sofre largo aumento,

Se alguns estavam isolados, pela necessidade de aproveitamento de edifícios, a maioria agrupava-se em dois núcleos à margem do Tejo.

Os distantes dos núcleos, embora próximos um do outro, foram os dos Conventos de S. Vicente e da Graça; este fechara depois da retirada dos franceses de Junot, evacuando os doentes para o Beato António.

Nesta zona, onde já havia dois hospitais: Beato António e Xabregas, criou-se outro no Convento do Grilo, destinado sobretudo a feridos e o da *Nitreira* em local que não posso precisar. Suponho se trataria de qualquer armazém ou barracão, com fracas qualidades para o fim em vista.

Leva-me a esta hipótese uma comunicação do Delegado do Físico-Mór dr. José Carlos Barreto, de facto o físico-mór pois o titular do lugar estava no Rio de Janeiro, para o ministro Pereira Forjaz, dizendo-lhe em 6 de Agosto ter visitado armazéns no sítio do Telhal, ou Braço de Prata, tendo mandado aprontar uma tercena «para ali receberem a conduta a toda a hora e serem depois distribuídos por moléstias aos locais convenientes».

Os clínicos do centro hospitalar, reunidos em conferência, apresentaram entre outras propostas a de que os doentes não deviam permanecer mais de 24 horas naquele local.

O segundo núcleo tinha como centro o hospital da Cordoaria, dependendo dele os hospitais do Palácio do Pátio do Saldanha; o do Palácio do Patriarca, depois do Conde de Burnay e hoje propriedade do Ministério das Colónias e finalmente o do Palácio do Calvário, destinado a convalescentes.

Devemos pensar como se tornava difícil encontrar locais para hospitalização lembrando-nos que além de satisfazer as próprias necessidades, tínhamos que satisfazer as requisições feitas para o mesmo fim e para aquartelamentos, pelo exército britânico, que não preferia o peor. Esta localização dos dois maiores centros hospitalares à beira do rio, era vantajosa por serem evacuados para Lisboa muitos doentes e feridos por via fluvial e marítima.

Direi para simples exemplificação: Abrantes recebendo doentes da Beira e do Alto Alentejo evacuava-os pelo Tejo, como Santarém; por via marítima chegavam os da Figueira da Foz, que os recebia de Coimbra, onde convergiam de Gouveia, Vizeu, Celorico, em resumo da Beira Central.

Darei uma ideia do movimento dos hospitais militares de Lisboa, dizendo que no fim do ano de 1810 havia 3.964 hospitalizados sendo 593 feridos e 197 militares espanhóis; estes deveriam pertencer às divisões do General Castaños que estiveram nas linhas.

O pessoal hospitalar compreendia:

- 5 — Primeiros médicos (Directores dos hospitais isolados, ou dos centros hospitalares).
- 28 — Segundos médicos.
- 46 — Cirurgiões.
- 23 — Boticários.
- 275 — Enfermeiros.
- 262 — Moços.

No fim de Julho de 1811 o número de hospitalizados estava reduzido a 2.018 e os feridos a 388; o pessoal sofreu uma redução proporcional.

A medida que o exército se ia afastando das fronteiras os hospitais iam fechando; dos improvisados o último a fechar foi o da Cordoaria, mantiveram-se os de carácter permanente: Beato António e Santa Clara. O hospital da Estrelinha estava ocupado pelo serviço de saúde do exército aliado.

Finda a guerra os feridos e doentes foram na maioria repatriados por via marítima; para os receber foi preciso reabrir alguns hospitais.

Como é sabido o Marechal Beresford conservou o comando do nosso exército até à revolução de 1820.

No seu quartel general prestara serviço um cirurgião inglês Guilherme Wynn; manteve-se no nosso exército com a patente de tenente-coronel desempenhando as funções de delegado do cirurgião-mór. Era decidido partidário dos hospitais regimentais em voga no seu país; finda a guerra começou, com o apoio do marechal, a organizá-los metódicamente e com boa orientação, segundo afirmaram cirurgiões militares portugueses de época próxima.

Como cada unidade devia ter o seu hospital, estes multiplicaram-se andando mesmo por casas alugadas nas proximidades dos quartéis; de curta duração não têm história.

A revolução de 1820 foi um bota abaixo no serviço de saúde militar; possivelmente não se tinham adaptado convenientemente às necessidades restritas do tempo de paz, o que as invasões francesas tinham obrigado a criar, mas procedeu-se sem método, nem respeito pelos serviços prestados.

A luta ferida entre médicos e cirurgiões, aqueles defendendo os pergaminhos universitários, estes pretendendo valorizar os diplomas das florescentes Escolas médico-cirúrgicas, teve forte influência no meio médico militar e na organização dos hospitais como reflexo do critério dos dirigentes, só tardiamente saídos dos cirurgiões militares.

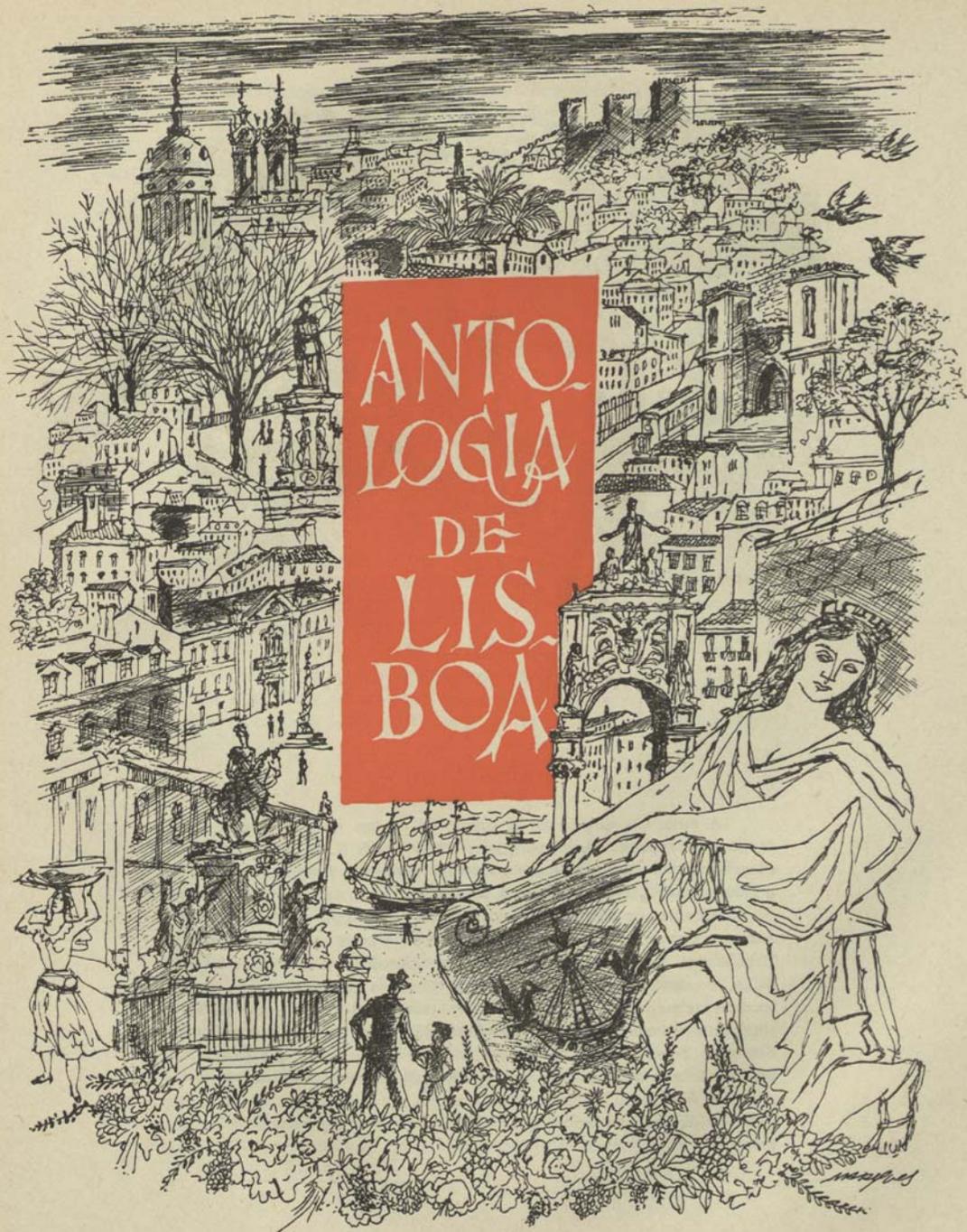
Aos hospitais regimentais *isolados* sucederam os chamados *reunidos* em que no mesmo edificio se alojavam os hospitais de mais de uma unidade. Assim foi occupado temporariamente o Convento de S. Francisco da Cidade, hoje Biblioteca Nacional, o da Boa-Hora em Belém e o da Estrelinha; os dois últimos transformados por obras successivas são hoje os hospitais militares da capital.

Este esboço a traços largos tem em vista dar uma ideia sumária de esta parte da história da cidade; um estudo sobre cada hospital, isolado, ou integrado no serviço de saúde da época em que funcionou, dará uma visão mais detalhada.

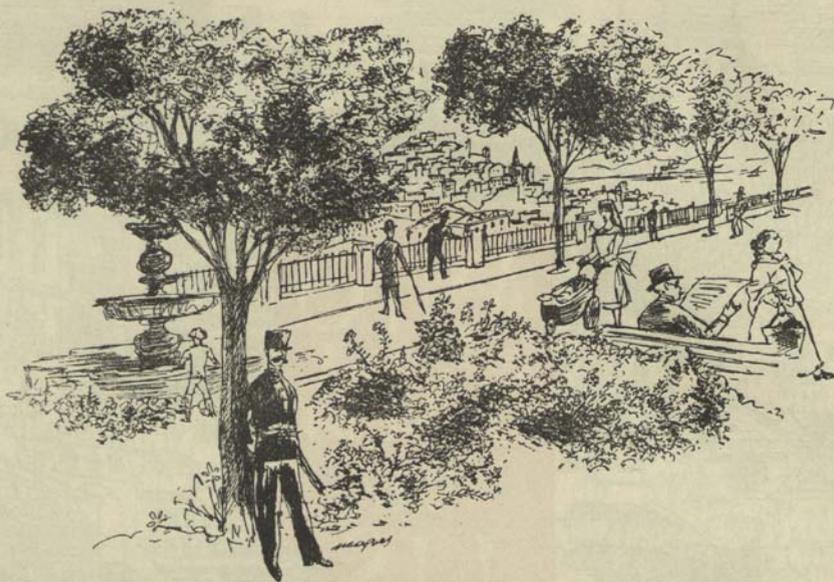
Foi apenas o esboço o presente objectivo.

Manuel Gião.  
Coronel-médico (R)





ANTOLOGIA  
DE  
LISBOA



## AQUARELAS DE LISBOA

### I

#### *A VOZ DO PASSADO*

À tarde nos dias azuis da primavera ou nos quentes dias de verão, é agradável repousar algum tempo no miradouro de S. Pedro de Alcântara, silenciosamente, entre os bustos silenciosos e os alegretes floridos, contemplando o panorama de Lisboa sob a glória do sol.

Aprumam-se ali os paredões seculares do convento do Carmo, a onde outrora se retirou o Santo Condestável e hoje ressoam os clarins da Guarda Republicana. Aqui farfalham os lindos arvoredos do Jardim Botânico. Lá em baixo, o casario pombalino da Baixa sorri na sua festiva claridade. Depois, encostas acima vão subindo as maciças construções crivadas de janelas e soteias até os renovados muros do castelo São Jorge. E, se os olhos buscam o azul do Tejo, demoram fatalmente no solene vulto da Sé, que parece falar pela hiante boca da galilé românica, escancarada entre as duas torres medievais:

— Aqui estou plantada desde o século XII e já tinha a idade de Portugal no dia em que Santo António foi baptizado à fria sombra de minhas arcadas!

Então, o esplendor desse panorama de colinas carregadas de casas, palácios, mosteiros, igrejas veneráveis como que se dilue na irradiação solar, se apaga de todo para que unicamente se oiça a voz distante e profunda do passado.

## II

### A CASA DOS BICOS

Aos velhos cristais lapidados em pontas dão os amadores de antiguidades o nome sugestivo de «bico de jaca». Faz pensar neles a antiga «Casa dos Bicos», preciosíssima jóia arquitectural de Lisboa, nas proximidades de outra jóia preciosíssima, a igreja da Conceição Velha, alevantada por D. Manuel sobre a Esnoga ou Sinagoga do século xv e cujo pórtico é um poema de pedra esculpida pelo homem e dourada pelo tempo.

Baixa, atarracada, forte, metida entre arruinados casarões além de Santa Apolónia, nos sítios de antigas teracenas das naus da Índia e dos galeões da Seda e do Brasil, mostra a Casa dos Bicos a escurecida fachada de pedra lavrada em pontas como os critais antigos. Ditou-a a mesma fantasia artística que traçou e executou o famoso Palácio dos Diamantes em Ferrara ou os torreões quatrocentistas da célebre Porta de São João, em Provins, na França.

Nesse capricho arquitectural se sente a imaginação acostumada à vasta liberdade criadora do estilo ultramarino, procurando elementos de vida no limitado âmbito humanista do Renascimento. Mão poderosa, no entanto, sente-se, foi a que fez viver estas pedras lapidadas como as gemas que as naves traziam de Golconda e do Pegú

Apesar de se compreender a garridice do artista que ditou essa fantasia, a fachada tem certa severidade que impõe respeito, como o impôs na História a gente que antanho, habitou aquela casa, ao pé dessa ribeira matraqueante de calafates adubando e querendo as naus, — a Família de Afonso de Albuquerque.

## III

### RUA DO CAPELÃO

Mostram ainda à rua do Capelão a casa onde morreu a Severa. Deita miúdas janelas à esquina numa calçada esconsa, no mais pinturesco sítio de Lisboa, onde vielas angustas se retorcem entre fachadas peçadas de balcões, quase a tocarem-se por sobre a cabeça do transeunte. Sobre os becos sem saída, as lóbricas betegas e as entortadas congostas, cruzam-se velhos arcos mouriscos ou coloridos e esvoaçantes embandeiramentos de roupas a secar. Em cada peitoril de janela se alinham vasos de mangericão. E a gente tem a impressão de estar no Oriente ou no Norte de África, na Casbá de Argel ou na velha Medina de Casablanca. É tão forte a sugestão que o som dos sinos de São Domingos, tocando as ave-marias, surpreende. Esperava-se a voz lenta e sonorizada do muezim, proclamando do alto dos minaretes o «slogan» muçulmano...

É o Oriente e é Marrocos em Lisboa erra Mouraria, como o nome bem o diz. eVm das beiradas da Praça da Figueira pela encurvada rua dos Álamos

até à casa da Severa, desenrolando aos nossos olhos cenários urbanos de outras gentes e de outros tempos. Encanto da cidade, esse bairro antigo e típico que se limita quase com o Rossio, em pleno coração da urbe pombalina.

Nas noites de luar, tarde, quando cessa de todo o movimento dessas ruas estreitas e não se ouve mais a bulha das ferragens dos eléctricos que vão até à Avenida de Almirante Reis, a Mouraria atinge o ápice da sua fascinante sugestão. Então, diante da casa humilde da Severa, se apurarmos bem os ouvidos da alma, decerto a escutaremos cantar:

Ó rua do Capelão,  
Juncada de rosmão...

#### IV

#### MESTRE DE PEDRAS VIVAS

Certo, o «leitmotiv» da sinfonia arquitectural da Torre de Belém são as guaritas que lhe coroam o eirado como florões dum diadema, ou, ao alto de seus cunhais, se dependuram como brincos das orelhas de uma dama. Duas esquinais ornam o corpo principal da construção. Cinco interrompem regularmente, como pausas forçadas, o ritmo da heráldica balaustrada com pavezes, na falsabraga ou bastião avançado. Quatro menores, no cimo do torreão, completam nesse cubelo a simetria do crenulado mourisco.

Lavradas em pedra amorenada pelo bafo dos séculos, lembram antigos vasos de unguentos perfumados, cujas tampas são as pequenas e encantadoras cúpulas em gomos de melão. O balcão coberto por leve, delicada arcaria sob as armas de Portugal, entre os dois janelões da fachada que dá sobre o Tejo, o fino muxárabi lateral encimando a porta de entrada ou as lindas, incomparáveis janelas geminadas, cujo esguiu colunelo contrasta com a pesada silharia da torre, não conseguem caracterizar fortemente o edifício como essas guaritas ornamentais, multiplicadas a cada lance e rematadas acima dos gomos por um pináculo finamente torneado, como o dos templos indus.

Mestre Francisco de Arruada — «magister de vivis lapidibus», mestre de pedras vivas, o mágico que deu expressão e vida a essas pedras, trouxe de Marrocos a inspiração dos seus motivos ornamentais. De suas mãos de ourives, através das dos alvanéis manuelinos, brotou no primeiro quartel do século XVI a jóia sem par, cuja harmonia singela encanta e fascina os olhos que sabem ver. Essas cúpulas em gomos de melão são parentas das da linda casa da Quinta da Bacalhoa; essas pedras de obragem foram lavradas no estilo das dos Jerónimos, da Conceição Velha e da janela-hieróglifo da Casa do Capítulo de Tomar. Mestre Francisco era irmão de Mestre Diogo. Os encantamentos desses dois mágicos atravessaram os séculos imortalizados em fórmulas de pedra... Suas pedras têm vida, pois que eles foram, consoante a velha linguagem, «mestres de pedras vivas»...

Ao contrário deles, os architectos de hoje são mestres de pedras mortas...

De *A Manhã* do Rio de Janeiro, de 7/12/1943.

Gustavo Barroso.

Fornecido pelo Sr. Gastão de Beltercourt



## SETE COLINAS... SETE PECADOS...

O meu «panorama» também é bonito. Moro na parte de cima da Rua do Arco, a S. Mamede, mesmo encostado a S. Mamede, uma das sete colinas de Lisboa. Vivo num quarto andar virado ao Tejo, abrigado dos ventos maus, e cheio de sol; prédio moderno, com terraço que só a mim pertence, pois não dá serventia de escada aos outros iquilinos. Quando subo ao último piso convenço-me de que não me seria impossível voar, se abrisse, audaciosamente, as asas que não tenho. Um destes dias talvez haja um desastre na Rua do Arco; talvez eu creia firmemente na existência real das minhas asas imaginadas e me deixe cair lá de cima, e morra, a troco de um breve instante de sonho. Sei de outras pessoas que deram a vida por menos. Quem sabe se Garrett vinha em meu socorro emprestar-me as «asas brancas, asas que um anjo lhe deu»? Tão próximo do Natal, não ficava muito admirado com o milagre. No primeiro voo largo ia pousar no Zimbório da Estrela, mandado riscar pela Senhora Dona Maria I, descanso merecido para tão inédito esforço. Dali, depois de hesitar em repetir a proeza, — não fosse um falcão sair-me ao caminho, picado pelo desafio, — chegava, num golpe de asa, às alturas íngremes do Castelo de S. Jorge, onde os meus olhos semi-cerrados tentariam reconstituir a tomada de Lisboa, com a gente de Afonso Henriques a trepar a encosta, gritando desalmadamente e fazendo escandaloso chinfrim de ferragem para assustar a moirama.

Cidade fácil de sobrevoar, rica de poleiros para aves como eu, exigentes de conforto e de pontos de vista!

O meu turismo é a minha varanda, voltada ao Tejo. Afinal não tenho asas nem creio na eficácia física das do anjo de Garrett, mas é tal qual como se as tivesse presas aos ombros, se me resignar a deixar ficar o corpo sossegado e seguro, com as mãos agarradas à balastrada de ferro do meu terraço.

O espírito sabe voar sozinho, sem perigos escusados e pausa onde quer, se for ajudado pelas asas da memória, as que nenhum anjo lhe deu. Não senhores, os anjos não nos deram a memória, presente do Demónio, desejoso de nos saber a relembrar, saudosos, o sabor do pecado já perdoado na confissão mas vivo na memória, a fazer das suas até o dia em que a memória se apaga e com ela a vida ou o juízo — que são duas perdas iguais, uma e outra sem remédio.

O meu turismo é a varanda e a memória, duas ofertas interesseiras do Demónio, para me tentar. Do alto daqueles dois mal-intencionados miradouros vejo a fita prateada do Tejo e, do outro lado, o Alfeite, Almada e Cacilhas com as suas taberninhas onde a memória, indiferente à distância, morde a isca e me obriga a entrar, na esperança de me fazer ter pena de saber que, se lá for outra vez, não encontro a pequena de olhos verdes com quem, às escondidas, comi enguias de caldeirada e beijos que não eram meus.

Vejo daqui, ou antes, adivinho, as ruas que levam às ruas da Alfama. A memória arrasta-me por elas, sem se importar com a lama de que a chuva miudinha vai cobrindo o bairro das guitarradas. Que regalo para o Demónio ver-me recordar, perdido de saudade, as noites perdidas nos pecados daquelas ruas que sobem por outras ruas até ao píncaro da colina onde, com fingido arrependimento, pedem perdão à Senhora do Monte, por me terem embriagado aos poucos, nas suas milhentas esquinas, a ponto de eu querer à força entoar o fado com a lição da voz afinada da minha garota de olhos verdes.

Não só Vossa Excelência, Senhor Visconde, teve asas que vos faziam subir aos céus, e meninas de olhos verdes! Há outras Marias na terra... eu também as tive, quando andava nos vinte anos e na Poesia!

O meu turismo é a varanda e a memória. Num golpe de asas mais firme, sigo ao longo das pedras eternas do Aqueduto e deixo cair um olhar sobre a minha casa antiga que tinha um relógio de sol onde eu, em tempo, via o gume de sombra cortar o meio dia. Regresso à razão e ao chão como as andorinhas, quase a beijar a terra que me viu nascer. O meu turismo é esta varanda; é dela que partem as minhas vistas de acaso ou de circunstância, à cidade nobre que me viu crescer. Tenho um pecado em cada colina, já perdoado mas a fazer das suas na memória que o Demónio me deu. Alto de Santa Catarina, Alto de S. João, Alto do Pina, Bairro Alto, cidade cheia de alturas, como o fantasma pequenino que só eu pressinto, a planar mais alto que a mais alta colina.

O meu turismo, faço-o sem calças de *golf*, sem máquinas fotográficas a tiracolo e sem itinerários da Agência *Cook*. (Fartei-me de andar pelo mundo, e foi como se estivesse parado nesta varanda voltada ao Tejo; demorei-me nas grandes capitais, e voltei sempre à minha capital pequena, que a memória, a

voar de colina em colina, de pecado em pecado, transforma em metrópole gigante, em nova Atlântida a que os estranhos perdem a pista, para mim tão clara). O meu turismo, igual ao de todos os que sentem profundamente o doloroso encanto da terra onde viveram a infância e a adolescência e foi sempre o porto seguro de acidentais peregrinações, consiste em não me cansar de repetir os mesmos trajectos, as mesmas conversas, os mesmos olhares às coisas e às paisagens aparentemente inertes mas, na verdade, animadas por secreto impulso.

Sem sair da ampla varanda, voltada ao Tejo inundado de sol, transportado pela memória mais rápida e segura que os expressos e os Clippers, recomeço a excursão sem fim, guiado pela nostalgia de uns olhos verdes, que tinham por baixo uns lábios teimosos em dizer-me deliciosas mentiras, em português, com a pronúncia de Lisboa.

In: «Panorama» n.º 18, volume 3.º — Dezembro de 1943 — págs. 20 a 22.

Olavo d'Eça Leal.



## JÚLIO VERNE EM PORTUGAL

A Emissora Nacional celebrou, oportunamente, o centenário de Júlio Verne, e recordou numa palestra, organizada de colaboração com o Instituto Francês, a obra e a influência deste escritor de fama internacional.

Convém acrescentar que Júlio Verne conheceu Portugal e que nos deixou, pelo menos, uma nota biográfica elogiosa da sua estada aqui.

Enriquecido pelos seus romances comprou durante o Segundo Império, uma embarcação mista, à vela e a vapor, a *S. Miguel III*, preparada para longos cruzeiros.

Esta embarcação encontrava-se em Crotoy, perto de Amiens, onde Júlio Verne, então residia. Tinha uma tripulação de 10 homens, três dos quais mecânicos, e um patrão, Ollive, de Trentamoult-les-Nantes.

Foi neste barco que Júlio Verne em 1878 empreendeu uma grande viagem, levando como passageiros o editor Hetzel, seu irmão Paulo Verne e o deputado Raúl Duval.

Sairam de Nantes em Abril de 1878, seguindo por Vigo, Cadix, Tanger, Gibraltar e Alger, e regressando por Marselha.

Depois de fazer escala em Vigo, que o biógrafo de Júlio Verne, M. Bernard Frank, parece situar em Portugal, a *S. Miguel III* chega a Lisboa.

O *Diário* de bordo, redigido por Paulo Verne, onde este anota as impressões de seu irmão Júlio, dá-nos a impressão de verdadeiro deslumbramento que os nossos turistas aqui tiveram:

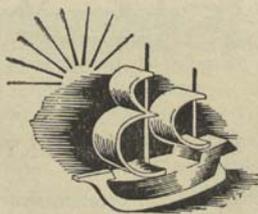
«Tudo se conjuga para nos conservar em estado de beatitude: a leveza da atmosfera, a pureza do céu, o encanto da paisagem e, enfim, a capital portuguesa, banhada pelas águas do Tejo, de ruas bem alinhadas, de construções definidas alternando com a imponente grandeza do Palácio e a sombra generosa dos jardins.»

É bom viver aqui, registam os viajantes, solta a rédea da vida do prego social e familiar.

A partida de Lisboa, avistando a costa a distância, a mesma satisfação; «o mar está calmo, e a luz diáfana acaricia os rochedos dum cinzento azulado».

Original fornecido pelo ilustre director do Instituto Francés.

**Raymond Warnier.**





*MILAGRE DE SANTO ANTÔNIO*  
(Pintura em madeira — Autor desconhecido)

(Museu da cidade)

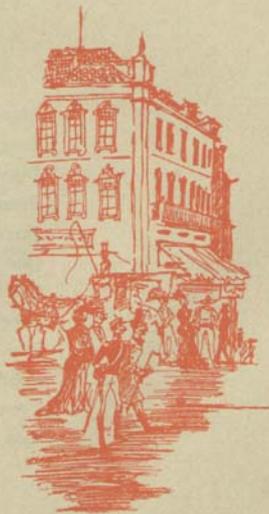


## NO CHIADO

O' lama do Chiado, ó lama do bom tom,  
Eu quizera fazer-te um bello poema com  
A verve de Musset e o rir de Gavarni;  
Mas não merece a pena estar a gente aqui  
A descobrir, a achar as rimas mais preciosas,  
A torcer uma estrofe em espiraes nervosas,

A pôr na reticência a indiscrição d'um pagem,  
A florir n'um bom verso uma brilhante imagem,  
E a enroscar n'uma idéa um dito puro e fino  
Como os ricos florões d'um portal manuelino,  
Para no fim de tudo encher uma columna  
D'um jornal de dez réis levado da fortuna,  
Que amanhã dormirá n'uma tenda boçal  
Entre um queijo flamengo e uma ode imortal.

Eu sentia-me até bastante resolvido  
A cantar n'este instante algum vergel florido,  
Uma bôca escarlate, honesta e virginal,  
Uma trança d'aurora, um riso de crystal,  
Tudo o que ha de gentil, de luminoso e puro  
— Uma cabeça loira ou um trigo maduro,  
E Julieta e Romeu na scena da varanda.  
Mas precisava ter um bom papel de Holanda,  
Um typo de Elzevir, um optimo editor,





E sobretudo em vez dos olhos teus, leitor,  
O fresco olhar azul d'uma pessoa amada,  
Que cobrisse da glória ingénua da alvorada  
Os meus versos pagãos cheios de seiva e flores  
E ao toque do clarim e ao rufo dos tambores,  
Fazendo telintar as lanças e as esporas,  
Em mandaria então em legiões sonoras  
Um exército ideal de estrofes coruscantes,  
Que iriam desfilar esplendidas, radiantes,  
Debaixo do balcão d'essa creança.

Em suma

Tenho estado a soprar n'uma bola de espuma,  
Que rebentou. Nem sei a transição que fiz  
Da lama do Chiado aos sonhos juvenis,  
Da frase de Cambrone ao azul da utopia.  
Voltemos ao Chiado. E' já quasi meio-dia;

Vamo-nos encostar à porta da Havaneza,  
E veja-se passar Lisboa, essa burgueza  
Que vae de risca ao meio e vae de fato preto  
Ao *sport* da uma hora — à igreja do Loreto.

Alguns velhos leões de nobre gaforina  
Oonde falta o cabelo e sobra a bandolina,  
Discutem entre si com toda a autoridade,  
Petiscos do Baldanza e córos da Trindade.  
Janotas de balcão, Neros hebdomadarios,  
Que exercem a virtude em dias ordinários,  
Correndo no domingo ao vício, aos sorvedoiros,  
Lançando-se às paixões como S. Thiago aos moiros,  
Vão meditando já na bachanal tremenda  
Aonde à meia noite o dedo da legenda  
Escreverá talvez sobre a muralha espessa  
Esta negra inscripção — *Dois pintos por cabeça.*

Brunidos de entusiasmo, esplandidos, jocundos,  
Provincianos joviaes da Beira Baixa oriundos,  
Observam com prazer e muita admiração  
Os progressos que faz a civilização  
Na capital do reino.

Exhibem-se os alferes,  
O encanto do inimigo e o terror das mulheres.

Nos grupos do Prazer, do Chic, da Finança  
Admira-se um cavalo, uma girafa mansa  
Que vae trotando.

A missa está quási a acabar.  
A igreja do Loreto é o piedoso *boudoir*  
Onde Christo recebe as preces perfumadas  
Das almas do bom tom.

Recruzam-se, damnadas,  
No insano frenesim de rubra extravagância,  
Perversas multidões puxadas à substância,  
Calcando dignamente as lamas venenosas,  
A lama onde os corceis das raças milagrosas  
Mais gostam de imprimir a marca das suas patas,  
E onde às 5 da tarde illustres burocratas  
Poisam a nobre planta ornada de galocha.



.....  
.....  
Sinto-me triste. A aurora ingénua desabrocha  
Na candura do azul, como uma rosa enorme.  
E, enquanto o meu visinho (um brasileiro) dorme  
Fazendo variações no cornetim nasal,  
Eu filho da Utopia e primo do Ideal  
Tenho estado rimando esta canção florida,  
Que seria melhor, não sendo tão comprida.

GUERRA JUNQUEIRO  
(Do livro «A Musa em Férias»)



## SECÇÃO JURÍDICA

**PROVIDENCIAS MUNICIPAIS** — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

**LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA**— Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo, e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

### **BIBLIOGRAFIA**

Notas relativas ao período que vai de 1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948.

---



# Providências Municipais

## Posturas, editais e regulamentos

1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

### Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias

De 18 e 30/12/947 — Inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal destinados a consumo público.

\* Tabela de taxas pelo transporte de carnes.  
\* Regulamento do Orçamento para o ano de 1948.

De 19/2/948 — Ruídos da Cidade.

### Editais

De 21/10/947 — Faz saber que a vacinação anti-rábica, obrigatória, dos caninos do concelho pode ser feita, gratuitamente, nos Postos de Vacinação da Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1 de Novembro.

De 9/12/947 — Faz saber que o projecto do orçamento ordinário para o ano de 1948 está patente ao público, para os efeitos do disposto no art. 684.º do Código Administrativo.

De 12/12/947 — Faz público que os cadáveres provenientes dos Hospitais Cívicos passam a inumar-se no 3.º Cemitério (Ajuda) a partir de 1 de Janeiro e os provenientes do Instituto de Medicina Legal no 4.º Cemitério (Benfica) a partir da mesma data.

De 18/12/947 — Faz público que o arruamento sem nome que começa na Avenida 24 de Julho e finda na Rua da Ribeira Nova, entre o Mercado de 24 de Julho e o edifício da Assistência Nacional aos Tuberculosos, passa a denominar-se Rua do Instituto D. Amélia.

De 20/12/947 — Faz público que no dia 2 de Janeiro abre o cofre para pagamento das licenças denominadas de via pública, com ou sem ocupação.

De 31/12/947 — Faz público que a cobrança à boca do cofre das licenças de cães de caça e de luxo, para o ano de 1948, se inicia no dia 1 de Janeiro.

De 2/1 — Torna público quais as taxas a cobrar durante o ano de 1948 pelo Transporte de Carnes.

\* Faz saber quais os prédios que deverão sofrer obras de beneficiação até 31 de Setembro do corrente ano.

De 1/3 — Faz público que os concessionários dos jazigos compreendidos nas 7.ªs zonas dos 1.º e 2.º Cemitérios deverão realizar as obras de beneficiação dos seus jazigos no corrente ano.

De 3/3 — Faz público que o aglomerado habitacional que se está erguendo a Sul da Avenida Alferezes Malheiro, à faixa do Campo 28 de Maio, terá a denominação de Sítio de Alvalade.

De 19/3 — Faz público que os cadáveres dos concessionários dos jazigos-ossários não estão abrangidos pelo edital de 20/6/945.

\* Faz público que a Câmara deliberou antecipar para 13 de Abril a reunião ordinária que deveria realizar-se no dia 22 do referido mês.

\* Faz saber que a vacinação anti-rábica dos caninos, a que se refere o edital de 21/10/1947, se efectuará a partir de 1 de Abril, nos locais, dias e horas que indica.

De 19/3 — Faz público que, para efeitos de liquidação da licença de estabelecimento comercial e in-

dustrial, foi elevada para 20 % a percentagem de 15 % sobre a verba principal da contribuição industrial devida ao Estado pelas sociedades colectadas pelo grupo B.

De 20/3 — Faz saber que a abertura do cofre para pagamento das licenças de estabelecimento comercial ou industrial (grupos A, B e C) referentes ao ano de 1948, se inicia em 1 de Abril.

De 31/3 — Faz público que a Câmara aprovou uma postura sobre ruídos cujo teor transcreve.

## Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

### Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 16/10/1947 — Aprovando o 2.º Orçamento Suplementar para o ano de 1947.

\* Ratificando o despacho pelo qual foi adjudicada a empreitada de terraplenagens e esgotos de arruamentos na zona do Vale Escuro — 1.ª fase.

\* Ratificando o despacho de adjudicação da empreitada de construção do 3.º grupo de casas de renda económica.

De 20/11/1947 — Introduzindo alterações na «Organização de Serviços» e dando nova redacção aos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 19.º e 25.º.

\* Ratificando a aceitação da reprodução em bronze e granito da estátua de D. Afonso Henriques, oferecida à Câmara Municipal de Lisboa pelo distrito do Porto.

\* Aprovando a compra de 3 parcelas de terreno identificadas na planta n.º 5.059 da Repartição de Urbanização e Expropriações.

\* Aceitando a cedência gratuita de duas parcelas de terreno destinadas ao alargamento da Estrada das Laranjeiras.

De 18 e 30/12/1947 — Aprovando a constituição de uma sociedade a que será dado o exclusivo do estudo técnico e económico de um sistema de transporte colectivo fundado no aproveitamento do subsolo da Cidade e eventualmente a concessão da instalação e exploração do respectivo serviço público.

\* Aprovando o Orçamento Ordinário para o ano de 1948 e o respectivo regulamento.

De 22/1 — Ratificando o despacho de adjudicação da empreitada de conservação de pavimentos e colectores da rede de esgotos da cidade de Lisboa durante o ano de 1948.

\* Aprovando as Condições gerais de alienação de terrenos municipais destinados à construção de casas de renda limitada, nos termos dos decretos n.ºs 86.212 de 7/4/1947 e 86.700 de 29/12/1947.

De 19/2 — Aprovando o anteprojecto da Sala de Matança e oficinas anexas do novo Matadouro.

\* Dando nova redacção aos artigos 3.º, 5.º, 19.º e 25.º da Organização dos Serviços em vigor.

\* Autorizando o Presidente a contratar na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo até 30.000 contos, a amortizar no prazo de 25 anos, ao juro de 3,5 %, com destino à ampliação do plano de obras e melhoramentos municipais aprovado em reunião de 30/12/1938.

\* Autorizando o pedido de desdobraimento de capital das sociedades anónimas e comanditas por

acções com sede noutros concelhos e agências, sucursais ou filiais em Lisboa, facultado às Câmaras Municipais pelo decreto n.º 86.779, de 6/8.

\* Elevando para 20 % a partir do ano em curso a taxa de 15 % que se vem cobrando nas licenças de estabelecimento comercial e industrial devidas pelas sociedades colectadas na forma do grupo B, em função do seu capital corrigido nos termos da lei.

\* Antecipando para 13/4 a reunião que devia realizar-se no dia 22/4.

### Despachos do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Diário Municipal n.º 3.763, de 25/11/1947 — Fixa as condições para o aluguer de barracas para venda de brinquedos no Natal, na Praça Luís de Camões.

D. M. n.º 3.778, de 13/12/1947 — Estabelece as condições especiais para a alienação de dois lotes de terreno situados nas Ruas Tenente Espanca e D. Luís de Noronha, destinados a construção de garagens.

\* Fixa as condições especiais para a alienação de lotes de terreno situados na Rua Actriz Virginia, destinados à construção de casas de renda limitada.

\* Aprova as condições especiais para a alienação do terreno municipal situado na Estrada das Amoreiras, destinado à construção de garagens.

D. M. n.º 3.791, de 30/12/1947 — Autoriza, nas novas construções, a substituição das portas interiores nos vãos de janelas por outro processo que assegure o obscurecimento total dos compartimentos nas condições recomendadas pela D. G. de Saúde.

D. M. n.º 3.797, de 7/1 — Fixa as condições especiais para a alienação de terrenos municipais na Zona a Sul da Avenida Alieres Malheiro e destinados à construção de casas de renda limitada.

\* Fixa as condições especiais para a alienação de terrenos municipais na Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias unifamiliares.

D. M. n.º 3.798, de 8/1 — Estabelece as normas para as vistorias de veículos de tração animal, caixas e carros de mão.

D. M. n.º 3.804, de 1/5 — Fixa as condições especiais para a alienação de lotes de terreno situados na Rua Actriz Virginia destinados à construção de casas de renda limitada, na Rua Conde de Monsaraz e na Avenida A, à Praça do Arceiro, exclusivamente destinado à construção de garagens.

D. M. n.º 3.805, de 16/1 — Transfere para o Director dos Serviços de Urbanização e Obras a delegação de poderes para o despacho de assuntos respeitantes à extinta Repartição de Viação e Subsolo,

cujos serviços transitaram da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais para a de Urbanização e Obras e torna essa delegação extensiva a outros assuntos.

**D. M. n.º 3.807, de 19/5** — Constitui a comissão de vistorias a carroças e carros de mão.

\* Fixa a constituição da Comissão de Vistorias a utensílios para a venda na via pública.

**D. M. n.º 3.808, de 20/1** — Aprova o programa do concurso para mestre de cantoneiro, cabo de cantoneiro e cantoneiro.

**D. M. n.º 3.812, de 24/1** — Determina que a direcção de todos os serviços de protocolo passe a competir ao chefe da 1.ª Repartição — Central.

**D. M. n.º 3.813, de 26/1** — Introdz alterações no Regulamento de Fardamentos. Altera a constituição da Comissão de Fardamentos.

**D. M. n.º 3.815, de 28/1** — Fixa os prazos para o pagamento das prestações relativas à arrematação de terrenos alienados pela Câmara para a construção de casas de renda limitada.

**D. M. n.º 3.817, de 30/1** — Autoriza o Director dos Serviços de Urbanização e Obras a delegar nos

chefes da Repartição de Arruamentos e Subsolo e de Viação e Trânsito o despacho de algumas petições.

**D. M. n.º 3.827, de 13/2** — Aprova as condições especiais para a alienação de um lote de terreno na Rua XIV da Encosta da Ajuda.

**D. M. n.º 3.838, de 26/2** — Aprova condições especiais de alienação de terrenos na Avenida A, à Praça do Areiro, e na Rua B, à Avenida D. Afonso III.

**D. M. n.º 3.841, de 1/3** — Aprova instruções relativas a pedidos de averbamento de jazigos.

\* Delega no Director dos Serviços Técnico-Especiais a resolução de determinados assuntos.

**D. M. n.º 3.844, de 4/3** — Autoriza que os fardamentos de inverno previstos no Regulamento de Fardamentos sejam executados exclusivamente em pano azul de 1.ª qualidade, exceptuando os dos guardas florestais que serão de pano castanho de 1.ª qualidade.

**D. M. n.º 3.846, de 6/3** — Aprova a constituição dos júris do Prémio Júlio de Castilho, do Prémio Valmor — 1947 — e do Prémio Municipal de Arquitectura — Edificações — 1947.





# Legislação e Jurisprudência

I

## Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

**Do Ministério do Interior** — Portaria de 29/9/47 — Nomeia o engenheiro Francisco de Melo Ferreira de Aguiar, director dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos do artigo 8.º do decreto-lei n.º 31.386, de 14/7/941. (*D. G., II Série, n.º 229, de 1/10*).

**De 4/10/47** — Portaria n.º 12.056 — Fixa as características técnicas dos automóveis de aluguer para serviço de instrução. (*D. G., I Série, n.º 281*) — (*Revogada pela Portaria n.º 12.103, de 6/11*).

**Do M.º das Obras Públicas** — Portaria de 1/10/47 — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a execução de trabalhos de urbanização do bairro para classes pobres no Caramão da Ajuda. (*D. G., II Série, n.º 284, de 7/10*).

**De 28/10/47** — Decreto-lei n.º 36.558 — Cria no Ministério do Interior a Junta de Emigração e define as suas atribuições. — Inere disposições relativas à protecção do emigrante e ao condicionamento da emigração. (*D. G., I Série, n.º 250*).

**De 6/11/47** — Portaria n.º 12.103 — Fixa as características técnicas dos automóveis de aluguer para serviço de instrução. — Revoga a portaria n.º 12.056, de 4/10/47. (*D. G., I Série, n.º 258*).

**De 22/11/47** — Decreto n.º 36.600 — Estabelece a divisão do País para efeitos de organização hospitalar. (*D. G., I Série, n.º 272*).

**De 24/11/47** — Decreto-lei n.º 36.601 — Reorganiza os quadros do pessoal do gabinete do Ministro do Interior, da Secretaria Geral e da Direcção Geral de Administração Política e Civil. — Extingue o lugar de adjunto do director geral. — Autoriza o Ministro a publicar a reorganização destes Serviços.

\* Decreto-lei n.º 36.602 — Dá nova redacção aos artigos 461.º, 466.º, 473.º, 477.º, 479.º, 482.º, 486.º e 516.º do Código Administrativo. — Altera a constituição dos quadros do pessoal maior das secretarias e tesourarias das Câmaras Municipais dos concelhos urbanos de 3.ª ordem e dos concelhos rurais de 2.ª ordem.

\* *Decreto-lei n.º 36.606* — Regula a utilização de subsidiados pelo Commissariado do Desemprego nos serviços do Estado.

\* *Decreto-lei n.º 36.608* — Fixa em 5\$00 a taxa do papel selado propriamente dito. — Introduz várias alterações na tabela geral do imposto do selo, aprovada pelo decreto n.º 21.916. — Revoga o artigo 274.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo decreto n.º 12.700.

\* *Decreto-lei n.º 36.610* — Considera, com algumas excepções, a partir de 1 de Janeiro de 1948, subscriptores da Caixa Geral de Aposentações com as correspondentes regalias e deveres, todos os funcionários e servidores do Estado e dos corpos administrativos, qualquer que seja a forma do seu provimento ou a natureza da prestação dos seus serviços, desde que recebam vencimento ou salário pago por força de verbas inscritas expressamente para pessoal no Orçamento Geral do Estado ou dos corpos administrativos, ou serviços e organismos autónomos. — Inere disposições relativas à inscrição e aposentação dos subscriptores. — Revoga o artigo 23.º e seu § único do decreto-lei n.º 16.669 e o artigo 5.º e seu § único do decreto-lei n.º 26.508 e o artigo 3.º do decreto-lei n.º 31.672.

\* *Decreto-lei n.º 36.620* — Confere à Câmara Municipal de Lisboa o direito de fazer a concessão do exclusivo do estudo técnico e económico de um sistema de transporte colectivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade, bem como da instalação e exploração do respectivo serviço público. (*D. G., I Série, n.º 273 e D. M. n.º 3.769, de 3/12*).

**Do M.º das Obras Públicas** — *Portaria de 21/11/947* — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a execução de diversas obras no Bairro Dr. Oliveira Salazar, no Alvitto. (*D. G., II Série, n.º 278, de 28/11*).

\* *Portaria de 10/12/947* — Concede à Comissão de Acção Social dos Bairros Municipais em Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a aquisição de equipamentos diversos para os centros sociais dos três bairros a cargo da referida Comissão. (*D. G., II Série, n.º 291, de 15/12*).

*De 23/12/947* — *Portaria n.º 12.212* — Estabelece as normas a seguir pelos condutores de automóveis de aluguer de passageiros na prestação de serviço público. (*D. G., I Série, n.º 297*).

*De 29/12/947* — *Lei n.º 2.026* — Autoriza o Governo a cobrar, durante o ano de 1948, as contribuições e impostos e demais rendimentos e receitas do Estado indispensáveis à sua administração financeira, de harmonia com as leis reguladoras da respectiva arrecadação e a aplicar o seu produto às despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado decretado para o mesmo ano.

\* *Decreto-lei n.º 36.700* — Dá nova redacção ao artigo 3.º do decreto-lei n.º 36.212 que insere disposições relativas à construção de casas de renda limitada. (*D. G., I Série, n.º 301*).

*De 30/12/947* — *Decreto n.º 36.702* — Reorganiza os serviços do gabinete do Ministro do Interior, da Secretaria Geral e da Direcção Geral de Administração Política e Civil do ministério. (*D. G., I Série, n.º 302*).

*De 5/1* — *Decreto n.º 36.709* — Promulga o regulamento sobre aproveitamento de baldios. (*D. G., I Série, n.º 3*).

**Presidência do Conselho** — Rectificação ao decreto-lei n.º 36.458, de 4/8/947, que aprova o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes. (*D. G., I Série, n.º 24, de 29/11*).

*De 29/1* — *Decreto-lei n.º 36.738* — Concede o prazo de 30 dias para a modificação de opção de vencimentos aos funcionários a que se refere o artigo 4.º do decreto-lei n.º 26.487, de 31/3/936, desde que em nenhuma das situações de acumulação tenham beneficiado dos vencimentos fixados pelo decreto-lei n.º 26.115 de 23/11/935, ou por diplomas posteriores. (*D. G., I Série, n.º 24*).

**Do M.º das Finanças de 2/2** — Elevando para vinte e cinco anos o prazo de amortização fixado na portaria de 31/12/947, que autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a contratar com a Caixa Geral de Depósitos empréstimo até 30.000.000\$000. (*D. G., II Série, n.º 30, de 6/2*).

*De 13/2* — *Portaria n.º 12.281* — Designa a letra J para servir durante o período que decorre de 1 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1949 no afilamento de todos os pesos, medidas e mais instrumentos de pesar e medir executado em todos os concelhos do País à excepção do de Lisboa, onde a mesma letra principiará a ser empregada em 1 de Março. (*D. G., I Série, n.º 35*).

**Do M.º do Interior** — *Portaria de 11/3* — Aprova as alterações à organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa resultantes das deliberações de 20/11/947 e 19/2. (*D. G., II Série, n.º 63, de 17/3*).

**Do M.º das Obras Públicas** — *Portaria de 5/2* — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para execução dos trabalhos de construção da Avenida Teneife Valadim e construção da Avenida de Ceuta. (*D. G., II Série, n.º 42, de 21/2*).

\* Reforça as comparticipações concedidas à Câmara Municipal de Lisboa pelas portarias de 19/7/946, 7/3/947, 1/10/947 e 24/1/947, para execução das obras de construção de um balneário no Alto da Serafina, da urbanização do Bairro do Caramão da Ajuda e da construção de um «rink» de patinagem no Pavilhão das Exposições no Parque Eduardo VII. (*D. G., II Série, n.º 44, de 24/2*).

\* Reforça uma comparticipação concedida à Câmara Municipal de Lisboa pela portaria de 27/2 para execução da obra de construção do bairro de casas para famílias pobres no Caramão. (*D. G., II Série, n.º 46, de 26/2*).

\* *Portaria de 25/2* — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a obra de construção da cantina e regularização dos terrenos do Grupo escolar da célula da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro. (*D. G., II Série, n.º 53, de 5/3*).

*De 17/3* — *Decreto n.º 36.797* — Autoriza o Governo a promover, em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra, a construção de 100 casas desmontáveis naquela cidade.

\* *D. M. n.º 36.798* — Permite ao Governo promover em colaboração com a Câmara Municipal de Portalegre e Portimão a construção de agrupamentos de moradias económicas. (*D. G., I Série, n.º 63*).

*De 18/3* — *Portaria n.º 12.322* — Dá nova redacção ao 3.º e 12.º do artigo 61.º do Regulamento especial de transportes em automóveis pesados aprovado pelo decreto-lei n.º 23.499, de 24/1/939. — Revoga a portaria n.º 9.646 de 10/9/940. (*D. G., I Série, n.º 64*).

## Despachos, circulares e ofícios emanados do Governo

1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

### 2) — Circulares

#### a) — Da Direcção Geral de Administração Política e Civil

De 10/10/947 — N.º H-4/9, L.º 94 — Comunica instruções para uniformizar o critério adoptado pelos corpos administrativos quanto à inscrição orçamental do suplemento e do subsídio eventual concedido aos seus servidores.

De 14/10/947 — N.º O-2/80, L.º 94 — Informa que a Direcção Geral da Contabilidade Pública emitiu um parecer no sentido de os encargos com o abono do suplemento e subsídio eventual aos serventuários na situação de aposentados pela Caixa Geral de Aposentações deverem ser suportados pelos corpos administrativos na proporção em que eles concorrem para o abono da pensão-base.

\* N.º N-4/11, L.º 94 — Esclarece a forma de liquidação das licenças sobre bilhares, casinos e outras casas de recreio e ainda sobre as casas destinadas à exploração regular da indústria dos espectáculos e remete, um anexo, um projecto-tipo de regulamento para a cobrança das referidas licenças.

De 15/10/947 — N.º Z-1/66, L.º 94 — Recomenda às Câmaras Municipais que no uso das atribuições a que se refere o n.º 1.º do artigo 50.º do Código Administrativo, se abstenham de conceder licenças para reclamos sonoros nas feiras e na via pública e, duma forma geral, para aparelhos de rádio, alto-falantes ou amplificadores e outros aparelhos sonoros que emitam para a via pública. Para que possa exercer-se repressão eficaz, convém que as Câmaras aproveem postura onde se estabeleça a proibição e a multa aplicável aos infractores.

De 31/10/947 — N.º Z-1/88, L.º 94-A — Transcreve uma circular da C. G. de Depósitos, Crédito e Previdência (Montepio dos Servidores do Estado) n.º 15.441, de 29/10 na qual se solicita que seja determinado que a inscrição do Montepio possa ser proposta logo que os funcionários estejam nas condições previstas nas disposições do artigo 16.º e 18.º do decreto n.º 24.046, de 21/6/934.

De 1/11/947 — N.º Z-1/67, L.º 94 — Chama a atenção dos corpos administrativos para a multa a que pode dar lugar a falta de observância do preceituado no § 2.º do artigo 15.º do Regulamento do Imposto Complementar. (Decreto n.º 36.420, de 17/7/947).

De 13/11/947 — N.º Z-1/70, L.º 94 — Chama a atenção das Câmaras Municipais para a doutrina definida pelo Tribunal de Contas em acórdão de 30/7/946 publicado no D. G. II Série, de 21/10/947.

De 19/11/947 — N.º E-4/18, L.º 94 — Esclarece dificuldades que têm surgido em várias Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados quanto à execução da cláusula regulamentar que obriga o consumidor ao pagamento de mínimos de consumo e à celebração do respectivo contrato.

De 22/11/947 — N.º G-4/3, L.º 94 — Comunica o seguinte parecer emitido pela Direcção Geral de Administração Política e Civil: «Quando os cargos de escrivão e de oficial de diligências sejam desempenhados, em regime de acumulação, por funcionários administrativos e se apure que, no final de cada trimestre, o total dos emolumentos recebidos não atinge 300\$00 ou 150\$00, a Câmara Municipal abonará àqueles funcionários a importância necessária para perfazer os mínimos trimestrais, nos termos do § 3.º do art. 692.º do Código Administrativo. A doutrina exposta foi sancionada por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Interior, de 18 de Outubro último.

De 9/12/947 — N.º Z-1/75, L.º 94 — Comunica instruções acerca de inscrição na C. G. de Aposentações de todos os serventuários que recebam ordenado ou salário pago por força de verbas inscritas expressamente para pessoal nos orçamentos dos corpos administrativos. (Decreto-lei n.º 36.610, de 24/11/947).

De 6/1 — N.º Z-1/99, L.º 94-A — Transcreve o ofício n.º 10.790, de 29/12 da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, comunicando acerca da liquidação do selo da licença respeitante a estabelecimentos com jogos legais, abertos depois da hora de recolher, que o Subsecretário do Estado das Finanças, por despacho de 16/1, esclareceu haver em tal caso de liquidar a taxa estabelecida na 2.ª parte do n.º II do artigo 105.º da Tabela geral em vigor e bem assim a taxa do n.º III do mesmo artigo.

De 7/1 — N.º Z-1/1, L.º 1 — 2.ª Repartição — Chama a atenção dos serviços interessados para o cumprimento do disposto no n.º 3.º do artigo 264.º do Código Administrativo que constitue formalidade essencial para a validade dos atestados passados pelas juntas de freguesia e esclarece que mesmo na hipótese prevista no § 3.º do artigo 257.º do citado Código não pode o atestado deixar de ser assinado pelo presidente da junta e subscrito pelo secretário.

De 19/1 — N.º Z-1/7, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Comunica que nada há que obrigue a requerer por escrito os atestados de residência destinados a instruir processos de casamento. Os atestados para casamento ao abrigo do artigo 33.º do decreto-lei n.º 30.615, de 26/7/940, são passados em papel selado e dão lugar à cobrança dos emolumentos estabelecidos na tabela anexa ao decreto n.º 14.027, de 2/8/927.

De 20/1 — N.º S-3/5, L.º 1 — 2.ª Repartição — Informa que por despacho do Subsecretário do Estado das Finanças, de 10/1, ficou entendido que os conhecimentos das derramas, lançadas nos termos do artigo 781.º do Código Administrativo, são passíveis do selo do artigo 59.º da Tabela aprovada pelo decreto-lei n.º 21.916, de 28/11/932.

De 28/2 — N.º Z-1/3, L.º 2-A — 2.ª Repartição — Para conhecimento da orientação que vai adoptar-se no serviço de Inspekção Administrativa, comunica o teor dos discursos proferidos pelo Ministro do Interior e pelo director geral de Administração Política e Civil no auto de posse dos primeiros inspectores nomeados.

De 2/3 — N.º Z-1/18, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Esclarece dúvidas que podem suscitar-se na interpretação da circular N.º Z-6/25, L.º 79 de 15/7/1932 quanto à obrigatoriedade e âmbito do parecer dos Secretários dos Governos Civis, sobre os orçamentos das Câmaras Municipais e Juntas de Província.

De 4/3 — N.º Z-1/20, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Aconselha algumas Câmaras a que apreciem a conveniência de em exposição fundamentada dirigida ao Ministro das Finanças, pedir que seja revisto o limite das taxas de licença de estabelecimento comercial e industrial de modo a que essas taxas compensem não só a receita que se cobrava ou poderia cobrar através dos impostos indirectos, mas ainda o aumento das despesas provocado pela elevação do custo de vida.

De 25/3 — N.º R-4/5, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Esclarece uma dúvida suscitada quanto à liquidação das licenças a conceder para a legalização de obras iniciadas ou realizadas sem licença. No parecer da Direcção Geral e no do Inspector Geral de Finanças que obteve a concordância do Ministro das Finanças, por despacho de 13/11, na licença a conceder para a legalização a taxa devida é de valor igual a duas vezes e meia a taxa normal (Observação 6.ª da Sub-secção II do Capítulo «Obras» da Tabela B Anexa ao Código Administrativo).

\* N.º Z-1/23, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Comunica que a construção de casas para pobres ao abrigo do decreto-lei n.º 34.486, de 6/4/1945, deve permitir que as Câmaras Municipais promovam a instalação conveniente das famílias cujas condições de habitação sejam mais miseráveis e, no uso da competência prevista no n.º 18 do artigo 51.º do Código Administrativo, a demolição imediatamente em seguida das casas que as mesmas famílias anteriormente habitem.

De 29/3 — N.º L-4/10, L.º 1-A — 2.ª Repartição — Comunica para conhecimento dos corpos administrativos que a Direcção Geral de Contabilidade Pública, em officio n.º 789, P.º 82/4, 1.ª Repartição, de 16 de Março corrente prestou a seguinte informação à Inspekção Geral de Finanças, transmitida a esta Direcção Geral em 22/3: «Com referência ao officio de V. Ex.ª n.º 676, de 11/3, tenho a honra de informar que por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário do Estado das Finanças de 4 de Agosto de 1947, proferido ao abrigo do artigo 26.º do decreto-lei n.º 35.886, de 1 de Outubro de 1946, foi esclarecido que as percentagens do suplemento e subsídio eventual devem passar a incidir sobre as compensações de vencimento abonadas aos funcionários civis nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 26.115, em face do artigo 1.º do referido decreto-lei n.º 35.886, considerar como remuneração-base, todos os proventos atribuídos à categoria que sejam contados para efeitos de aposentação ou reforma. Esta doutrina tem inteira aplicação aos funcionários dos corpos administrativos visto o suplemento e o subsídio eventual ser-lhes concedido dentro dos princípios estabelecidos no já citado decreto-lei n.º 35.886, conforme se determina no seu artigo 26.º e no que respeita à aposentação terem tratamento idêntico aos dos funcionários públicos».

#### b) — De outras origens

Do Commissariado do Desemprego, n.º 94, de 6/12 — Comunica as disposições a observar, relativamente a faltas por doença do pessoal subsidiado pelo Commissariado, enquanto não é revisto o respectivo Regulamento Disciplinar. (D. M. n.º 3.783, de 19/12).

### III

## Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

De 6/6/1947 — Um dos principais deveres dos funcionários é adquirir e manter competência profissional; por isso, a incompetência desta natureza, constatada por quem de direito e em processo disciplinar, constitui por si própria uma infracção disciplinar punível. (D. G., II Série, n.º 247, de 22/10/1947).

De 20/6/1947 — O Código Administrativo veio acabar com as dúvidas que poderiam levantar-se no que respeita à classificação dos actos absolutamente nulos ou de nenhum efeito, enumerando taxativamente no artigo 363.º as deliberações dos corpos administrativos que como tais devem considerar-se.

.....  
Permite, o Código Administrativo que os corpos administrativos possam ratificar, revogar, reformar as suas deliberações se não forem constitutivas de direito em todos os casos e a todo o tempo, e, sendo constitutivas de direito, apenas quando ilegais e dentro do prazo fixado na lei para o recurso contencioso ou até à interposição deste (artigo 357.º, com referência ao artigo 83.º).

A ratificação do acto administrativo consiste precisamente em considerá-lo válido ou sano, *ab initio*, mediante o suprimento da ilegalidade cometida ou observância das formalidades que deixaram de praticar-se.

No caso dos autos a Câmara reconheceu que a deliberação de 26 de Maio de 1945 estava viciada de nulidade, por haver sido tomada por votação nominal, quando o devia ter sido por escrutínio secreto.

Reparou o vício e sanou a irregularidade, tomando nova deliberação — a de 23 de Junho seguinte —, na qual, observando a forma exigida pela lei, manteve a vontade manifestada na anterior deliberação.

E como a deliberação da ratificação foi tomada dentro do prazo do recurso, e em qualquer caso antes da sua interposição, nada há sobre este aspecto que possa invalidá-la. (*D. G., II Série, n.º 245, de 20/10/1947*).

**De 20/6/1947** — Do disposto no § 2.º do artigo 835.º do Código Administrativo se se infere que as pessoas a chamar ao recurso como recorridas são aquelas a favor de quem foi proferido o acto impugnado, pois só estas poderiam ser directamente prejudicadas pela procedência do recurso contencioso.

Ora os concorrentes excluídos do concurso para o provimento do partido médico em questão não podem ser, ao contrário do que pretendem os apelantes, aquelas pessoas, dado que a deliberação ora recorrida foi também proferida contra elas.

E no recurso só teriam interesse directo, pessoal e legítimo na posição de recorrentes.

Como já se considerou num acórdão do antigo Supremo Conselho de Administração Pública, torna-se necessário ter presente que a legitimidade das partes não deriva apenas do interesse que as traz ou em que são chamadas a juízo, mas conjuntamente da qualidade em que vêm ou devem vir a juízo (acórdão de 4 de Fevereiro de 1931, na Coleção, pág. 110).

.....  
Prescreve o artigo 343.º do Código Administrativo que os corpos administrativos são independentes dentro da órbita das suas atribuições e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas ou anuladas pela forma e nos casos previstos no Código.

É fora de dúvida que, tratando-se de prover um lugar vago do quadro do pessoal maior dos serviços especiais da Câmara, a competência exerce-se dentro das atribuições, e consequentemente, por força daquele preceito, a Câmara não estava legalmente vinculada ao parecer da Direcção Geral de Administração Política e Civil.

De resto, a referida Direcção Geral, como se vê de fls. 94 do processo de concurso apenso aos autos, limitou-se a chamar a atenção da Câmara para o facto de certos concorrentes, entre eles o ora apelado, terem idade superior à que se estabelece na lei.

Este documento pode qualificar-se de parecer, notando-se, porém, que não tem homologação ministerial, o que tanto basta, se não houvesse outras razões ainda, para não perfilhar a alegação de se tratar de «instruções do Governo no exercício da sua inspecção administrativa», como se afirma na 2.ª conclusão da minuta dos apelantes.

Acresce, que, quando mesmo se tratasse de «instruções do Governo», nem por isso a deliberação *sub judice* escaparia à apreciação jurisdiccional (vide artigo 364.º do Código Administrativo). (*D. G., II Série, n.º 245, de 20/10/1947*).

**De 27/6/1947** — Os agravados, ao excepcionarem a sua ilegitimidade, partiram do pressuposto errado de que o provimento do recurso implicaria a nomeação para o lugar a concurso do ora agravante, e daí o deduzirem que poderiam afectar os restantes candidatos, que dizem em situação de preferência em relação ao mesmo agravante.

Mas é sabido que o recurso como meio de impugnar contenciosamente os actos da Administração dá lugar a um simples contencioso de anulação, competindo ao autor do acto anulado reintegrar a ordem jurídica violada.

Quer dizer: a Câmara, se for caso de ver anulada a sua deliberação, é que terá depois de tirar dessa declaração as consequências legais e nomeará quem, conforme com o direito e em face do processo do concurso, o deva ser. (*D. G., II Série, n.º 249, de 24/10/1947*).

**De 27/6/1947** — O Subsecretário do Estado recorrido, homologando a informação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, exerceu um poder de direcção que lhe pertence, pois esta tem por fim prover por meio de instruções e ordens gerais ou individuais às soluções dos casos omissos, duvidosos ou delicados, orientando os subalternos sobre a mais exacta inteligência do

texto legal; as decisões proferidas no exercício deste poder de direcção são havidas no direito administrativo como actos internos, sem carácter de definitivos para efeitos contenciosos. (*D. G., II Série, n.º 253, de 30/10/947*).

De 27/6/947 — Para o tribunal conhecer do desvio de poder é forçoso que na Petição se lhe apontem os factos concretos em que se apoia a alegação de ter a Administração procedido com fim diverso do fim legal e que esses factos tenham prova nos autos;

Tendo a acção disciplinar por fundamento primacial o interesse do serviço e a conveniência do seu regular funcionamento, os recorrentes não articularam nem alegaram de onde possa deduzir-se que o poder de punir conferido à Administração visasse outro fim;

Ao contrário do que entendem os recorrentes, a punição por factos não qualificáveis de infracção disciplinar só afectaria a decisão de violação de lei de fundo, e não de desvio de poder.

Um recorrente, com o mesmo fundamento de não serem qualificáveis de infracção disciplinar os factos que lhe foram imputados, não deixou de arguir violação de lei, e este vício exclui o de desvio de poder, porquanto o mesmo acto não pode ser simultaneamente discricionário e vinculado. A lei fixa as condições de existência da infracção quando indica os seus elementos constitutivos, como sucede, por exemplo, nos casos previstos nos artigos 64.º a 66.º do Estatuto Disciplinar.

Em processo disciplinar não é à Administração que compete fazer a prova da acusação, mas é ao arguido a quem cabe o encargo de a destruir (vide *Do Poder Disciplinar*, pág. 178, do prof. Marcelo Caetano):

Improcede a alegação dos recorrentes de que os factos contra eles dados como provados não são qualificáveis de infracção disciplinar, visto que parte do pressuposto errado de considerar os artigos 19.º a 23.º do Estatuto como tendo fixado as condições de existência das infracções enumeradas nas referidas disposições. (*D. G., II Série, n.º 273, de 22/11/947*).

De 4/7/947 — Pode dizer-se que hoje já não são raros os casos em que a Administração tem a plena liberdade de escolha das pessoas chamadas ao desempenho de uma função pública.

Um dos meios adoptados na limitação dessa liberdade é o de concurso por provas públicas, documentais ou práticas, prestadas perante um júri cuja composição é fixada na própria lei.

Por definição, o concurso é um processo de recrutamento dos concorrentes mais idóneos; e, sendo ele estabelecido por lei precisamente para habilitar a Administração a nomear para o desempenho do cargo a prover aquele que através das respectivas provas se revelar o mais apto, a primeira conclusão a tirar é a de que a autoridade que tem o poder de nomeação não pode nomear ou promover pessoas estranhas ao concurso.

Isto para a hipótese de a lei prescrever expressamente este meio de recrutamento dos funcionários.

A segunda conclusão a tirar é a de que, mesmo no caso de a lei o não determinar expressamente, a nomeação ou promoção deve ser feita pela ordem de preferência ou graduação fixada pelo júri.

Compreende-se que a Administração tenha a faculdade de escolher livremente qualquer dos concorrentes aprovados num concurso quando não haja classificação ou graduação das provas.

Já o mesmo não pode dizer-se quando o júri classifique os concorrentes em valores ou segundo uma determinada ordem de preferência, de harmonia com os conhecimentos ou aptidões revelados na prestação das provas.

Em tal caso a Administração fica vinculada àquela ordem de preferência, devendo nomear ou promover os concorrentes segundo a ordem estabelecida pelo júri.

Esta doutrina, que é geralmente seguida pelos administrativistas (vide, por exemplo, Prof. Marcelo Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, p. 203, e Roger Bonnard, *Précis de Droit Administratif*, 3.ª edic., pág. 446), ter sido aceite por este Supremo Tribunal, como pode ver-se nos acórdãos de 1 de Abril de 1938, 3 de Julho de 1941, 4 de Dezembro de 1942 e 8 de Janeiro de 1943, na *Colecção de Acórdãos*, volumes IV, pág. 445, VII, pág. 459, VIII, pág. 636, e IX, pág. 5, respectivamente. (*D. G., II Série, n.º 273, de 22/11/947*).

De 6/9/947 — A lei (Código Administrativo, artigos 865.º e 820.º, § único, n.º 6.º) dá aos tribunais administrativos a faculdade de suspender a execução das deliberações camarárias que sejam contenciosamente impugnadas, limitando tal faculdade aos casos em que dessa execução possa resultar prejuizo irreparável ou de difícil reparação.

E, assim, é segundo o prudente arbítrio do Tribunal e em face das circunstâncias de factos que cada caso reveste que terá de ser apreciado e decidido se a suspensão deve ou não ser deferida.

Nesta orientação têm os recorrentes de formular o seu pedido de suspensão articulando os factos em que assentam os prejuizos irreparáveis ou de difícil reparação.

A esta regra, porém, fazem excepção os factos notórios (Código de Processo Civil, artigo 518.º).

Ora a crise de habitação é um facto notório, que se verifica quer nos grandes centros urbanos, quer nas vilas, já por falta de casas, já porque aquelas que se encontram para arrendar são de renda muito elevada (vide acórdão de 21 de Fevereiro de 1947 no *Diário do Governo* de 12 de Junho de 1947. (*D. G., II Série, n.º 276/1947*).

De 10/10/947 — Este Supremo Tribunal Administrativo estabeleceu a jurisprudência de que os actos praticados por funcionários públicos, posto que fora do exercício das suas funções, e até mesmo os actos de vida íntima, que, saindo da esfera da vida de relação privada, assumam um aspecto de escândalo ou de simples indecoro, constituem infracção disciplinar desde que afectem o prestígio e a dignidade da função (vide entre outros, os acórdãos de 20 de Janeiro de 1938, 8 de Março de 1940 e 11 de Julho de 1941 na Coleção de Acórdãos, vol. V, p. 66, VI, p. 173 e VII, p. 475). (*D. G., II Série, n.º 293, de 17/12/1947*).

De 30/10/947 — (Tribunal Pleno) O procedimento do recorrido, que era chefe da Secretaria da Câmara, ao dizer, durante a sessão desta e a um vereador, que este pensava levianamente não envolve falta de respeito a um superior hierárquico, visto o mesmo vereador o não ser.

A superioridade na ordem hierárquica é, conforme sustenta o Prof. Marcelo Caetano (*Manual de Direito Administrativo, 2.ª edição, p. p. 262 e 263*), sensivelmente de acordo com Hauriou (*Précis Élémentaire de Droit Administratif, 2.ª edição, p. 24*), tipicamente caracterizada pelo poder de direcção, o qual se revela externamente pela faculdade de dar ordens e instruções. Este poder tem, em regra, como acessórios os de inspecção, de superintendência e disciplinar e corresponde-lhe, por parte do funcionário subordinado, o correlativo dever de obediência.

Ora, na economia do nosso Código Administrativo, e consoante nitidamente resulta dos seus artigos 58.º, § 1.º, 77.º, n.º 8.º e 136.º, apenas o presidente da Câmara tem sobre o pessoal da respectiva secretaria poderes de direcção, inspecção e superintendência.

É certo que pelo n.º 39.º do artigo 51.º do mencionado Código compete às Câmaras a punição dos funcionários municipais. Mas este poder disciplinar que, de harmonia com a doutrina atrás enunciada, não basta para determinar o vínculo da superioridade hierárquica, é, além, disso, sòmente exercido pela Câmara no seu conjunto ou funcionando como órgão colegial, indivisível pelos seus membros, cujas atribuições se acham delimitadas pelo § 2.º do citado artigo 58.º quanto à sua actuação isolada.

E assim, porque os vereadores, individualmente considerados, não são superiores hierárquicos do recorrido, não era este consequentemente, obrigado a responder, em sessão, às perguntas daqueles.

Demais, os trabalhos nas reuniões das câmaras são dirigidas pelo presidente, a quem incumbe dar e retirar a palavra aos vogais (Código Administrativo, artigos 77.º, n.º 2.º, e 341.º), e daqui se conclui, sem esforço e sem possibilidade de legalização de qualquer prática abusiva em contrário, que não é permitido aos vereadores o uso da palavra durante as sessões sem autorização do presidente, a quem devem requerer, quando assim o entendam, que mande informar os funcionários sobre assuntos de serviço. (*D. G., II Série, n.º 296, de 20/12/1947*).

De 14/11/947 — O conselho municipal tem, por virtude do disposto no artigo 27.º, n.º 8.º, do Código Administrativo, competência para se pronunciar sobre as deliberações da Câmara que, nos termos do mesmo Código, dependam da sua aprovação; e nessas condições estão por força do disposto no n.º 9.º do artigo 55.º, as deliberações camarárias que impliquem a criação, dotação, remodelação e extinção de empregos municipais.

A competência, porém, para a criação, remodelação ou extinção desses empregos pertence inteiramente às câmaras, como se vê do disposto no artigo 51.º, n.º 38.º, do referido Código.

O conselho municipal, como órgão tutelar da Câmara, só intervém para imprimir ao acto desta a natureza de acto executório.

A deliberação criadora ou extintiva de um emprego municipal constitui, só por si, um acto jurídico definitivo, praticado pelo órgão da administração municipal, a quem para tanto a lei atribuiu a respectiva competência.

Simplesmente, tal acto carece, para que se torne executório, da aprovação do conselho municipal.

A deliberação do conselho, porém, porque se integra no próprio acto camarário que se limitou a aprovar, não tem existência autónoma.

É, por isso, insusceptível de recurso contencioso.

Em vez de se ter posto fim ao processo, só porque não foi chamado à causa o conselho municipal, deveria ter-se rejeitado o recurso na parte em que o recorrente atacava a deliberação daquele conselho, conhecendo-se de seguida das mais questões suscitadas nos autos. (*D. G., II Série, n.º 304, de 31/12/947*).

**De 31/10/947** — Sendo objectiva e regulamentar a situação jurídica dos funcionários, nenhuma ofensa se lhes faz quando, por virtude de uma remodelação de serviços ou alteração dos seus quadros deixam de existir os lugares em que estavam providos. (*D. G., II Série, n.º 31, de 7/2/948*).

**De 7/11/947** — A competência atribuída às câmaras pelo n.º 20.º do artigo 51.º do Código Administrativo para conceder licenças para edificação, reedificação ou quaisquer obras em terrenos confinantes com ruas ou outros lugares públicos sujeitos à jurisdição municipal é só de natureza policial, visando, como se vê do disposto do artigo 50.º, n.º 5, do mesmo Código, a segurança, a elegância, a salubridade e a prevenção de incêndios das edificações;

Ao conceder essas licenças não têm as câmaras de preocupar-se com a presumível violação de direitos de natureza privada, emergente da construção das obras, nem, consequentemente, de velar pelo cumprimento do disposto no artigo 2.325.º do Código Civil, pois é aos particulares, quando lesados nos seus interesses patrimoniais, que cumpre assegurar a defesa destes, para o que a lei lhes faculta amplos meios, como os de embargo de obra nova, acções possessória e ordinária de condenação;

Conforme ensina a doutrina e tem sido entendido por este Supremo Tribunal, para que a Administração incorra em responsabilidade civil por perdas e danos resultantes dos seus actos ou deliberações é preciso que o dano seja certo, isto é, real e determinado, e não incerto ou futuro, e directo, no sentido de que a acção administrativa é a causa eficiente e imediata do dano, e não apenas a sua ocasião (vide, por exemplo, Roger Bonnard, *Précis de Droit Administratif*, 3.ª edição, p. 125); ora

Mesmo a admitir-se que a abertura das janelas, deitando directamente e sem guarda de interstício geral sobre o prédio do autor, causava a este um dano certo, o que não pode de modo algum dizer-se é que foi a licença passada ao seu vizinho a causa imediata e eficiente desse dano, pois, e como é evidente, o dano só poderia resultar do facto da abertura das janelas praticado pelo vizinho, facto este que não obstante a licença, podia não ser praticado. (*D. G., II Série, n.º 13, de 16/1/948*).

**De 12/12/947** — A questão de fundo a decidir é a de saber se a restituição dos documentos juntos ao processo do concurso, feita a requerimento do ora agravante, na altura em que a nomeação já tinha recaído noutro candidato, importa ou não desistência do provimento.

Alega-se, porém, que ele requereu a entrega dos documentos com que instruiu o processo de concurso, e que tal entrega segundo a doutrina decorrente do estabelecido no § 5.º do artigo 460.º do Código Administrativo, corresponde à desistência do provimento.

Para decidir esta questão é preciso, em primeiro lugar ter em conta o momento em que o pedido de entrega é feito.

Afigura-se evidente que, se um candidato a um concurso médico municipal pedir a restituição dos documentos antes de a entidade competente se pronunciar sobre a sua validade e de, em observância ao disposto no artigo 636.º do Código Administrativo, proceder à classificação dos concorrentes por grupos para o efeito da sua nomeação, esse candidato perdeu todo o interesse no concurso, pois não pode, por falta de documentação, discutir depois a legalidade do acto de nomeação sabido que esta tem de assentar na classificação prevista no referido artigo 636.º, e tal classificação só pode ser feita em face dos documentos existentes no processo do concurso.

Na hipótese dos autos, porém, o pedido de restituição foi feito já depois de a Câmara ter examinado os documentos apresentados por todos os candidatos e procedido à sua classificação por grupos e até depois de feita a nomeação.

Parece, também, evidente que a restituição dos documentos nesta altura não pode prejudicar ou embaraçar de qualquer modo o acto de nomeação, visto a classificação dos concorrentes ter já sido feita por deliberação que não foi impugnada, dando-se até, no caso dos autos, a circunstância de não haver necessidade de proceder-se à graduação dos candidatos Miranda Santos, ora agravante, e Ferreira Neves, ora agravado, por aquele ter sido classificado no 2.º grupo e este no 3.º.

Daqui se deduz já que o pedido de entrega dos documentos, feito pelo ora agravante sem declaração expressa de desistência de provimento, não corresponde a essa desistência. (*D. G., II Série, n.º 54, de 6/3/948*).

**De 12/12/947** — O processo disciplinar por abandono de lugar é constituído apenas pelo respectivo auto, em face do qual a entidade competente tem de aplicar logo a pena de demissão (Código Administrativo, artigos 580.º e seus § 1.º, n.º 9.º e § 2.º, 608.º e 612.º);

O auto de abandono de lugar por parte do agora recorrente foi levantado antes de este ter faltado durante trinta dias úteis seguidos e sem justificação, contra o disposto no artigo 608.º do citado Código;

Outras faltas posteriormente dadas pelo agora recorrente e não constantes de qualquer auto de abandono de lugar só podiam ser punidas mediante processo disciplinar, com audiência do arguido, para poder justificá-las por qualquer meio de prova admissível; na verdade,

A exigência de documentos autênticos para destruição da presunção de abandono de lugar só foi estabelecida na lei para o caso de justificação das faltas «após o levantamento do auto». (Citado Código, artigo 609.º). (*D. G., II Série, n.º 61, de 15/3/948*).

**De 9/1** — Este Supremo Tribunal tem entendido que, quando a lei estabelece, como meio de recrutamento dos funcionários, o processo de concurso, com provas públicas, documentais ou práticas, prestadas perante um júri, cuja composição é fixada na própria lei, a nomeação ou promoção deve fazer-se segundo a ordem de preferência ou classificação estabelecida pelo júri, e isto mesmo quando a lei a não o determine expressamente.

Pode ver-se, por todos, o acórdão de 4 de Julho de 1947, publicado no *Diário do Governo*, II Série, de 22 de Novembro de 1947.

Desta doutrina se deduz já que, não tendo sido anulado o concurso no qual o recorrente foi admitido e classificado em determinado lugar, não pode posteriormente eliminar-se o mesmo recorrente desse concurso, cujo processo de habilitação havia já findado, e nomear-se para uma vaga surgente um candidato menos classificado. (*D. G., II Série, n.º 29, de 5/2/948*).



# BIBLIOGRAFIA

## Registo de publicações com interesse municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Outubro de 1947 a 31 de Março de 1948

### Em Outubro:

- Edificações Urbanas — Urbanização — Legislação Geral — (Dep. Lív. Lopes da Silva — Porto) — 1947.  
Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira — Regulamento da Fiscalização e Cobrança dos Impostos Indirectos Municipais.  
Serviços Municipalizados de Electricidade da Câmara Municipal de Matozinhos — Relatório do ano de 1946.  
Câmara Municipal do Porto e Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade — Relatório e Contas de 1946.  
Câmara Municipal de Castro Daire — Relatório da Gerência de 1946.  
Câmara Municipal da Póvoa do Varzim — Relatório de 1946 — Plano de actividade para 1947.  
Comissão Municipal de Turismo — Boletim — N.ºs 17 e 18.  
Código de Posturas Paroquiais da Junta de Freguesia de Monte Redondo — 1947.  
Câmara Municipal de Alenquer — Relatório da Gerência de 1946.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 595 a 598 — Setembro de 1947.  
Câmara Municipal do Porto — Regulamento da Biblioteca Pública Municipal do Porto.  
Câmara Municipal do Porto — Relatório e Contas de 1946.  
O Princípio da Autonomia da Vontade e as Cláusulas Limitativas de Responsabilidade Civil, por *Azaredo Perdigão* — 1947.  
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Figueira da Foz — Relatório e Contas de 1946.  
Câmara Municipal da Figueira da Foz — 1.º e 2.º Orçamento Suplementar — ano de 1947.  
Da Letra e da Livrança, por *Gonçalves Dias* — Vol. VIII.  
Câmara Municipal de Lisboa — Índice das Actas das Reuniões de 1946.  
Diário Municipal — N.ºs 3.691 a 3.716 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Revista Municipal — N.ºs 30-31 — 3.º e 4.º trimestres de 1946 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Apontamentos para Tesoureiros da Fazenda Pública e Municipais — Fls. 62 a 65.  
Serviços Municipalizados de Electricidade da Câmara Municipal de Matozinhos — Relatório da Gerência de 1941.  
Câmara Municipal de Setúbal — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório de 1946.  
Câmara Municipal de Anadia — Relatório da Gerência de 1946.

### Em Novembro:

- Câmara Municipal de Guimarães — Serviços Municipalizados de Águas — Relatório do ano de 1946.  
Boletim da Junta de Província do Douro-Litoral — 2.ª série — VIII.  
Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos, coordenada por *G. A. Coelho* — Pág. 418 ao fim do 36.º vol. e 1 a 320 do 37.º vol.  
ao fim do 36.º vol. e 1 a 320 do 37.º vol.  
Verbetes — Índice da Legislação dos Corpos Administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
Índice remissivo do Código Civil Português, compilado por *A. A.*  
Câmara Municipal de Leiria — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório de 1946.

Câmara Municipal de Lisboa — I Reunião Olisiponense — 1947 — Resumo de Teses, Estudos e Comunicações.  
Câmara Municipal de Lisboa — I Reunião Olisiponense — 1947 — Relatório dos Presidentes das Secções.  
Câmara Municipal de Lisboa — I Reunião Olisiponense — 1947 — Votos e sugestões aprovados.  
Salão de Lisboa — No Salão de Exposição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.  
VI Exposição Nacional de Floricultura — Catálogo oficial.  
Livro do Lançamento e serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Apontamentos para Tesoureiros da Fazenda Pública e Municipais — Págs. 977 a 1.040.  
2.º Orçamento Suplementar de 1947 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Diário Municipal — N.ºs 3.717 a 3.736 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Lisboa Velha, por *Sousa Bastos* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Anais do Município de Lisboa — 1946 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Código Administrativo, por *C. Simões Alegre e A. Vaz de Aguiar*.  
Comentário ao Código do Processo Civil, por *José Alberto dos Reis* — Vol. 2.º (Coimbra Editora).

#### Em Dezembro:

Verbetes — Índice da Legislação dos Corpos Administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
Duas Cidades ao serviço de Portugal — Vol. II — Edição da Câmara Municipal do Porto, no VIII Centenário da Conquista de Lisboa.  
Código Administrativo e Estudos dos Distritos Autónomos — 4.ª Edição — 1947 — (Imprensa Nacional de Lisboa).  
Direito das Sucessões, por *J. Lourenço Pereira e J. A. Oliveira*.  
Câmara Municipal de Mondim de Basto — Regulamentos.  
Diário Municipal — N.ºs 3.743 a 3.767 e índice do 2.º semestre de 1946.  
Câmara Municipal do Porto — Normas regulamentares e posturas relativas ao Matadouro Municipal — 1947.  
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. X — Fasc. 1-2 — Março-Junho de 1947.  
Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Ano IV.  
O Distrito no Código Administrativo de 1940, por *A. B. Camacho* — 2.ª Edição.

#### Em Janeiro:

Câmara Municipal de Torres Vedras — Regulamento para liquidação e cobrança de impostos indirectos.  
Estudos Olisiponenses — Programa para o ano de 1947-1948 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Ponta Delgada — Serviços Municipalizados — Relatório Balanço e Contas da Gerência de 1946.  
Verbetes — Índice da Legislação dos Corpos Administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
Câmara Municipal de Viana do Castelo — Serviços Municipalizados — Relatório e Contas da Gerência de 1946.  
Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil — 39.º ano — 1946.  
Câmara Municipal de Setúbal — Relatório da Gerência Municipal de 1946.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 608 a 611 — Dezembro de 1947.  
Câmara Municipal de Lisboa — Índice das propostas da Comissão Executiva — Ano de 1920.  
Junta de Província do Minho — Relatório da Gerência de 1947.  
Apontamentos para Tesoureiros da Fazenda Pública e Municipais — Fols. 66 a 69.  
Orçamento Ordinário da Câmara Municipal de Coimbra para o ano económico de 1947.  
Revista Municipal — N.º 92 — 1.º Trimestre de 1947 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

#### Em Fevereiro:

Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil — 32.º ano — 1939 — Imprensa Nacional).  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 612 a 616 — Janeiro de 1948.  
Câmara Municipal do Fundão — Regulamento da Construção — 1948.  
Câmara Municipal do Fundão — Tabela de Taxas e Licenças — 1948.  
A Junta da Província do Douro Litoral em 1947.  
Boletim do Ministério da Justiça — N.º 4 — Janeiro de 1948.  
Câmara Municipal do Porto — Regulamento dos Cemitérios.  
Câmara Municipal do Porto — Serviços de Inspeção Sanitária dos produtos alimentares de origem animal.  
Diário Municipal — N.ºs 3.793 a 3.817 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Lisboa — Orçamento Ordinário para o ano económico de 1948.  
Câmara Municipal de Lisboa — Índice das actas — Ano de 1948.  
Regulamento Geral das Canalizações de Esgotos — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

#### Em Março:

Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização — I e II Vol. — 1945-1946.  
Verbetes — Índice da Legislação dos Corpos Administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
Circulares da Direcção Geral dos Serviços de Registo e do Notariado, por *H. Borges de Meneses*.  
Compilação dos Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos, por *G. A. Coelho* — 38.º Vol. — Fascs. 1 a 4 — 1947.

Oito Séculos de História — Fasc. II — Págs. 33 a 64 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Expropriações, por *J. Nogueira Soares*.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 617 a 620 — Fevereiro de 1948.  
Diário Municipal — N.ºs 3.818 a 3.840 — Câmara Municipal de Lisboa.  
O Poder Discricionário da Administração, por *A. Rodrigues Queirós*.

### Revistas:

#### O Direito:

Ano 79.º — N.ºs 7 e 8 — Julho e Outubro de 1947.  
Ano 79.º — N.ºs 9 e 10 — Novembro e Dezembro de 1947.

#### Revista de Direito e Estudos Sociais:

Ano III — N.º 2 — Junho de 1947.

#### Revista de Legislação e Jurisprudência:

Ano 79.º — N.º 2.874 — Abril de 1947.  
Ano 80.º — N.ºs 2.848 a 2.867 — Maio de 1947 a Janeiro de 1948.

#### Revista de Justiça:

Ano 30.º — N.ºs 682 a 684 — Novembro a Dezembro de 1945.  
Ano 31.º — N.ºs 685 a 700 — Janeiro a Outubro de 1947.

#### Revista da Ordem dos Advogados:

Ano 6.º — N.ºs 3 e 4 — 3.º e 4.º trimestres de 1946.





# ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL» (N.º 32 A 35)

COMEMORATIVOS DO VIII CENTENÁRIO  
DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

(1147—1947)

Designação	Números	Páginas	Designação	Números	Páginas
<b>A</b>			Bandeira da Irmandade de São Jorge dos Carpinteiros (A) .....	32	19/22
Abertura .....	32	3	Bandeiras (Hastear de) — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Afonso Henriques (D.) — <i>Vide Manifes- tações Culturais.</i>			Bases do concurso para o modelo de uma medalha comemorativa do VIII Cen- tenário da Tomada de Lisboa aos Mouros .....	32	55/56
Andebol Lisboa-Barcelona (Desafio de) <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>			Basquetebol (Desafio de) — «Belenen- ses»-Confederação Brasileira — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Antoniana (Exposição) — Sé Patriarcal <i>Vide Exposições e Manifestações Reli- giosas.</i>			Basquetebol (Torneio Ibérico de)— <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Atravessando a Baixa pela mão de minha mãe .....	34	7/10	Bênção de Lisboa do Monte de S. Gens — <i>Vide Exposições e Manifestações Religiosas.</i>		
Avicultura (Exposição Nacional de) — <i>Vide Exposições e Manifestações.</i>			Bibliografia .....	{ 32 99/100 34 92/93	
<b>B</b>			Bibliografia de Lisboa (Subsídios) ....	32	57/65
Bairros de Lisboa — <i>Vide Marchas Po- pulares.</i>					<b>65</b>

Designação	Números	Páginas
<b>C</b>		
Câmara Municipal de Lisboa — <i>Vide Posse do Presidente, substituto.</i>		
Campeonato Luso-Espanhol de Remo — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Campeonato Mundial de Esgrima (III) — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Campeonato do Mundial de Hóquei em Patins — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Campo Pequeno — <i>Vide Praça do</i>		
Capital do Império — <i>Vide Páginas Aureas da (As)</i>		
Cartazes — <i>Vide Concursos.</i>		
Castelo de S. Jorge (Velada da Mocidade Portuguesa no) — <i>Vide Exposições e Manifestações.</i>		
Castelo de Santa Oia — <i>Lenda do século XI — Vide Mortos Vivos (Os)</i>		
Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (VIII) .....	33	Entrada
Comemoração da passagem dos cruzados pela Cidade do Porto — <i>Vide Manifestações Religiosas.</i>		
Comemorações do dia 25 de Outubro...	35	—
Comissão Executiva — <i>Vide Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (VIII)</i>		
Comissão de Honra — <i>Vide Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (VIII)</i>		
Comissão Municipal — <i>Vide Centenário da Tomada de Lisboa (VIII)</i>		
Concertos — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		

66

Designação	Números	Páginas
Concurso Hípico Internacional — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Conferências sobre Lisboa — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		
Concursos — <i>Vide Cartazes, Medalhas e Bases.</i>		
Confraternização de vereadores e vogais das Juntas de Freguesia — <i>Vide Festas e Recepções.</i>		
Congresso Europeu da Federação Internacional de Ginástica «Ling» — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Cortejos:		
Desfile dos Municípios portugueses e sua visita aos Paços do Concelho...	33	35/40
Marchas Populares dos Bairros de Lisboa .....	33	40/42
Desfile Luminoso dos Sapadores Bombeiros .....	33	42/48
Exibição das Marchas Populares dos Bairros de Lisboa no Palácio dos Desportos .....	33	43
Grande Festa do Tejo .....	33	44/46
Exibição dos Ranchos de Pescadores	33	47
Cortejo Histórico (O) .....	33	47/53
Crise dos Municípios (A) .....	32/34	81/89
Cronistas de Lisboa (Evocação dos) — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		
Cunicultura (Exposição de) — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		
<b>D</b>		
Da minha primeira e da última viagem a Lisboa .....	34	11/18
Desafio de Andebol de Lisboa-Barcelona — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		

Designação	Números	Páginas
Desafio de Basquetebol «Belenenses-Confederação Brasileira — Vide Manifestações Desportivas.		
Descerramento da estátua de D. Afonso Henriques — Vide Festas e Recepções.		
Desfile Luminoso dos Sapadores Bombeiros — Vide Cortejos.		
<b>E</b>		
Encerramento da I Reunião Orlisiponense — Vide Reunião Orlisiponense (I)		
Esgrima (Campeonato Mundial de) — Vide Manifestações Desportivas, Campeonato.		
Evocações — Vide Exposições e Manifestações Culturais.		
Exposições e Manifestações Culturais e Religiosas:		
Inauguração da Exposição Nacional de Avicultura e Cunicultura .....	33	57
Exposição Nacional de Floricultura (A VI) — Flores da Primavera ...	33	57/58
Primeiro Concerto Sinfónico (O) ....	33	58
Velada da Mocidade Portuguesa no Castelo de S. Jorge .....	33	58/59
Inauguração da Feira de Amostras ..	33	59
Evocação da Actividade Musical do Mosteiro de S. Vicente de Fora nos séculos XVI e XVII .....	33	59
Evocação do Rei Fundador .....	33	59/62
Evocação dos Cronistas de Lisboa ...	33	62/67
Evocação dos Poetas de Lisboa ....	33	67/71
Exposição Antoniana na Sé Patriarcal	33	72
Comemoração da passagem dos Cruzados pela Cidade do Porto .....	33	72/73
Tourada Nocturna à Antiga Portuguesa .....	33	73
Primeira «Semana da Flor» — Concurso de Montras .....	33	74/75
Exposição «A Imagem da Flor» ....	33	76
Conferência do Prof. António Sousa da Câmara .....	33	76

Designação	Números	Páginas
Exposição de documentos e obras de arte relativos à história de Lisboa	33	76/77
Torre dos Corvos (A) .....	33	77/80
Exposição de Gloxíneas .....	33	80
«Té-Deum» na Sé (O) .....	33	80/81
Bênção de Lisboa do Monte de S. Gens	33	82
Conferências sobre Lisboa .....	33	33/36
Concertos Sinfónicos na Estufa Fria	33	37
Exposições de fotografias sobre motivos de Lisboa .....	33	37
Salão de Lisboa .....	33	38/40
Exposição Nac. de Floricultura (VI)	33	40
Passagem de filmê sobre Lisboa ...	33	40/41
Sessões solenes nos Paços do Concelho	33	41/43
Academia das Ciências (Na) .....	33	43/48
Récita de gala no Teatro de D. Maria II .....	53	48
Pelos cristãos que morreram na Conquista da Cidade .....	33	48
«Té-Deum» em Santo António da Sé	33	49/50
<b>F</b>		
Feira de Amostras — Vide Exposições e Manifestações.		
Festas, Recepções e Iluminações:		
Convite à Cidade do Porto — Entrada	33	S/n.º
Inauguração Simbólica das Comemorações .....	33	13/15
Inauguração Oficial das Comemorações .....	33	15/17
Hastear das Bandeiras (O) .....	33	17
Sessão solene nos Paços do Concelho	33	17/23
Visita do Governador Civil e Membros das Juntas de Freguesia à Câmara Municipal .....	33	23/25
Récita de Gala no Teatro de S. Carlos	33	26/27
Almoço na Tapada da Ajuda oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal ao Governador Civil e Membros das Juntas de Freguesia de Lisboa	33	28/29
Tourada de Gala na Praça do Campo Pequeno .....	33	29
Noite de Lisboa (A) .....	33	29/31
Comemorações do dia 25 de Outubro: Descerramento da estátua de D. Afonso Henriques (O) .....	33	55/55
Representantes do Porto entregam a Lisboa a medalha de honra da sua Cidade .....	33	57/59

Designação	Números	Páginas
Confraternização de vereadores e vogais das Juntas de Freguesia	35	59/60
Lotaria e emissão de selos comemorativos .....	35	60
Outras manifestações .....	35	60/61
Depois do encerramento das comemorações .....	35	61
Entrega da medalha da Cidade de Lisboa à do Porto .....	35	61/62
Entrega da mensagem da Câmara Municipal de Lisboa ao Sr. Governador Civil do Porto .....	35	63
Entrega de medalhas ao Batalhão de Sapadores Bombeiros, ao seu comandante e a outros elementos .....	35	63 64
<b>Flor (Imagem da) — Vide Exposições e Manifestações Culturais.</b>		
<b>Floricultura — Vide Exposições e Manifestações Culturais.</b>		
<b>Fotografias sobre motivos de Lisboa — Vide Exposições e Manifestações Culturais e Religiosas.</b>		
<b>Futebol (Portugal-Inglaterra) — Vide Manifestações Desportivas.</b>		
<b>Futebol (Misto B. S. B.-Vasco da Gama) — Vide Manifestações Desportivas.</b>		
<b>G</b>		
<b>Ginástica «Ling» — Vide Manifestações Desportivas.</b>		
<b>Gloxíneas — Vide Exposições e Manifestações Culturais.</b>		
<b>Governador Civil de Lisboa — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>Governador Civil do Porto — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>H</b>		
<b>Hino de Lisboa — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		

68

Designação	Números	Páginas
<b>I</b>		
<b>Iconografia de Lisboa — Notícia histórica .....</b>	32	5/18
<b>Iluminações .....</b>	—	—
<b>Inauguração das iluminações nas ruas de Lisboa — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>Inauguração Oficial das Comemorações — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>Inauguração Simbólica das Comemorações — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>J</b>		
<b>Jornal Radiofónico — Vide Voz da Cidade (A)</b>		
<b>Juntas de Freguesia — Vide Festas, Recepções e Iluminações.</b>		
<b>L</b>		
<b>Legislação e Jurisprudência .....</b>	{ 32 34	92/98 79/91
<b>Lenda, história e epopeia de Lisboa...</b>	34	33/38
<b>Lisboa (Notícias referentes a) — Vide Obras francesas.</b>		
<b>Lisboa:</b> <i>Vide.</i> Origem de. Da minha primeira e da minha última viagem a Pedras de Armas Inauguração das iluminações Iconografia de — Notícia histórica Lenda, História e Epopeia de Poetas de A Vida de Lisboa e os seus temas para uma literatura forte Páginas Áureas da Capital do Império (As) Passagem de filmes sobre		

Designação	Números	Páginas
Extracção extraordinárias e emissão de selos comemorativos		
Salão de		
Exposições de Fotografias sobre motivos de		
Noite de (A)		
<b>M</b>		
<b>Manifestações Desportivas:</b>		
Campeonato do mundo de hóquei em patins .....	33	85
Campeonato Luso-Espanhol de Remo	33	89/90
Campeonato Mundial de Esgrima (III)	33	86/87
Concurso Hípico Internacional .....	33	85/86
Congresso Europeu da Federação Internacional de Ginástica «Linc» ...	33	90/91
Desafio de Andebol Lisboa-Barcelona	33	87/88
Desafio de Basquetebol «Belenenses»-Confederação Brasileira .....	33	91/92
Encontro de Futebol Misto B. S. B.-Vasco da Gama .....	33	88
Encontro de Futebol Portugal-Inglaterre .....	33	86
Torneio Ibérico de Basquetebol ....	33	88/89
Marchas populares — <i>Vide Cortejos.</i>		
Medalha Comemorativa do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros (A) .....	32	47/54
Medalhas — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações, Concurso, Bases.</i>		
Mensagens — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		
Mocidade Portuguesa — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais.</i>		
Mortos vivos do Castelo de Santa Oiaia (O) — <i>Vide Castelo de Santa Oiaia — Lenda do século XVI.</i>		
Mosteiro de São Vicente de Fora — <i>Vide Exposições e Manifestações Religiosas.</i>		

Designação	Números	Páginas
<b>N</b>		
Noite de Lisboa (A) — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Nota prévia .....	{ 33 35	40/42 43
<b>O</b>		
Obras francesas com notícias referentes a Lisboa .....	32	66/68
Hóquei em patins — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Origem de Lisboa .....		
<b>P</b>		
Páginas áureas da Capital do Império (As) .....	34	30/32
Parada Militar (A) — <i>Festas e Recepções.</i>		
Passeio Público (O) — Continuação da Revista n.ºs 30-31 .....	34	45/49
Pedras de Armas de Lisboa .....	{ 32 35	Apêndice Separata
Pescadores — <i>Vide Cortejos.</i>		
Poetas de Lisboa .....	32	41/46
Porto — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Posse do Presidente, substituto, da Câmara Municipal (A) .....	34	19/22
Praça do Campo Pequeno — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Presidente, substituto — <i>Vide Posse</i>		
Programa das Comemorações:		
Primeiro Ciclo — Maio a Julho .....	32	69/75
Período correspondente às Férias — Julho a Setembro .....	32	75
Segundo Ciclo — Outubro .....	32	75/77
Providências Municipais .....	{ 32 34	90/91 77/78

Designação	Números	Páginas
<b>R</b>		
Ranchos — <i>Vide Cortejos.</i>		
Récita de Gala no Teatro de S. Carlos — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Récita de Gala no Teatro de D. Maria II — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Registos de imagens de Lisboa hoje desaparecidas .....	34	23/29
Remo (Campeonato Luso-Espanhol de) — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Reunião Olisiponense (I):		
Inauguração solene .....	35	9/16
Trabalhos da 1.ª Reunião .....	35	16/27
Encerramento da 1.ª Reunião .....	35	27/29
Rua da Mancebia (A) .....	32	23/34
<b>S</b>		
São Jorge — <i>Vide Bandeira da Irmandade</i>		
Sapadores Bombeiros (Desfile Luminoso dos) — <i>Vide Cortejos.</i>		
Sé Patriarcal — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais e Religiosas.</i>		
Secção Jurídica:		
Revista de Direito Municipal (Baía-Brasil) .....	34	57/58
Crise dos Municípios (A) .....	32	81/89
Crise dos Municípios (A) — Continuação do n.º 32 .....	34	59/76
Providências Municipais .....	32	90/91
	34	77/78

Designação	Números	Páginas
Legislação e Jurisprudência .....	{ 32	92/98
	{ 34	79 91
Bibliografia .....	{ 32	99/100
	{ 34	92/93
Selos Comemorativos — <i>Vide Festas e Recepções.</i>		
Sessões Solenes nos Paços do Concelho	{ 33	17/23
	{ 35	41/43
<b>T</b>		
Teatro de D. Maria II (Récita de Gala no) — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Teatro de S. Carlos (Récita de Gala no) — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Té-Deum — <i>Vide Festas.</i>		
Torneio Ibérico de Basquetebol — <i>Vide Manifestações Desportivas.</i>		
Torre dos Corvos — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais e Religiosas.</i>		
Tourada de Gala — <i>Vide Festas, Recepções e Iluminações.</i>		
Tourada nocturna à antiga portuguesa — <i>Vide Exposições e Manifestações Culturais e Religiosas.</i>		
<b>V</b>		
Velada da Mocidade Portuguesa — <i>Vide Castelo de S. Jorge.</i>		
Vereadores — <i>Vide Festas e Recepções.</i>		
Vida de Lisboa e os seus temas para uma literatura forte (A) .....	34	39/43
Voz da Cidade (A) — <i>Vide Jornal Radiofónico.</i>		

# ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Amaral — Vasco Botelho de</b>		
Lenda, História e Epopeia de Lisboa .....	34	33/37
<b>B</b>		
<b>Barros — Joaquim Macedo de (Dr.)</b>		
Secção Jurídica, Legislação e Jurisprudência e Bibliografia .....	32 34	81/100 59/93
<b>C</b>		
<b>Chaves — Luís</b>		
Registos de Imagens de Lisboa hoje desaparecidas .....	34	23/29
<b>Costa — Sousa (Dr.)</b>		
Os mortos vivos do Castelo de Santa Olaia .....	32	35/40
<b>D</b>		
<b>Dias — Jaime Lopes (Dr.)</b>		
(Abertura) .....	32	3
Posse do Presidente, substituto, da Câmara Municipal (A) .....	34	19/22
Primeira Reunião Olisiponense .....	—	—
Revista de Direito Municipal — Baía — Brasil .....	—	57/58
<b>G</b>		
<b>Ganhado — Jesuino Artur</b>		
Passeio Público (O) — Conclusão .....	34	45/49
<b>H</b>		
<b>Keil — Luís</b>		
Bandeira da Irmandade de São José dos Carpinteiros (A) .....	32	19/22

Designação	Números	Páginas
<b>M</b>		
Macedo — João Monteiro de (Dr.) «A Voz da Cidade» — Jornal radiofónico .....	34	50/53
Melo — José de (Sabugosa) Pedras de Armas de Lisboa .....	32 34 35	} Apêndice
Miguel — Sidónio Vida de Lisboa e os seus temas para uma literatura forte (A) .....	34	
<b>N</b>		
Noronha — Eduardo de Páginas áureas da Capital do Império (As) .....	34	30/32
<b>P</b>		
Passos — Carlos de Bibliografia de Lisboa .....	32	57/68
Pereira — Acúrcio Atravessando a Baixa pela mão de minha mãe .....	34	7/10
Reportagens sobre o II Ciclo das cerimónias com que se comemorou o VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros .....	35	9/64
Pinto — Américo Cortês (Dr.) Poetas de Lisboa .....	32	41/46
<b>Q</b>		
Quadros — Luís Reportagem sobre o I Ciclo das festas do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros .....	35	2/92
<b>R</b>		
Reis — Pedro Batalha (Dr.) Medalha Comemorativa do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros (A)	32	57/68
Rocha — Hugo Da minha primeira e última viagem a Lisboa .....	34	11/18
<b>S</b>		
Sequeira — Gustavo de Matos Rua da Mancebia (A) .....	32	25/34
Silva — Augusto Vieira da (Eng.º) Iconografia de Lisboa .....	32	5/18
Sousa — Arlindo de Origem de Lisboa .....	34	3/5

# ÍNDICE

## DAS

# GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Afonso Henriques (D.)</b>		
Estátua do Rei existente no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses .....	32	18
Estátua de .....	35	29-E
<b>Aguarela</b> — <i>Vide São Vicente.</i>		
<b>Armas da Cidade</b> — <i>Vide Praça dos Restauradores — Iluminações.</i>		
<b>Ascensor de Santa Justa</b> — <i>Vide Iluminações.</i>		
<b>Avenida da Liberdade</b> — <i>Vide Iluminações.</i>		
<b>B</b>		
<b>Bandeira da Cidade</b> — <i>Vide Castelo de S. Jorge.</i>		
Hasteamento da .....	33	31-G
<b>Bandeira da Irmandade</b>		
Desposórios da Virgem e S. José (Os) — (Anverso) .....	32	20-A
S. José dos Carpinteiros .....	32	20-A
Sagrada Família (A) — (Reverso) ....	32	20-B
<b>Bandeira Nacional</b> — <i>Vide Castelo de S. Jorge.</i>		
Hasteamento da .....	33	31-
<b>Bordadores</b>		
Manuscrito assinado por João Gomes, Manuel Antunes e Domingos Ribeiro .....	32	20-G

Designação	Números	Páginas
<b>C</b>		
<b>Calçada do Salitre</b> — <i>Vide Passeio Público.</i>		
<b>Capa (desenho de Carlos Ribeiro)</b> — <i>Caravela — Câmara Municipal — Teatro Nacional D. Maria II — Igreja da Sé — Ruínas do Carmo — Obelisco dos Restauradores — Castelo de S. Jorge.</i>		
<b>Cartazes</b> — <i>Vide Festas do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros.</i>		
<b>Castelo de S. Jorge</b>		
Hasteamento das bandeiras Nacional e da Cidade no .....	33	31-G
Simulacro de incêndio e aparição da Cruz Iluminada no .....	33	31-B
Fogo de artifício coroando o .....	33	31-B
Espada de D. Afonso Henriques trazida ao ..., pelo Exército, do Museu Soares dos Reis, do Porto ....	33	31-G
Acto inaugural da Estátua do Rei D. Afonso Henriques .....	35	50-G
Outro aspecto da inauguração .....	35	50-G
Velada da Mocidade Portuguesa no — <i>Vide Manifestações Culturais.</i>		
Estátua de D. Afonso Henriques ....	35	50-J
<b>Centenário da Cidade</b>		
Lotaria extraordinária e selos comemorativos do .....	35	50
<b>Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (VIII)</b>		
Diploma das Comemorações — Rebocho (desenho do pintor) .....	33	—

Designação	Números	Páginas
<b>Cerimónias Religiosas</b> — <i>Vide Manifestações Religiosas.</i>		
<b>Cidade do Porto</b> Convite da Câmara Municipal de Lisboa ao Município da Cidade do Porto, a fim de fazer-se representar nas Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros .....	35	11
<b>Comemorações</b> — <i>Vide Inauguração Simbólica das.</i>		
<b>Comissão Executiva das Comemorações Centenárias</b> .....	35	Entrada
<b>Comissão Municipal</b> — <i>Vide Posse.</i>		
<b>Concelho de Sintra</b> — <i>Vide Festas e Recepções.</i>		
<b>Conquista de Lisboa aos Mouros (VIII Séc. da)</b> Medalha comemorativa do VIII Séc. da .....	32	56-A
Outros modelos de medalhas apresentadas a concurso .....	32	56-COE FBI 20-D
<b>Conta do Sirgueiro</b> .....	32	
<b>Convento do Carmo</b> — <i>Vide Iluminações.</i>		
<b>Convite</b> — <i>Vide Cidade do Porto.</i>		
<b>Corpo Diplomático</b> — <i>Vide Outras Realizações Festivas.</i>		
<b>Cruz Iluminada</b> — <i>Vide Inauguração Simbólica das Comemorações.</i>		
<b>Cortejos</b>		
<b>Cortejo dos Municípios:</b>		
Desfile dos Concelhos com as respectivas bandeiras.		
Mensagem de Saudação dos Municípios Portugueses à Cidade de Lisboa, lida pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto.		
Palavras de agradecimento aos Municípios de Portugal, proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto.		
Campinos das Lezírias — <i>Ribatejo.</i>		
Pauliteiros de Miranda — <i>Trás-os-Montes e Alto Douro.</i>		
Trajes vianenses — <i>Minho. Douro Litoral.</i>		
<i>Cidade de Aveiro.</i>		
<i>Estremadura.</i>		
<i>Minho</i> — <i>Viana.</i>		
<i>Trás-os-Montes</i> — <i>Miranda.</i>		

Designação	Números	Páginas
<i>Beira Alta</i> — <i>Vouzela.</i>		
<i>Beira Litoral</i> — <i>Ovar.</i>		
<i>Ribatejo</i> — <i>Sorraia.</i>		
<i>Ribatejo</i> — <i>Coruche.</i>		
<i>Ribatejo</i> — <i>Almeirim.</i>		
<i>Beira Litoral</i> — <i>Coimbra.</i>		
<i>Beira Litoral</i> — <i>Ovar.</i>		
<i>Beira Baixa</i> — <i>Lousã.</i>		
<i>Beira Baixa</i> — <i>Monsanto.</i>		
<i>Minho</i> — <i>Braga.</i>		
<i>Trás-os-Montes</i> — <i>Pauliteiros de Miranda.</i>		
<i>Beira Baixa</i> — <i>Ranchinho da Idanha-a-Nova.</i>		
<i>Ribatejo</i> — <i>Campinos de Santarém.</i>		
<i>Baixo Alentejo</i> — <i>Carro de lavoura de Beja.</i>		
<i>Guindé</i> — <i>Régulos</i> — <i>Fulas.</i>		
<i>Carro alegórico do Império.</i>		
<i>Almada</i> — <i>Carro da Vila de Barca da Ria de Aveiro (carro alegórico).</i>		
<b>Marchas populares:</b>		
<i>Castelo.</i>		
<i>Alfama.</i>		
<i>Madragoa.</i>		
<i>Mouraria.</i>		
<i>Campo de Ourique.</i>		
<i>S. Vicente.</i>		
<i>Bairro Alto.</i>		
<i>Graça.</i>		
<i>Benfica.</i>		
<i>Alto Pina.</i>		
<i>Almada.</i>		
<b>Festa do Tejo:</b>		
<i>Fragata D. Fernando</i> , onde o Chefe do Estado e Membros do Governo assistiram ao cortejo das embarcações		
Um aspecto do desfile das embarcações embandeiradas no Tejo.		
<i>Bergantim Real</i> conduzindo o Brasão de Armas de Lisboa.		
Desfile das embarcações de pesca representando os Rios de Portugal — 3 aspectos.		
<i>Fragata D. Fernando</i> , hasteando o Pavilhão Presidencial.		
<i>Raparigas do campo do Rio Liz</i> «Rancho de Vieira de Leiria».		
<i>Ria de Aveiro</i> (Moliceiras e manolos de Aveiro).		
<i>Homens e mulheres da Nazaré.</i>		
<i>Mulheres do «Rancho Tá-Mar».</i>		
<i>Rancho de Vieira de Leiria.</i>		
<i>Arco do «Rancho da Praia da Aguda»</i> — <i>Aguda.</i>		
<i>Ilhavo</i> (Carro alegórico).		
<i>Sargaceiras da Apúlia.</i>		
<i>Grupo Regional de Barcelos.</i>		

Designação	Números	Páginas
<i>Rio Lima (Gente do Mar — Arraial minhoto).</i>		
<i>Póvoa de Varzim (Gente do Mar — Rancho de poveiros).</i>		
<b>Cortejo luminoso dos Bombeiros:</b>		
Viaturas em desfile pela Avenida da Liberdade.		
Simulacro de incêndio nas arcadas do Terreiro do Paço.		
<b>Cortejo histórico evocativo dos grandes constructores da urbe oisiponense</b>		
Chameleiros e trombeteiros.		
Desfile de chameleiros e trombeteiros montados em cavalos, ajaezados a negro e branco, com xairéis e bandeirolas.		
Armas de Lisboa, caravela em filigrana de prata com o mártir S. Vicente e os corvos (vivos), transportados por cavaleiro representante de uma das mais antigas famílias da Cidade.		
Escudeiros com insígnias do Braço da Cidade, que enquadram a insígnia principal: as Armas de Lisboa.		
Insígnia de S. Vicente — Padroeiro da Cidade, que acompanhou os painéis de Nuno Gonçalves.		
Um dos painéis, conduzidos por homens com vestes de escudeiro de D. Afonso V.		
Um componente da fanfarrã de D. João II, que abria a Cavalgada dos Reis que fizeram Lisboa.		
A fanfarrã de D. João II, toda montada em cavalos brancos.		
D. Afonso Henriques, O Conquistador da cidade.		
D. Afonso Henriques, o Conquistador de Lisboa aos Mouros, sob pálio empunhado por Cruzados.		
D. Afonso III, que fez Lisboa Capital do Reino, sob o pálio, empunhado por representantes das autoridades.		
Porta-insígnia — Cavaleiro medieval.		
D. Dinis, que fundou a Universidade em Lisboa, acompanhado de trovadores e menestrelis.		
Porta-insígnia — Cavaleiro medieval.		
D. Fernando, que circundou Lisboa de muralhas, acompanhado dos constructores dessa grande obra de defesa.		
D. João I, que defendeu Lisboa do invasor.		
D. João I, sob pálio empunhado por soldados do cerco.		

Designação	Números	Páginas
D. Afonso V, que assegurou a Lisboa os seus destinos imperiais, sob pálio empunhado pelos negros de África.		
D. João II, que planeou a grandeza de Lisboa, sob pálio empunhado pelos carpinteiros das Naus da Ribeira.		
Trombeteiro negro.		
Porta-insígnia de D. Manuel por graça de Deus Rei de Portugal.		
Os príncipes de Ormuz e Malaca.		
Insígnia «E dos Algarves» do Rei D. Manuel I, com cavaleiros mouros.		
Tambores que antecediam a Figuração do Título do Rei D. Manuel I.		
Insígnia «Daquém e Dalém Mar em África» do Rei D. Manuel I, com negros vestidos de pele de tigre.		
Carro de mulas, enfeitado com flores de amendoeiras.		
Insígnias africanas e negros da guarda gentilica.		
Negra sobre rede transportada por gentios.		
Transporte africano aos ombros de negros.		
Negros e feiticeiros com suas vestes características.		
Insígnia «E da Conquista, Navegação & Comércio de Etiópia do Rei D. Manuel I e guerreiros abexins.		
Porta-insígnia — Bispo etiope.		
Porta-insígnia — guerreiro árabe.		
Carros com raparigas abexins e mouros, guerreiros árabes tocando adufes e tambores e mulheres transportando bilhas. (Aspectos).		
Pequeno escravo sobre palanquim do Xá da Pérsia.		
Porta-insígnia — Guerreiro persa.		
Mulheres árabes com bilhas.		
Palanquim do Xá da Pérsia escoltado por escravos.		
Árabes com tambores.		
Escravos índios com flaveis e insígnias.		
Casais persas a cavalo.		
Porta-insígnia da Índia.		
Rei Índio sobre palanque com sardão.		
Carros alegóricos de transportes indianos.		
Tambores e porta-insígnias indianos.		
Bobos da corte de D. Manuel I.		
Porta-insígnias e umbelas indianos.		
Fanfarrã real constituída por negros.		
Arautos e escudeiros com insígnias de D. Manuel I.		
Esposa do Rei Venturoso, sob pálio empunhado por escudeiros.		
Fidalgos da corte de D. Manuel I.		
Vice-Reis, Comendadores, Donatários, Navegadores e Doutores.		

Designação	Números	Páginas
D. Manuel I, sob o pálio empunhado por arautos.		
Grupo de tambores.		
Porta-lanças e tambores.		
A Infanta D. Maria.		
Dança das bandeiras.		
O Infante D. João, sob o pálio.		
Damas da corte.		
Dama da corte de D. Manuel I.		
Dama da corte dos Infantes D. João e D. Maria.		
Andas e liteiras com damas da corte dos Infantes.		
Liteira com dama da corte dos Infantes.		
Carro de canudo e quatro muarees com gente do povo.		
Casa da Índia.		
Insignias dos primeiros correios de Portugal e da Casa da Suplicação.		
I Correio-Mór com seus criados e almocreves.		
Casa da Suplicação.		
Os recoveiros com suas arcas.		
Frades da Trindade, de S. Francisco e de S. Jerónimo.		
Bispo do Porto.		
Cruz alçada e porta-pás.		
Bispos e Arcebispos, sob pálios com as suas dignidades.		
Casa dos Vinte Quatro — Escrivães e procuradores com as insignias.		
Máquina de guerra — Catapulta.		
Andor do ferro.		
Andor de S. Jorge — Patrono dos ferreiros e guerreiros.		
Armas de arremessar setas.		
Pendão de S. Miguel dos ferreiros.		
Charola dos pedreiros e Painel da confraria do Espírito Santo, dos Pescadores.		
Painel com vista da Ribeira das Naus; Peixeiras da Ribeira Velha com gogas e canastras; Redes de pesca e insignias empunhadas por calafates e remolares, e Condução em varas de uma miniatura de barco de pesca.		
Insignia de São José dos Carpinteiros.		
Padeiros e padeiras com fogaças, oferendas e outras insignias do officio.		
Gaita de foles e adufes, padeiros e padeiras, na exhibição da «Dança das Atafoneiras».		
Insignia dos Carpinteiros de Lisboa.		
Bandeira dos confeiteiros.		
Pasteleiros com doces e pastelões.		
Tecelões com insignias.		
Bandeira dos doceiros.		
Flandeiras com insignias.		
Sintra — Carro regional do vinho.		
Foral de D. Manuel I dado a Sintra.		
Painéis com vistas de Sintra e Imagem de S. Lourenço.		

76

Designação	Números	Páginas
Sintra — Carros regionais de frutas.		
Painel com vistas de Colares.		
Sintra — Carro regional do vinho.		
Loures — Mulas com seirões, transportando hortaliças.		
Loures — Galera de transporte de roupa.		
Figuração mourisca—Dança da Luta.		
Loures — Galera com lavadeiras.		
Painel da S. <sup>a</sup> Sant' Aca, padroeira dos tanoeiros.		
Peças de officio e distintivos de sapateiros.		
Charola do ouro conduzida por mestres do officio de ourives.		
Charola da prata conduzida por artifices.		
Jarras, tocheiros e imagens de prata e ouro.		
Painel de Santa Catarina, dos Livreiros.		
Painel de São Crispim e São Crispiniano.		
Trombetas, que anunciavam o «Carro da Cidade».		
Guarda de soldados romanos, que escoltava o «Carro da Cidade».		
Carro da Cidade, tirado por quatro parelhas de cavalos alados e transportando as figuras simbólicas da cidade de Lisboa.		
«Lisboa Primitiva», «Lisboa Brigantina», «Lisboa Pombalina» e «Lisboa Eterna», conduzidas no «Carro da Cidade».		
As figuras simbólicas da Cidade de Lisboa, empunhando as insignias do Município.		
Carro da Cidade, conduzindo as figuras simbólicas da Cidade de Lisboa.		
Charamelleiros, à moda romana, executando a «Marcha».		
<b>D</b>		
Desposórios da Virgem e S. José (Os) — Vide <i>Bandeira da Irmandade</i> .		
Distintivos — Vide <i>Reunião Olisiponense (I)</i> .		
<b>E</b>		
Ermida de S. Crispim — Vide <i>Manifestações Religiosas</i> .		
Escadinhas de Quebra-Costas — Vide <i>Lisboa</i> .		
Escudo português (O) — Vide <i>Foral de Lisboa</i> .		

Designação	Números	Páginas
Espada de Afonso Henriques — Vide <i>Castelo de S. Jorge.</i>		
Estatua de D. Afonso Henriques—Vide <i>Manifestações Culturais—Leopoldo de Almeida — Escultura de.</i>		
Estatua — Vide <i>Afonso Henriques (D.).</i>		
Estatua D. João I — Vide <i>Manifestações Culturais.</i>		
Evocação dos poetas de Lisboa — Vide <i>Outras realizações festivas.</i>		
<b>Exposições</b>		
Exposição Nacional de Floricultura (VI), no Instituto Superior de Agronomia (Acto inaugural) .....	33	82-A
Outro aspecto da exposição .....	35	82-A
Feira de Amostras (Acto inaugural)	35	82-B
Exposição Antoniana, na Sé Patriarcal (aspecto do certame) .....	35	82-B
Outro aspecto do acto inaugural da Exposição Antoniana .....	35	82-B
Exposição «Imagem da Flor» (A) ..	35	82-C
Exposição de documentos e obras de arte, no Museu de Arte Antiga .....	35	82-C
Sala «Lisboa na época da Restauração» .....	35	82-C
Exposição de gloxínias (um aspecto da escadaria dos Paços do Concelho) .....	33	82-D
Concurso de montras floridas — 1.º Prémio de «Iluminação» e 2.º Prémio de «Originalidade» .....	35	82-D
Outro aspecto da Exposição de montras:		
Casa Galeão .....	35	82-D
Casa Sabóia .....	35	82-E
Sociedade de Papelarias «Artex» ..	35	82-E
Casa das Meias .....	35	82-E
De fotografias, na Sociedade Nacional	35	29-C
De crisântemos, nos Paços do Concelho .....	35	24-C
Da inauguração do «Salão Lisboa» no S. N. I. .....	35	29-H
De inauguração da VI E. N. F., na Estufa Fria .....	35	29-H
<b>F</b>		
<b>Foral de Lisboa</b>		
Primeira página do ...., na qual estão iluminados o escudo português, entre duas esferas, e o nome do rei	34	32-A
<b>Festas e recepções</b>		
Entrega da mensagem do Concelho de Sintra à Cidade de Lisboa .....	—	—
Paços do Concelho — Abertura da sessão solene .....	—	—

Designação	Números	Páginas
Paços do Concelho — Outro aspecto da sessão .....	—	—
Paços do Concelho — Um delegado do C. C. das Juntas de Freguesia lendo a saudação à Câmara Municipal ...	—	—
Teatro de S. Carlos — Récita de gala Tapada da Ajuda — Almoço oferecido pelo presidente da C. M. L. aos representantes das Juntas de Freguesia (1 aspecto) .....	35	51-60
Parada Militar, na Avenida da Liberdade (5 aspectos) .....	35	50-AB
Acto inaugural da estatua do Rei D. Afonso Henriques no Castelo de S. Jorge (3 aspectos) .....	35	50-C
Entrega da medalha de Ouro à Cidade do Porto e de Lisboa, nos Paços do Concelho (2 aspectos) .....	35	50-E
Almoço oferecido pela Vereação de Lisboa, no Restaurante Tavares ..	35	50-E
Um aspecto da assistência, depois do almoço oferecido, no Parque Hotel do Estoril .....	35	50-F
Saudação à C. M. L., em nome do I Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia, nos Paços do Concelho ..	35	50-I
O Grupo «Amigos de Lisboa» cumprimenta a C. M. L. ....	35	50-I
Empregados e dirigentes da «Vacuum» apresentam cumprimentos à Câmara Municipal de Lisboa .....	35	50-I
Aspectos do fogo de artifício no Terreiro do Paço, lançado no Tejo, para encerramento das Comemorações ..	35	50-J
Entrega da medalha de Ouro da Cidade à artista D. Palmira Bastos e distribuição dos prémios conferidos, pelas várias manifestações realizadas (2 aspectos) .....	35	50-K
O Presidente do Município do Porto apresenta as «Boas-Vindas» aos Presidente e Vereação da C. M. L., que à Capital do Norte se deslocaram, para entrega da medalha de Ouro da Cidade de Lisboa .....	35	50-K
Leitura da mensagem de saudação e agradecimento, pelo presidente da C. M. L., no Governo Civil do Porto, pela colaboração nas festas centenárias (2 aspectos) .....	35	50-K
Banquete oferecido pelo Município de Lisboa, nos Paços do Concelho, aos colaboradores das Comemorações ..	35	50-L
Grupo dos principais organizadores do Programa das Comemorações, nos Paços do Concelho .....	35	50-L
Apresentação de cumprimentos do maestro espanhol Conrado del Campo, nos Paços do Concelho, ao sr. Presidente da C. M. L. ....	35	50-L
Aposição da medalha de Ouro da Cidade, na sede do B. S. B., ao 1.º Comandante da Corporação .....	35	50-L

Designação	Números	Páginas
Fogo de artifício — <i>Vide Castelo de S. Jorge — Inauguração Simbólica das Comemorações.</i>		
Festas do Oitavo centenário da tomada de Lisboa aos mouros Concurso de cartazes .....	32	46-ABC
<b>H</b>		
Hasteamento de bandeiras — <i>Vide Castelo de S. Jorge.</i>		
<b>I</b>		
Igreja de Santo António de Lisboa — <i>Vide Lisboa.</i>		
<b>Iluminações</b>		
Legenda aposta em um dos obeliscos da Avenida da Liberdade .....	33	31-B
Uma das colunas da Praça dos Restauradores .....		
Um aspecto das iluminárias no Rossio		
Um aspecto do Terreiro do Paço ....		
Um aspecto do Rossio (Teatro Nacional de D. Maria II) .....		
Um aspecto do edifício do Paços do Concelho .....		
Um aspecto do Convento do Carmo (Ruínas) .....		
Iluminura do século XVI — <i>Vide S. Vicente.</i>		
Imagens de santos de Lisboa (hoje desaparecidas) — <i>Vide Lisboa.</i>		
<b>Inauguração simbólica das comemorações</b>		
Cruz Iluminada no Castelo de S. Jorge	35	51-B
Simulacro de incêndio no Castelo de S. Jorge .....		
Fogo de artifício no Castelo de S. Jorge .....		
<b>Irmadade de S. José — Vide Bordadores.</b>		
<b>J</b>		
Jardim Botânico da Ajuda — <i>Vide Outras Realizações Festivas.</i>		
78 Juntas de Freguesia — <i>Vide Festas e Recepções.</i>		

Designação	Números	Páginas
<b>L</b>		
<b>Legenda — Vide Iluminações.</b>		
<b>Lisboa</b>		
Aspecto da Baixa .....	—	—
Tomada de ... aos mouros no séc. XII	—	—
Vide Foral (de autor desconhecido) ..	32	16-A
Igreja de Santo António .....	34	43-V
Imagens de .....	34	26-D
Pedras de Armas de .....	32/34	Apêndice
	35	
Evocação dos Poetas de ... no Jardim Botânico da Ajuda .....	33	31
Vielas tortuosas e escuras conhecidas por Escadinhas de Quebra-Costas ..	32	44-A
Uma rua de .....	34	5-A
Uma rua de .....	34	39
<b>Lotaria comemorativa — Vide Centenário da Cidade.</b>		
<b>M</b>		
<b>Manifestações culturais</b>		
Velada da Mocidade Portuguesa no Castelo de S. Jorge (1 aspecto) ...	33	—
Evocação da actividade musical na Igreja de S. Vicente de Fora (1 aspecto) .....	—	—
Tarde da Evocação dos Cronistas de Lisboa (4 aspectos) .....	33	—
Descerramento da lápida evocativa da acção do Bispo D. Pedro de Pitões, no Porto — Terreiro de D. Afonso Henriques (1 aspecto) .....	33	—
Inauguração da Torre dos Corvos, no Jardim Zoológico, como homenagem a Lisboa (1 aspecto) .....	33	—
Tourada de gala, no Campo Pequeno — Coche de D. João V conduzindo os cavaleiros que tomaram parte na «corrida» (1 aspecto) .....	33	—
Conferência do sr. prof. dr. Reinaldo dos Santos, nos Paços do Concelho	35	—
Conferência do sr. Gustavo de Matos Sequeira, nos Paços do Concelho ..	35	—
Conferência do rev. Fr. Diogo Crespo, nos Paços do Concelho .....	35	—
Conferência do sr. tenente-coronel Costa Veiga, nos Paços do Concelho	35	—
Sessão de encerramento da I Reunião do Congresso Orlisiponense .....	35	—
Estátua de D. João I — Leopoldo de Almeida (do escultor) .....	35	—
Sessão solene comemorativa do VIII Centenário da tomada de Lisboa aos mouros, na Academia das Ciências (3 aspectos) .....	35	—
Representação da peça histórica Lisboa, no Teatro Nacional D. Maria II (2 aspectos) .....	35	—

Designação	Números	Páginas	Designação	Números	Páginas
<b>Manifestações desportivas</b>			<b>Mosteiro do Carmo — Vide Iluminações.</b>		
III Campeonato do Mundo e XIII da Europa de Oquei em patins (2 aspectos) .....			<b>Museu Soares dos Reis, do Porto—Vide Castelo de S. Jorge.</b>		
Exibição de patinagem artística (1 aspecto) .....			<b>N</b>		
Concurso hípico internacional de Lisboa (3 aspectos) .....			<b>Nobre Lisboa — Vide Iluminações.</b>		
I Portugal-Inglaterra em futebol (3 aspectos) .....			<b>O</b>		
Campeonato do mundo de Esgrima (3 aspectos) .....			<b>Outras realizações festivas</b>		
Andebol internacional (2 aspectos) ..	33	92-A e seguintes	Festa em honra do Corpo Diplomático, no Jardim Botânico da Ajuda	33	31-H
Futebol internacional Portugal-Brasil (2 aspectos) .....			Evocação dos Poetas de Lisboa, no Jardim Botânico da Ajuda .....	33	31-H
Basquetebol internacional — Torneio Ibérico (1 aspecto) .....			<b>P</b>		
Congresso Europeu da Federação Internacional de Ginástica «Ling» (3 aspectos) .....			<b>Posse</b>		
Campeonato luso-espanhol de remo (1 aspecto) .....			Da Comissão Municipal das Comemorações .....	35	5
Visita da Confederação Brasileira a Lisboa (2 aspectos) .....			Do Presidente, substituído, Luís Pastor de Macedo .....	34	20-A
Torneio Ibérico de Basquetebol (1 aspecto) .....			<b>Paradã Militar — Vide Festas e Recepções.</b>		
<b>Manifestações religiosas</b>			<b>Paços do Concelho — Vide Iluminações.</b>		
«Te-Deum» na igreja de Santo António da Sé (1 aspecto) .....	35	29-K	Um aspecto do edifício .....	33	31-B
Missa por alma dos cristãos mortos na Conquista de Lisboa, realizada na Ermida de S. Crispim (1 aspecto)	35	29-K	<b>Pastor de Macedo (Luís) — Vide Posse.</b>		
Bênção à Cidade, lançada por S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa, no Monte de S. Gens .....	33	82-J	<b>Passeio Público</b>		
Aspecto da saída, da Sé Patriarcal, da Procissão de «Corpus-Christi» .....	33	82-J	Antigo passeio .....	34	45
«Te-Deum» na Sé Patriarcal (1 aspecto da assistência) .....	35	82-J	Aspecto da demolição de várias casas (frente ao ...) .....	34	46-A
<b>Manuscrito — Vide Bordadores.</b>			Planta primitiva do antigo .....	34	46-B
<b>Marcha dos Centenários (Grande) ....</b>	35/40	—	Planta de Pezarat, abrangendo a Calçada do Salitre .....	34	46-C
<b>Mercado — Vide Praça da Figueira.</b>	41		<b>Pedras de Armas — Vide Lisboa.</b>		
<b>Medalhas — Vide Conquista de Lisboa aos mouros (VIII Séc.).</b>			<b>Poetas de Lisboa (Evocação dos)—Vide Outras realizações festivas.</b>		
<b>Música — Vide Marcha.</b>			<b>Planta do local — Vide Rua da Mancebia.</b>		
<b>Mensagem</b>			<b>Praça da Figueira (Antigo mercado) — Desenho de autor desconhecido ....</b>	34	53-B
Mensagem da Câmara Municipal de Sintra .....	33	24-A	<b>Praça dos Restauradores — Vide Iluminações.</b>		
<b>Miradouro de Santa Luzia</b>			<b>Procissão de «Corpus-Christi» — Vide Manifestações Religiosas.</b>		
J. Espinho (desenho de) .....	32	5			
<b>Monte de S. Gens — Vide Manifestações Religiosas.</b>					
<b>Monumentos de Lisboa</b>					
Carlos Ribeiro (desenho de) .....	32/34	Copa			
	35				

Designação	Números	Páginas
<b>R</b>		
Reunião Olisiponense (I)		
Sessão inaugural, nos Paços do Concelho (1 aspecto) .....	35	29-A
Um grupo de congressistas da I Reunião, por ocasião do passeio oferecido pela C. M. L. ....	35	29-A
Distintivos dos vogais — Cottinelli		
Telmo (desenho do architecto) ....	35	—
Sessão de encerramento da .....	35	29-B
Rua da Mancebia		
Planta do local ao norte do Rossio, onde corriam várias ruas conhecidas por .....	32	26-A
Planta do bloco .....	32	31
Planta do local da Cidade, antes do terramoto, onde assentava a rua que foi chamada da .....	32	32
<b>S</b>		
S. José dos Carpinteiros — <i>Vide Bandeira da Irmandade (Anverso)</i> .		
S. Vicente		
Iluminura do século XVI representando o transporte do corpo de .....	32	68-A
Aquarela do século XVII representando o transporte do corpo de .....	34	52-B
Sagrada Família (A) — <i>Vide Bandeira da Irmandade (Reverso)</i> .		

Designação	Números	Páginas
Santos — <i>Vide Imagens</i> .		
Sintra — <i>Vide Mensagem</i> .		
Sé Patriarcal — <i>Vide Manifestações Religiosas</i> .		
Selos comemorativos — <i>Vide Centenário da Cidade</i> .		
Simulacro de incêndio — <i>Vide Castelo de S. Jorge</i> .		
Sirgheiro Manuel Lopes Delgado (Contado) .....	32	20-D
<b>T</b>		
Tapada da Ajuda — <i>Vide Festas e Recepções</i> .		
Teatro D. Maria II — <i>Vide Iluminações</i> .		
Tomada de Lisboa aos mouros — <i>Vide Lisboa</i> .		
Teatro de S. Carlos (Récita de gala no) — <i>Vide Festas e Recepções</i> .		
Terreiro do Paço — <i>Vide Iluminações</i> .		
<b>V</b>		
Vielas — <i>Vide Lisboa</i> .		



COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA C. M. L.

---

